

FRATERNIDADE E EDUCAÇÃO

FALA COM SABEDORIA, ENSINA COM AMOR

(Cf. Pr 31,26)



CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2022

10 de abril - Coleta Nacional da Solidariedade

Domingo de Ramos



TEXTO-BASE



Campanha da Fraternidade 2022 **Texto-Base**

1ª Edição - 2021

Direção-Geral:

Mons. Jamil Alves de Souza

Organização:

Pe. Patriky Samuel Batista

Edição:

João Vítor Gonzaga Moura

Revisão:

Leticia Figueiredo

Cartaz da CF 2022:

Antonio Batista de Souza Júnior (Artista sacro)

Projeto Gráfico, capa e diagramação:

Henrique Billygran Santos de Jesus

ISBN: 978-65-5975-047-4

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão da CNBB. Todos os direitos reservados ©

Edições CNBB

SAAN Quadra 3, Lotes 590/600

Zona Industrial – Brasília-DF

CEP: 70.632-350

Fone: 0800 940 3019 / (61) 2193-3019

E-mail: vendas@edicoescnbb.com.br

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

1. DISCÍPULOS DA PALAVRA

Oração da Campanha da Fraternidade 2022

Fraternidade e Educação “Fala com sabedoria, ensina com amor”. (cf. Pr 31,26)

Objetivo Geral

Objetivos Específicos

2. ESCUTAR

2.1. A pandemia da Covid-19: entre lições e compromissos

2.2. Um projeto de vida e um projeto de sociedade

2.3. Aprender com o vivido e construir o novo

2.4. Informação, conhecimento e sabedoria

- 2.5. O inesperado, a ambiguidade da vida e a cultura do encontro
- 2.6. Formação humana e o papel da educação
- 2.7. A fraternidade e a amizade social como contextos educativos
- 2.8. A Educação formal no Brasil: um projeto inconcluso
- 2.9. A Educação Básica
- 2.10. As Escolas Católicas de Educação Básica
- 2.11. A Educação Superior
- 2.12. As Instituições Católicas de Educação Superior
- 2.13. Professores e gestores em sua missão de educadores
- 2.14. Ensino Religioso
- 2.15. Outros contextos educativos

3. DISCERNIR

- 3.1. Jesus Cristo: Mestre e Educador
- 3.2. Discípulos missionários educadores
- 3.3. Horizontes próprios da educação cristã
 - 3.3.1. Educação integral
 - 3.3.2. A vida em família como processo educativo
 - 3.3.3. Educação para todos
- 3.4. Educar na fé

- 3.5. Educar para o diálogo
- 3.6. Educar para o belo, o bom e o verdadeiro

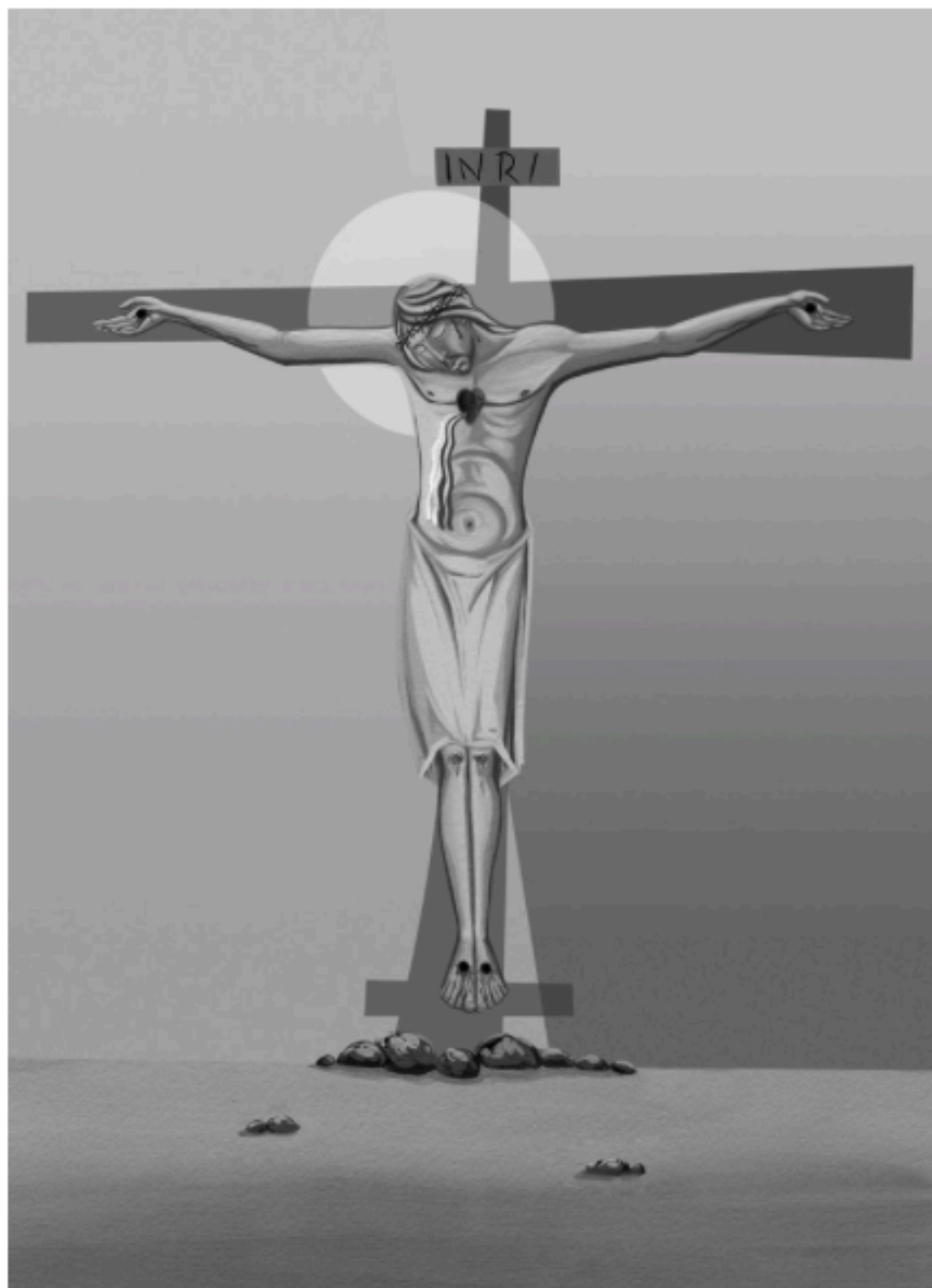
4. AGIR

- 4.1. Um projeto de vida como fonte para uma nova sociedade
- 4.2. Uma nova realidade para a educação? O Pacto Educativo Global
- 4.3. Educar para um novo humanismo
- 4.4. Educar é iniciar processos
- 4.5. Avaliar o compromisso com a educação

5. FALA COM SABEDORIA, ENSINA COM AMOR

Oração à Nossa Senhora Educadora

6. FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE



LISTA DE SIGLAS

AL Amoris Laetitia

CDSI Compêndio da Doutrina Social da Igreja

CIgC Catecismo da Igreja Católica

DOCAT Doutrina Social da Igreja em linguagem jovem

EHS Educar ao Humanismo Solidário

EG Evangelii Gaudium

FC Familiaris Consortio

FT Fratelli Tutti

GE Gravissimum Educationis

LS Laudato Si'

VG Veritatis Gaudium

APRESENTAÇÃO

Educar é um ato eminentemente humano. Somos renovados quando aprendemos mais a respeito da vida e seu sentido, quando nos ensinam novos conhecimentos e quando, percebemos que em nós existe a profunda sede de aprender e ensinar.

Educar é também uma ação divina. A Bíblia nos mostra a história de um Deus que educa seu povo, caminhando com ele, compreendendo suas fragilidades, respeitando suas etapas e alertando diante dos erros. Quando contemplamos as ações e palavras de Jesus, encontramos um caminhar educativo. Sua presença atenciosa junto às pessoas, a relação entre os milagres e a conversão, o uso de exemplos recolhidos do cotidiano, tudo, enfim, nos apresenta Jesus como o grande educador.

É, pois, com essa certeza que a Campanha da Fraternidade de 2022 nos convida a refletir sobre a indispensável relação entre **fraternidade e educação**. Já tendo, por duas vezes, se debruçado sobre essa relação (1982 e 1998), a realidade de nossos dias fez com que o tema educação rece-

besse destaque, dentre os vários sugeridos, e fosse escolhido para mais uma Campanha da Fraternidade.

De fato, o mundo e nele o Brasil estão diante de um desafio: redescobrir caminhos para uma reconstrução que não é parcial, mas global; que não atinge somente alguns aspectos, mas que deve chegar às raízes do modo como pessoas e povos compreendem e organizam a totalidade da vida. O mundo de nosso tempo precisa encontrar caminhos para se reconstruir, ouvindo os clamores dos vulneráveis em uma casa comum cada vez mais vulnerabilizada. Por isso, pergunta-nos o Papa Francisco: “O que acontece quando não há a fraternidade conscientemente cultivada, quando não há uma vontade política de fraternidade, traduzida em uma educação para a fraternidade, o diálogo, a descoberta da reciprocidade e o enriquecimento mútuo como valores?”¹

Trata-se, portanto, de uma Campanha da Fraternidade em forte linha de continuidade com os temas que nos vêm sendo propostos pelo menos desde 2018, quando éramos convidados a encontrar caminhos para a superação da violência. Esses caminhos passam por políticas públicas (CF 2019), fundados na ética do cuidado (CF 2020), em profunda atitude de diálogo (CFE 2021). Nada disso poderá,

entretanto, ocorrer se não se considerar a importância da educação: educarmo-nos para o cuidado dialogal, nas relações interpessoais, e para o compromisso socioambiental; educarmo-nos para a redescoberta das motivações mais profundas ao próprio ato de educar.

Essa é a razão pela qual, em 2022, mais do que abordar um ou outro aspecto específico da problemática educacional, a Campanha da Fraternidade nos convoca a refletir sobre os fundamentos do ato de educar. Ao longo da caminhada quaresmal, em que a conversão se faz meta primeira, recebemos o convite para buscar os motivos de nossas escolhas em todas as ações e, por certo, naquelas que dizem respeito mais diretamente ao mundo da educação.

Essa opção não implica o distanciamento das questões mais concretas e urgentes no campo educacional. Há, de fato, inúmeros passos a serem dados, escolhas a serem feitas, com ratificação ou ajustamentos de rumo. Cada uma dessas concretizações, porém, exige o discernimento dos motivos pelos quais são realizadas, fazendo, assim, emergir uma Campanha da Fraternidade que nos leva a alargar o horizonte de nossa compreensão a respeito da educação, entendida não apenas como ato escolar, como transmissão de

conteúdos ou preparação técnica para o mundo do trabalho. Estes, sem dúvida, são aspectos importantes, porém não os únicos. A Campanha da Fraternidade nos adverte que mais importante e urgente é a pergunta pelos motivos, pela abrangência e pelas metas de qualquer processo educativo.

No texto bíblico referência para a CF 2022, Jesus Cristo, o grande educador, está no templo. A ele foram levadas algumas mazelas do mundo: uma mulher flagrada em adultério, um adúltero que se esconde, ardilosos utilizadores da lei e pedras como instrumentos de morte. Jesus não se encontra em uma sala de aula ou em atitude que demonstre ensino convencional. No entanto, mostra que educar é contribuir para a superação do pecado, preservando a vida, atingindo as consciências e transformando relações.

Em face a tudo isso, a Campanha da Fraternidade nos recorda que educar não é um ato isolado. É encontro no qual todos são educadores e educandos. É tarefa da própria pessoa, da família, da escola, da Igreja e de toda a sociedade. Afinal, como nos ensina o conhecido provérbio de origem africana, “é preciso uma aldeia para se educar uma criança”.

Brasília, 16 de julho de 2021,
Festa de Nossa Senhora do Carmo

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Arcebispo de Belo Horizonte – MG
Presidente

Dom Jaime Spengler, OFM

Arcebispo de Porto Alegre – RS
1º Vice-Presidente

Dom Mário Antônio da Silva

Bispo de Roraima – RR
2º Vice-Presidente

Dom Joel Portella Amado

Bispo Auxiliar de São Sebastião do Rio de Janeiro – RJ
Secretário-Geral

INTRODUÇÃO

1. Quaresma é tempo favorável para a conversão do coração. Converter-se é também sair do individualismo, romper com a indiferença, vivendo a solidariedade em diálogo e como compromisso de amor. Coração transformado pelos exercícios espirituais que nos conduzem à celebração da Páscoa de Jesus Cristo. Um convite à transformação interior que tem incidências concretas no cotidiano.

2. Desde 1964, a Igreja no Brasil promove a Campanha da Fraternidade como um dos modos de viver a espiritualidade quaresmal. Uma Campanha que contribui para uma mudança de vida profunda que nos leva, não somente a pedir a Deus perdão por nossos pecados, mas a unir forças na construção de uma sociedade que corresponda à mensagem do Evangelho (cf. Mc 1,15).

3. A Campanha da Fraternidade tem como grande objetivo despertar a solidariedade dos fiéis em relação a um problema concreto que envolve a sociedade brasileira, buscando caminhos de solução à luz do Evangelho. A cada ano é escolhido um tema, que define a realidade concreta a

ser transformada, e um lema, que explicita em que direção se busca a transformação. O Evangelho possui uma irrenunciável incidência social. “Deus está interessado no bem-estar completo do homem, e por isso também no desenvolvimento da comunidade na qual o homem participa de muitos modos”.²

4. A Campanha da Fraternidade é realizada no tempo quaresmal, porém, não se reduz a ele. Celebrando o amor redentor, a Páscoa de Jesus Cristo deve nos levar, já nesta vida, a passar de um mundo não fraterno, marcado pelo pecado, nas suas expressões de injustiças, omissões e opressões, para uma sociedade de irmãos. Em 2022, os bispos do Brasil nos fazem um convite de singular importância: à luz da fé, queremos refletir sobre a educação em nosso país, convictos de que ela é indispensável para a construção de um mundo mais justo e fraterno.

5. A realidade da educação nos interpela e exige profunda conversão de todos. Verdadeira mudança de mentalidade, reorientação da vida, revisão das atitudes e busca de um caminho que promova o desenvolvimento pessoal integral, a formação para a vida fraterna e para a cidadania. Refletir e atuar a favor da educação é uma forma de viver a penitência

quaresmal. É reconhecer que algo pode e deve mudar neste cenário e, principalmente, em nossas relações.

6. Somos convidados a ver a realidade da educação em diversos âmbitos, iluminá-la com a Palavra de Deus, encontrando e redescobrando meios eficazes que favoreçam processos mais adequados e criativos a fim de que ninguém seja excluído de um caminho educativo integral que humanize, promova a vida e estabeleça relações de proximidade, justiça e paz. A educação é um indispensável serviço à vida. Ela nos ajuda a crescer na vivência do amor, do cuidado e da fraternidade.

7. Em 2022, pela terceira vez, a educação volta a ocupar as reflexões da Campanha da Fraternidade, agora, impulsionada pelo Pacto Educativo Global. Na carta de convocação, bem como no *Instrumento de trabalho*, o Papa Francisco apresenta alguns elementos constitutivos de uma educação humanizada que contribua na formação de pessoas abertas, integradas e interligadas, que também sejam capazes de cuidar da casa comum já que “a educação será ineficaz e os seus esforços estéreis se não se preocupar também por difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza”.³

8. Em um tempo marcado pela pandemia da Covid-19 e por diversos conflitos, distanciamentos e polarizações, é preciso reaprender a amar, a perdoar, a cuidar, a curar, a dialogar e a servir a todos. Educar é construir a verdadeira fraternidade alicerçada na justiça e na paz. Isto será possível à medida em que Cristo, que nos liberta do egoísmo, for tudo em todos (1Cor 15,22).

9. “É necessária a contribuição de todos e cada vez mais urgente um coral de difusão da *cultura da paz* e uma comum *educação para a paz*, sobretudo das novas gerações. (...) O bem da paz é tão grande, escrevia Santo Agostinho, que também nos acontecimentos inseridos no porvir deste mundo, habitualmente nada se ouve de mais agradável, nada se deseja de mais atraente e, enfim, nada se alcança de mais belo”.⁴

1. DISCÍPULOS DA PALAVRA

¹Jesus foi para o Monte das Oliveiras. ²De madrugada, voltou ao templo, e todo o povo vinha até ele, que sentado, os ensinava. ³Então os escribas e os fariseus trouxeram uma mulher flagrada em adultério. Colocando-a no meio, disseram a Jesus: ⁴“Mestre, esta mulher foi flagrada em adultério. ⁵Moisés, na Lei, nos mandou apedrejar tais mulheres. E tu, que dizes?” ⁶Eles perguntavam isso para pô-lo à prova e ter motivo para acusá-lo. Jesus, porém, inclinándose, começou a escrever com o dedo no chão. ⁷Como insistissem em perguntar, Jesus ergueu-se e disse: “Quem dentre vós não tiver pecado, atire a primeira pedra!”; ⁸e, inclinándose de novo, continuou a escrever no chão. ⁹Ao ouvirem isso, foram saindo um por um, a começar pelos mais velhos. Jesus ficou sozinho com a mulher, que continuava no meio, em pé. ¹⁰Erguendo-se, Jesus lhe disse: “Mulher, onde estão eles? Ninguém te condenou?” ¹¹Ela respondeu: “Ninguém, Senhor!” Jesus, então, lhe disse: “Eu também

não te condeno. Vai, e de agora em diante, não peques mais” (Jo 8,1-11).

10. Temos diante dos olhos um episódio da vida de Jesus que manifesta o amor e a sabedoria do Divino Mestre. Segundo o Evangelho de São João, Jesus, meio ano antes de sua morte, presenciou a festa das Tendas no Templo de Jerusalém (Jo 7,2.10). Durante a semana da festa, ele pernoitava no monte das Oliveiras. Terminada a festa, Jesus voltou ao Templo e ocupou um dos lugares onde os mestres costumavam sentar-se para ensinar. Logo criou-se em torno dele um círculo de ouvintes. Durante seu ensinamento ele foi interrompido pelos fariseus, que trouxeram para o meio do círculo uma mulher apanhada em adultério (Jo 8,3). Só a mulher. Pediram que o Mestre Jesus se pronunciasse sobre o caso e desse uma sentença. Segundo a Lei de Moisés, ambos os envolvidos no adultério, o homem e a mulher, deviam ser punidos com a morte por apedrejamento (Dt 22,22).

11. Para que apresentaram o caso a Jesus? A lei era conhecida pelos fariseus e em Jerusalém não faltavam juízes para dar a sentença. Eles queriam empurrar para Jesus o papel de juiz, mas alguns detalhes nos revelam a falta de sinceridade dos acusadores. No fundo, não queriam a verda-

deira justiça, que é a bondade objetiva de Deus Pai Criador. Queriam testar Jesus, colocá-lo à prova. Desejavam que ele esquecesse seu ensinamento de amor e caridade, que os incomodava, e que condenasse a mulher à morte prescrita pela Lei. Além de testar Jesus, parece que também queriam fazer prevalecer a rigidez no cumprimento da lei e dar a conhecer a todos que é ela quem salva e que, somente eles, são seus legítimos representantes.

12. Mas a farsa não estava bem montada. A intenção não era imparcial e objetiva, como deve acontecer em todos os julgamentos. Além disso, faltava a outra parte do delito, a saber, a parte masculina. A mulher, no judaísmo de então, não tinha direito de tomar a palavra em público. Contudo, a armadilha em que envolveram Jesus revelou-se providencial, pois fez os anciãos e os fariseus reconhecerem a sua mesquizez e proporcionou a Jesus a oportunidade de revelar sua peculiar sabedoria.

13. Jesus se curva, como os escribas se curvavam sobre os textos sagrados, e começa a escrever com o dedo no chão. É a única vez que a Bíblia apresenta Jesus escrevendo. Reerguendo-se, ele diz: “Quem dentre vós não tiver pecado, atire a primeira pedra!” (Jo 8,7b). E torna a curvar-se para escre-

ver no chão. Tendo ouvido a resposta de Jesus, os fariseus e os demais curiosos se retiram, um por um, a começar pelos mais velhos. Assim, eles demonstraram que julgaram a si mesmos!

14. Ao escrever no chão, Jesus se diferencia da prática dos escribas, que sempre invocam o que *está escrito*. Jesus mesmo escreve o novo ensinamento, ditado por seu coração. Nunca alguém chegou a saber o que Jesus escreveu. Podemos imaginar que Ele fez de conta que iria escrever a sentença e, depois, a proclamou. A primeira parte daquilo que o Divino Mestre responde diz respeito aos acusadores: “Quem dentre vós não tiver pecado, atire a primeira pedra!” (Jo 8,7b).

15. Depois, Jesus torna a curvar-se e escreve pela segunda vez. Reerguendo-se, Jesus pergunta à mulher: “Onde estão eles? Ninguém te condenou?” (Jo 8,10). Ela responde: “Ninguém, Senhor”. Ali permaneceram os dois: Jesus e a mulher, a pecadora e o salvador, a miséria e a misericórdia em uma bela relação educativa. Então ressoa a sentença de Jesus: “Eu também não te condeno. Vai, e de agora em diante, não peques mais” (Jo 8,11).

16. De um lado temos o problema dos fariseus e dos

escribas que se arrogam o poder de julgar porque sabem ler o que está escrito. Com base somente no que está escrito seriam capazes de mandar apedrejar uma mulher que não tinha como se defender, conforme os costumes vigentes.

17. Do outro lado está Jesus. Não só livra a mulher de seus acusadores, mas cede a ela a palavra, perguntando: “Mulher, onde estão eles? Ninguém te condenou?” (Jo 8,10). Jesus deixa a mulher falar. Ela não vai ser o objeto passivo da condenação, mas também não vai receber passivamente a misericórdia de Jesus. Ela vai dialogar com Ele, o que não lhe era permitido diante dos que se acham os únicos intérpretes da Lei. O pronunciamento de Jesus corresponde ao que ela mesma diz: “Ninguém, Senhor” Jesus, então, lhe disse: ‘Então também não te condeno’” (Jo 8,11a), responde Jesus. O veredito seguiu a lógica do diálogo. A mulher é restituída em sua dignidade humana. Agora tem sentido que Jesus lhe indique o caminho novo para a nova vida: “Vai, e de agora em diante, não peques mais” (Jo 8,11b). Jesus perdoou a pecadora para que se afastasse do pecado que continua proibido! O perdão torna a mulher livre para não mais pecar. É a misericórdia que abre as portas para uma vida nova.

18. A Lei, a Torá, era para os judeus o que nós chamamos de educação. São Paulo diz que a Lei foi para ele como um pedagogo, uma educadora (Gl 3,24-25). Naquele tempo, os pedagogos educavam principalmente através do castigo, da punição. Na história da mulher adúltera opõem-se duas pedagogias, duas formas de educar, a daqueles que se restringem ao que *está escrito*, sem levar em conta a pessoa e suas circunstâncias, e daqueles que olham para a pessoa com sabedoria e amor, como fez Jesus. O que *está escrito* é importante, mas a forma de ler o que *está escrito* é decisiva para avançar no caminho da vida.

19. No cenário da educação judaica, iluminada pela pedagogia de Jesus, “há que se perguntar sobre qual é a imagem-ideal de homem a ser atingida. É muito mais que uma imagem-ideal de homem religioso, mas a imagem do próprio Deus (...) Considerando toda a sua pedagogia salvadora, sua orientação sempre presente na jornada humana, sua justiça e misericórdia, Deus é o modelo de humanidade possível”, pois nos cria “à sua imagem e semelhança (Gn 1,26), fazendo-se também protótipo de educador”.⁵

20. Pedras na mão, ódio no olhar, ouvidos surdos aos gritos por socorro e corações endurecidos. Assim era a disposi-

ção de escribas e fariseus naquele dramático acontecimento, quando uma tragédia estava prestes a acontecer a uma mulher que seria imediatamente apedrejada. Ninguém parava para pensar, nem analisava se havia causas para o problema ou outras possibilidades de solução. Bastava o fundamentalismo legal, aplicado arbitrariamente. Diante da crise, imaginavam que ao matar eliminariam o erro e tudo estaria resolvido. Acreditavam que dessa forma manteriam íntegros a moral, os costumes, a obediência às leis e a paz social. E, ainda, o faziam com piedade e em nome de Deus.

21. Jesus educador, entra naquela realidade conflitiva. Enxerga criteriosamente o problema, escuta e sente o pavor daquela mulher e os argumentos dos seus justiceiros. Jesus não polemiza, não acirra ânimos, não pensa o problema de modo isolado. Antes, procura escutar em silêncio o que dizem. Depois, em diálogo, conduz pedagogicamente todas as partes envolvidas para que sintam e reflitam sobre as fragilidades humanas, às quais todos estão sujeitos. Quando todos aprendem a complexidade da própria situação em que estão envolvidos, as atitudes e a realidade se transformam.

22. Educação não é condicionamento ou adestramento. É conduzir e acompanhar a pessoa para sair do não saber,

rumo à consciência de si mesma e do mundo em que vive. É tornar a pessoa consciente, para que se torne sempre mais sujeito de seus sentimentos, pensamentos e ações. Isso vale tanto para crianças como para adultos, uma vez que a própria vida se encarrega de nos trazer oportunidades de aprendizagem em qualquer etapa. Uma pessoa se torna sujeito na medida em que pode dialogar com outras, percebendo que é levada a sério, que é escutada e amada.

23. Na família a disciplina não pode ser confundida com um regulamento rígido, anônimo e uniforme. A obediência, saber ouvir, deve ser naturalmente acompanhada de respeito e amor. Ela se baseia na confiança em que a autoridade familiar visa formar pessoas responsáveis. “Quaisquer que sejam as pretensões dos Estados modernos, em relação aos problemas educacionais da infância e da juventude, jamais eles conseguirão suprir a influência preponderante do lar”.⁶

24. A Igreja sempre valorizou a ciência e o conhecimento, inclusive o conhecimento técnico e científico, muitas vezes atacado e menosprezado, por meio do qual participamos da obra da criação. No entanto, não se pode reduzir a educação apenas à transmissão de conhecimentos. A sociedade, muitas vezes violenta e injusta, necessita de algo a

mais do que apenas o ensino que muitas vezes é oferecido com meros objetivos utilitários.

25. À luz da Palavra de Deus, a Campanha da Fraternidade quer nos ajudar a compreender duas lições sobre o ato de educar: a primeira diz respeito ao valor da pessoa como princípio da educação. A segunda se refere ao ato de correção, que é conduzir ao caminho reto. Não é repressão, mas é orientar a pessoa no caminho de uma vida transformada, verdadeiramente convertida à luz da verdade, pois: “A paz anda de mãos dadas com a justiça, a justiça com o direito, e o direito com a verdade” (Cardeal Laurent Monsengwo).

Oração da Campanha da Fraternidade 2022

Pai Santo, neste tempo favorável de conversão e compromisso,
so,

dai-nos a graça de sermos educados pela Palavra que liberta
e salva.

Livrai-nos da influência negativa

de uma cultura em que

a educação não é assumida como ato de amor aos irmãos

e de esperança no ser humano.

Renovai-nos com a vossa graça para vencermos

o medo, o desânimo e o cansaço,

e ajudai-nos a promover uma educação integral, fraterna e
solidária.

Fortalecei-nos, para que sejamos corajosos

na missão de educar para a vida plena em família,

em comunidades eclesiais missionárias,

nas escolas, nas universidades e em todos os ambientes.

Ensinai-nos a falar com sabedoria e educar com amor!

Permitais que a Virgem Maria, Mãe educadora,

com a sabedoria dos pequenos e pobres,

nos ajude a educar e servir

com a pedagogia do diálogo, da solidariedade e da paz.

Por Jesus, vosso Filho amado,

no Espírito, Senhor que dá a vida.

Amém.

Fraternidade e Educação “Fala com sabedoria, ensina com amor”.

(cf. Pr 31,26)

Objetivo Geral

Promover diálogos a partir da realidade educativa do Brasil, à luz da fé cristã, propondo caminhos em favor do humanismo integral e solidário.

Objetivos Específicos

1. Analisar o contexto da educação na cultura atual, e seus desafios potencializados pela pandemia.
2. Verificar o impacto das políticas públicas na educação.
3. Identificar valores e referências da Palavra de Deus e da Tradição cristã em vista de uma educação humanizadora na perspectiva do Reino de Deus.
4. Pensar o papel da família, da comunidade de fé e da sociedade no processo educativo, com a colaboração dos educadores e das instituições de ensino.
5. Incentivar propostas educativas que, enraizadas no Evangelho, promovam a dignidade humana, a experiência do

transcendente, a cultura do encontro e o cuidado com a casa comum.

6. Estimular a organização do serviço pastoral junto a escolas, universidades, centros comunitários e outros espaços educativos, em especial das instituições católicas de ensino.
7. Promover uma educação comprometida com novas formas de economia, de política e de progresso verdadeiramente a serviço da vida humana, em especial, dos mais pobres.

2. ESCUTAR

26. O ato de escutar é fundamental. Escutar é mais que ouvir. Escutar está na linha da comunicação, ouvir na linha da informação. Escutar supõe proximidade, sem a qual não é possível um verdadeiro encontro. A escuta permite encontrar o gesto e a palavra oportuna que nos desinstala da sempre e mais tranquila condição de espectador.⁷

27. O que escutamos e como escutamos orienta o nosso fazer cotidiano e a própria sociedade: escutar é uma condição para nossas relações, para a compreensão do que se passa, para o diagnóstico dos caminhos que devemos tomar e, especialmente, escutar é uma condição para falar com sabedoria e ensinar com amor. Escutar o outro, como Jesus nos demonstrou em toda a sua pedagogia, é o ponto de partida para acolher, compreender, problematizar e transformar a realidade.

28. É fundamental uma pedagogia da escuta, que rompa com o paradigma de pedagogias silenciadoras. O silêncio e a escuta interiores, que encaminham àquela reflexão serena e as sabedorias compartilhadas,⁸ nada têm a ver com o silenci-

amento que oprime e aliena e que nem sempre estão ausentes no processo educacional.

29. A realidade também *nos fala* através dos acontecimentos, das tendências, tensões sociais, demonstrações de ações de solidariedade, enfim, através de seus avanços e recuos. Escutar a realidade que nos fala é recuperar a percepção dos *sinais dos tempos*. Uma orientação metodológica marcante de São João XXIII na Encíclica *Pacem in Terris* e amplamente consolidada no Concílio Vaticano II. Escutar a realidade significa o esforço de compreender seus gritos e silêncios, seus excessos e ausências. A escuta, na esteira da pedagogia de Jesus, não orienta os ouvidos somente para os sons que nos interessam. É uma escuta integral, com o ouvido e com o *coração*, que buscam a inteireza da realidade com tudo o que ela pode trazer. E, a partir dessa escuta, perceber a vontade de Deus e os caminhos que podemos escolher.

30. Uma escuta integral se faz exigente principalmente quando a fé nos diz que a salvação garantida pelo sacrifício redentor de Jesus Cristo é uma salvação integral, que envolve todas as pessoas e cada pessoa no seu todo, isto é, em todas as suas dimensões na concretude histórica.⁹ Nesse

caminho, vale recordar que “a Doutrina Social da Igreja é um ponto de referência indispensável para uma formação cristã completa”.¹⁰ Expressão do amor de Deus pelo mundo que “não se cansa de anunciar a grandeza e as dimensões desse amor que nos salva integralmente, mas também não se cansa de denunciar tudo aquilo que o degrada”.¹¹

31. Para escutar o “todo” é necessário não se perder diante de “tudo”. Se a falta de informações é um problema central para compreensão da realidade, seu excesso também se mostra um desafio. O excesso de informações, de notícias verdadeiras e falsas, de certezas sobre opiniões, constitui um desafio para o bem escutar, ou seja, para escutar o conteúdo essencial de um presente tão ruidoso. Um exemplo desse desafio nós vivemos durante a pandemia da Covid-19. Um tempo exigente, de muitos acontecimentos simultâneos e de muito sofrimento. A pandemia e a forma que conseguimos reagir como sociedade é reveladora do que conseguimos e do que não conseguimos escutar da realidade e de nós mesmos.

32. Nesse sentido, a pandemia, como um evento aglutinador de vários outros processos, possui um potencial pedagógico. O novo coronavírus não tem uma intencionalidade

pedagógica, mas nós como seres de aprendizagem podemos aprender com tudo o que vivemos. Para refletir sobre o momento histórico e a relação com a educação, tomaremos como ponto de partida a experiência dos últimos dois anos com a pandemia da Covid-19. Quais são as lições e as tarefas desse tempo tão exigente? *Que currículo, qual novo aprendizado nasce dessa experiência para a nossa escola da vida?* Quais são os desafios e as possibilidades para uma formação integral da pessoa humana? Como tudo o que experimentamos com a pandemia se reflete nos diversos contextos educativos, como a família, a Igreja, a sociedade, a escola e a universidade? Escutar a realidade é uma condição para construir e reconstruir o projeto de humanidade a partir dos sinais de Deus na história.¹²

2.1. A pandemia da Covid-19: entre lições e compromissos

33. Descrever e analisar momentos de grande impacto histórico, apesar de possíveis diferenças de percepção, é bem mais simples do que vivê-los. A educação formal, por exemplo, transforma momentos históricos, descobertas, grandes conflitos ou crises em conteúdos escolarizados. No atual

momento histórico o nosso desafio é outro. Precisamos simultaneamente enfrentar os efeitos da pandemia, em seus diversos aspectos: saúde, política, economia, cultura e a própria escolarização. Ao mesmo tempo, é necessário, também, construir um esforço pedagógico para aprender com tudo o que foi vivido.

34. Da pandemia da Covid-19 nos cabe tirar as lições e os compromissos para o presente e o futuro. Aprender lições com a vida é imperativo para todos os educadores: pais, professores, lideranças comunitárias e religiosas. Educar, antes de dar lições, é aprender com as lições cotidianas e com as crises. Precisamos aprender para passar pelas crises e para enfrentar suas futuras versões de forma mais qualificada. Se as crises são, de certa forma, uma constante na sociedade, o aprendizado também precisa ser. Aprender não é só uma capacidade humana, mas é condição da nossa própria humanidade. “A tribulação, a incerteza, o medo e a consciência dos próprios limites, que a pandemia despertou, fazem ressoar o apelo a repensar os nossos estilos de vida, as nossas relações, a organização das nossas sociedades e, sobretudo, o sentido da nossa existência”.¹³

35. Crises como a pandemia da Covid-19 possuem uma força potencializadora do que já existia na sociedade de maneira explícita ou de forma latente. Por um lado, verificamos imensos avanços tecnológicos, por outro, percebemos a ampliação da pobreza e da desigualdade social com o surgimento de muitas e novas formas de miséria e exclusão. À desigualdade social correspondem desigualdades culturais, religiosas, econômicas, ambientais, entre outras. Chagas que ainda precisamos superar. Avançamos rapidamente em algumas soluções, como o desenvolvimento de vacinas, mas não conseguimos, com a mesma eficiência, a garantia de acesso à vacinação. Esse descompasso entre uma resposta técnica e a resposta política revela as desigualdades estruturais presentes no país. O desenvolvimento, para ser autêntico, não deve ser meramente econômico e técnico, mas integral, pois, para nós, conta cada pessoa como um todo.¹⁴

36. Aprendemos com mais facilidade sobre as coisas, mas não temos o mesmo desempenho para aprender sobre nós mesmos. Esse segundo aprendizado é mais exigente e necessita do reconhecimento de nossos traços culturais, das formas com que nos aproximamos e resolvemos os problemas em sociedade. Retomando o que foi vivido e, em especial, a

forma que encontramos para solucionar os desafios colocados pela crise, podemos reconhecer *um novo aprendizado*, que aponta algumas tendências da sociedade. “Se tudo está interligado, é difícil pensar que este desastre mundial não tenha a ver com a nossa maneira de encarar a realidade”.¹⁵ Não nos esqueçamos das lições da história, mestra da vida.

2.2. Um projeto de vida e um projeto de sociedade

37. Uma tendência deve ser intensificada como efeito de tudo que vivemos nos últimos dois anos: a necessidade de retomar e reconstruir projetos. Essa intensificação é percebida em cada um de nós, nas famílias, nos espaços escolares, nas organizações empresariais e no discurso político. O tema da reconstrução é sempre recorrente em momentos de superação das grandes crises. Neste momento histórico a retomada dos projetos de vida está acompanhada por discursos sobre a necessidade de redescobrir o propósito de vida, redefinir metas e empreender soluções.

38. A ideia de reconstrução é necessária e uma condição importante para a reorientação dos rumos até então construídos, mas não se pode fortalecer a ilusão de que é factível

pensar e construir um projeto individual de vida sem um projeto de sociedade, um projeto para todos. Todo projeto de vida revela e, de certa forma, fortalece um tipo de projeto de sociedade. Projetos pessoais individualistas tendem a fortalecer a competição como meio e a meritocracia como justificativa dos resultados desiguais. Um projeto de vida articulado com o projeto de sociedade pode colocar em seu núcleo central a pessoa humana, a cooperação e a superação das desigualdades. Dessa forma, o projeto de vida não é algo que se revela somente no exercício de autoconhecimento, mas também na relação com o outro, com as demandas da sociedade, sempre em espírito de fraternidade e serviço.

39. Como nos alerta o Papa Francisco: “Hoje, um projeto com grandes objetivos para o desenvolvimento de toda a humanidade soa como um delírio. (...) Cuidar do mundo que nos rodeia e sustenta significa cuidar de nós mesmos. Mas precisamos nos construir como um ‘nós’ que habita a casa comum”.¹⁶ É necessário educar para reverter essa tendência de esvaziamento do coletivo e da crise do compromisso comunitário. A ilusão do individualismo se fortalece em uma distorção da noção de individualidade e de uma desilusão com vários projetos coletivos, em especial no

campo das políticas públicas e no exercício do nosso modelo de representação política. Apesar de compreensível, não é o melhor caminho trocar uma desilusão do coletivo por uma nova ilusão individualista.

40. “O individualismo não nos torna mais livres, mais iguais, mais irmãos. A mera soma dos interesses individuais não é capaz de gerar um mundo melhor para toda a humanidade. Nem pode preservar-nos dos tantos males, que se tornam cada vez mais globais. Mas o individualismo radical é o vírus mais difícil de vencer. Ilude. Faz-nos crer que tudo se reduz a deixar a rédea solta às próprias ambições, como se, acumulando ambições e seguranças individuais, pudéssemos construir o bem comum”.¹⁷

2.3. Aprender com o vivido e construir o novo

41. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde reconheceu a disseminação da Covid-19 como uma pandemia. Várias frentes de ação foram construídas ao mesmo tempo: pesquisas sobre o vírus, novas vacinas, medidas para contenção da contaminação e, logo depois dos primeiros meses, cresceram também as projeções sobre a *pós-pande-*

mia, a nova realidade, o que aprenderíamos com tudo aquilo que estávamos vivendo. Os debates, as reflexões e as projeções sobre a possível *nova realidade* revelaram a esperança no futuro, capacidade de aprender com os acontecimentos, com a própria vida. Tirar lições da vida é uma capacidade que temos, mas essa capacidade não é uma garantia de nova aprendizagem. Aprender na escola, na família, na Igreja e em sociedade exige esforço, uma forma adequada de compreender o vivido e as relações entre os acontecimentos.

42. A *nova realidade* do pós-pandemia não acontecerá como um passe de mágica. Ela será do tamanho da nossa capacidade de compreender os nossos próprios limites e as nossas potencialidades, nossa capacidade de aprender com o vivido para encará-lo de forma distinta nas próximas crises. Nossos aprendizados em grandes crises anteriores revelam que aprendemos mais rapidamente sobre as coisas do que sobre nós mesmos. As invenções surgidas a partir das grandes guerras e pandemias indicam que nossa capacidade de responder rapidamente costuma acontecer quando o objeto da aprendizagem está *fora de nós*.

43. A *nova realidade* também nasce da capacidade de cooperação. O novo despertar de um cooperativismo huma-

nista pode conduzir-nos a uma visão diferente do mundo, das contradições e das suas possibilidades. Pode nos ensinar a converter as relações, os estilos de vida, as expectativas e até as escolhas políticas a fim de que visem o desenvolvimento humano integral que, nas palavras do Evangelho, nada mais é do que a vida em plenitude (Jo 10,10).

44. Alguns segmentos avançaram muito durante a pandemia e devem continuar avançando, outros viveram desaceleração ou recuos significativos. De todos os setores e segmentos da vida social, um merece nossa atenção específica: o que aprendemos de nós mesmos com a pandemia da Covid-19? O que ela revela de nós, de nossa humanidade? O que desejamos reafirmar do que percebemos e o que precisamos modificar? Esse é um aprendizado processual que precisamos fazer. Ele não costuma acontecer de forma concomitante com as crises, mas não devemos perdê-lo de perspectiva na dinâmica da retomada das ações cotidianas. Esse aprendizado será estruturante dos aprendizados futuros e da qualidade das soluções que vamos construir neste momento e nas próximas crises: soluções que podem incluir a todos ou ampliar as desigualdades já existentes.

2.4. Informação, conhecimento e sabedoria

45. Durante a pandemia, vivemos uma crise particular. A crise das informações e das notícias sobre o que está acontecendo ou deixando de acontecer; o que funciona e o que não funciona no enfrentamento do vírus. Ampliar o volume e a circulação de informações é uma condição, mas não uma garantia da construção de uma sociedade com mais conhecimento. Da mesma forma, parece ser possível pensar a relação entre o conhecimento e a sabedoria.

46. O conhecimento ajuda, mas não garante uma postura de sabedoria diante da vida. A passagem da informação para o conhecimento e do conhecimento para a sabedoria não acontece de forma automática e linear. Seu caminho é mais tortuoso do que poderíamos imaginar e a forma como lidamos com as informações nas redes sociais, por exemplo, é um sinal muito significativo que conhecimento e sabedoria não são resultado de simples somatório de informações.

47. Somos uma sociedade mais conectada e com capacidade de acompanhar em tempo real o que se passa em várias partes do mundo, demonstrando assim nossa capacidade de

buscar informação e não necessariamente da nossa relação com aquilo que buscamos. O tipo de envolvimento com a informação e o tratamento que dispomos ao que nos foi informado é que pode garantir a construção de um novo conhecimento. Podemos lidar com a informação somente para confirmar e fortalecer nossos preconceitos, as nossas disposições e indisposições ou para a construção de novos conhecimentos e soluções dos nossos problemas, ou a informação pode gerar iniciativas de proximidade, escuta, cooperação e fraternidade.

48. A democratização dos meios de comunicação é um ganho para a sociedade, mas carrega consigo também a possibilidade da rotulação da realidade a partir de desejos pessoais ou conhecimentos prévios. Toda informação é resultado de uma forma de aproximação da realidade. Compreender o caminho, o método, é uma condição fundamental para compreender a própria informação. Aprender, em qualquer circunstância, é abertura para o novo, é uma ação geradora de desconforto, resultante do confronto entre o que já sabemos e o que se apresenta da realidade. As informações não cumprem seu papel quando são usadas como

um casulo no qual nos escondemos para proteger o que já sabemos.¹⁸

2.5. O inesperado, a ambiguidade da vida e a cultura do encontro

49. A pandemia da Covid-19 intensificou processos e gerou novas realidades. Nossa forma de enfrentá-la construiu soluções importantes, novos aprendizados, mas também revelou e agravou problemas sociais já existentes. A pandemia inaugura um tempo novo, mas é também resultado do tempo atual. A forma com que lidamos com a natureza, uns com os outros, a forma como produzimos e consumimos e como circulamos no planeta são, de alguma maneira, condições desta e de outras pandemias. Vivemos um tempo de aceleração dos processos sociais, de transformações tecnológicas e políticas. Essas transformações e seu ritmo acelerado devem tornar o inesperado mais constante em nossas vidas.

50. Conviver com o inusitado coloca à prova nossos conhecimentos, nossas certezas e o que compreendemos da realidade e da vida. Desafia-nos a construir conteúdos de aprendizagem que possam ser utilizados em realidades que

ainda não conhecemos. Desafia-nos a aprender a lidar e a conviver com a dúvida, com a provisoriedade do conhecimento, sem cair em sua relativização casuística, mas sempre em busca da verdade. Conviver com o inesperado em uma intensidade maior nos desafia a ampliar nossa predisposição para aprender de maneira contínua. Este é um aprendizado que não se faz ignorando o que se sabe e, muito menos, recusando os novos saberes.

51. Viver, em qualquer tempo histórico, é também conviver com o imprevisível e com as ambiguidades da vida. Uma postura esperançosa na capacidade humana de aprender com a vida e transformá-la não é uma postura que recusa a ambiguidade da experiência humana, seus desafios e contradições, mas que, diante dessa ambiguidade, reafirma a esperança em aprender construir e reconstruir o melhor possível: recolher da realidade os sinais de Deus e nos orientar na caminhada, não buscando rotas de fuga da realidade para evitar suas contradições, mas mergulhando nessas mesmas contradições e buscando reconciliar o nosso passo na caminhada com o projeto de Deus que nos inspira. Reconciliação essa que é um exercício tão constante como o próprio ato de caminhar.

52. A cultura do encontro nos motiva a romper as fronteiras do preconceito, do ódio e da indiferença indo ao encontro do outro e de suas realidades. É próprio de quem é educador o cultivo do espírito de construção de uma nova realidade que promova a cultura do encontro. Eis o convite que o Papa Francisco nos faz: “trabalhar pela *cultura do encontro* de modo simples, como fez Jesus: não só vendo, mas olhando, não apenas ouvindo, mas escutando, não só cruzando-se com as pessoas, mas detendo-se com elas, não só dizendo ‘*que pena, pobrezinhos!*’, mas deixando-se arrebatado pela compaixão; e depois aproximar-se, tocar e dizer: ‘*Não chores*’ e dar pelo menos uma gota de vida”.¹⁹

53. Essa capacidade de promover iniciativas a partir das condições reais vividas promovem algo inédito possibilitado pela criatividade que está presente no ato de cuidar, de acolher, de promover, de integrar construindo assim pontes de solidariedade e canais de esperança.

2.6. Formação humana e o papel da educação

54. A formação humana integral nos conduz a refletir sobre as diversas formas de educar e de construir as comuni-

dades humanas, as sociedades e as civilizações, tecidas universalmente pelas relações pessoais e coletivas. A educação, em sentido amplo, abrange pertencimento e a participação dos sujeitos no mundo, de modo integral e solidário.

55. Nos tempos atuais, em que somos convidados a escutar com especial atenção os impactos e as consequências da pandemia da Covid-19, faz-se necessário reconhecer como afetamos e somos afetados por nossas condições frágeis de humanidade. Muito se discutiu sobre o exercício da coletividade e de atitudes responsáveis para atenuar a transmissão do vírus. Questões econômicas, sociais, culturais e religiosas também sobressaíram durante a pandemia. É preciso, sobretudo, neste amplo, complexo e sofrido contexto, olhar e ouvir com especial amor a educação e seus sujeitos, em seus novos desafios, interpelações e perspectivas de futuro.

56. Nessa direção, a educação para a formação integral parte do reconhecimento mútuo entre as realidades sociais, culturais, econômicas, nas quais cada pessoa é levada a ampliar suas competências críticas em relação às suas próprias condições reais. Por essa razão, precisam ser pensadas novas formas de educar não baseadas em uma racionalidade técnico-utilitária, mas sim, em um reconhecimento básico:

o ato educativo pressupõe ações amplas e complexas que demandam um reconhecimento do lugar que a pessoa ocupa na sociedade em que está inserida, tornando-se um agente que contribua com o desenvolvimento de uma nova cultura do acolhimento.

57. A crise desencadeada pela Covid-19 fez ecoar a perspectiva humanista da educação. É preciso educar para viver em comunhão. Educar para conceber a democracia como um estado de participação. Educar como ação esperançosa na capacidade de aprender do humano e de estabelecer relações mais fraternas em sociedade e com a natureza. A forma que reagimos em uma crise, nossas capacidades instaladas e nossas prioridades revelam mais de nós mesmos do que da própria crise. Revelam também o que priorizamos e o que não priorizamos no campo de educação.

58. O humanismo, o tecnicismo, a solidariedade, o egoísmo e tantas outras características da sociedade são frutos, também, de um tipo predominante de educação, de uma determinada seleção curricular e metodológica. Dessa forma, as nossas opções na educação, a partir de seus vários contextos educativos, são aperitivos daquilo que viveremos em sociedade.

59. Todos esses elementos até aqui sinalizados são alguns exemplos de um *currículo* do nosso tempo. Não devemos percebê-lo como algo que deve ser transformado somente em conteúdo escolar, provas e testes, mas em um conteúdo de vida. Um conteúdo que deve ser acolhido em todos os nossos contextos educativos: família, Igreja, organizações sociais, na Educação Básica, Educação Superior, entre outros. Cada contexto educativo possui sua particularidade, seus desafios e sua contribuição potencial para construção de uma sociedade mais fraterna.

2.7. A fraternidade e a amizade social como contextos educativos

60. “Os pais são os primeiros, mas não os únicos, educadores de seus filhos”.²⁰ Além dos pais e da família, uma *aldeia inteira* tem a capacidade de educar. Entretanto, no século XXI, essa aldeia é formada por uma imensa rede social, que tem abrangência global e plasma um novo jeito de ser e de viver. Há espaços sociais que historicamente se organizaram e que são importantes lugares formativos: igreja, comunidades, associações, onde as pessoas se organizam, exercem liderança, atuam pastoralmente, crescem espiritual e huma-

namente, celebram sua vida e aprofundam a sua fé. Evidentemente, pode haver ambiguidades e contradições em todas estas organizações e espaços sociais, entretanto, a origem, a atribuição e a finalidade de cada um dos espaços sociais visam educar as pessoas para a vida em sociedade.

61. O contexto educativo da família, no entanto, também está suscetível à violência doméstica, sobretudo contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos. Durante a pandemia da Covid-19, no Brasil e no mundo, houve um enorme crescimento da violência doméstica. Segundo a UNESCO, com o fechamento das instituições de ensino, cerca de 1,5 bilhão de estudantes e jovens em todo planeta estão sofrendo ou já foram afetados pelo impacto do fechamento de escolas e universidades devido à pandemia. Pessoas que permaneceram fora da escola e fechadas em suas casas durante mais de um ano.²¹ No Brasil, isso ocorreu dos centros de Educação Infantil às universidades; e, ainda, muitos dos pais permaneceram em casa com trabalho remoto (teletrabalho). Foi necessário conciliar trabalho doméstico, trabalho remoto, cuidado com os filhos, aulas remotas dos filhos e permanência simultânea de todos em casa o tempo todo, com moradias geralmente precárias.

62. Nessas condições, os pais enfrentaram o estresse das múltiplas tarefas, as crianças ficaram mais irritadiças pela restrição de mobilidade e ausência de colegas, aumentou abruptamente o tempo de convivência familiar e às mulheres restou a sobrecarga de trabalho e a falta de um suporte social, particularmente o escolar. A tudo isso se somaram o clima de instabilidade social, a carência de redes de proteção social, a instabilidade econômica e a insegurança com o risco de contágio, doença e morte, a insuficiência de estruturas de serviço à saúde pública.²² Devido, dentre outros, a tais fatores, o contexto familiar foi um dos mais impactados pela pandemia, suscitando o aumento dos conflitos e da violência doméstica.

63. As artes e a literatura também são educativas, pois ajudam a interpretar o mundo pela ótica estética. O teatro, a música, a dança, a pintura, a escultura, uma boa leitura e algumas das dimensões da arquitetura, do *design*, da publicidade, possuem uma linguagem singular, que eleva o espírito humano e o projeto civilizatório. Uma sociedade que se fecha em um projeto educativo apenas técnico, pragmático e utilitário, empobrece o horizonte existencial das pessoas e anula a sua capacidade criativa.

64. Em meados do século XX, os Meios de Comunicação Social passaram a exercer enorme influência na vida pública e no modo das pessoas enxergarem e sentirem a vida. Dentre tais meios, a partir da década de 1970, a televisão ocupou um lugar central na casa das famílias, conquistando lugar de destaque na sala e, depois, foi instalada até mesmo nos quartos. As novelas, as transmissões esportivas, a exibição de filmes, os programas de auditório, os *reality shows* e o telejornalismo trouxeram um volume gigantesco de informações e preencheram o tempo com entretenimento e emoção. Por isso, a história da televisão, particularmente no Brasil, oscilou entre sua defesa apaixonada e sua crítica contundente. Não obstante sua importância social tenha decaído, atualmente, para assistir televisão, a população brasileira ainda dedica em média mais de seis horas por dia.²³

65. Hoje, a qualidade técnica e a instalação de televisores se aperfeiçoou, diversificou e expandiu ainda mais. Assiste-se televisão nas viagens de avião, no ônibus urbano, nos celulares, nas antessalas dos consultórios, nos elevadores, dentro dos automóveis, nos navios em alto mar, nas comunidades rurais, no meio da floresta. Por tão grande impacto e abrangência, a Igreja, as escolas e os poderes executivo,

legislativo e judiciário assumiram a televisão como um lugar privilegiado para transmitirem a sua mensagem. Portanto, a educação do povo, em parte, está sujeita à qualidade ou falta dela na programação e conteúdo da televisão brasileira.

66. Mais que a influência da televisão, embora a ela integrada, a geração do novo milênio foi impactada pela internet, em todas as suas faixas etárias.²⁴ Essa nova possibilidade de comunicação veio acompanhada de suas plataformas, ferramentas e equipamentos, como o computador e o telefone móvel/celular. Introduziram um novo jeito virtual de viver, plasmaram um novo ritmo de tempo, uma nova percepção de distância e um novo modo de viver as relações humanas. Das crianças aos idosos, muitos ficam ligados permanentemente *on-line*.

67. No campo educacional, as bibliotecas se tornaram digitais e suas obras passaram a ser consultadas de qualquer lugar do mundo. Periódicos eletrônicos integraram-se aos gigantescos portais de acesso. Novas metodologias e tecnologias educacionais eclodiram a partir das possibilidades da internet. Surgiu a Educação a Distância (EaD) com a possibilidade de estudar em qualquer lugar do mundo. Todo esse processo foi intensificado na educação formal, em propor-

ções desiguais, a partir da pandemia de 2020. Muitos novos desafios, sobretudo éticos, políticos, pedagógicos e psicoculturais, são vividos por essas novas realidades virtuais emergentes.²⁵

68. Essas novas tecnologias precisam formar e se tornar, sempre mais, comunidades abertas onde existe o próximo sem fronteiras, como nos ensina o Papa Francisco em sua Carta Encíclica *Fratelli Tutti*. Também nestes espaços virtuais pode ser exercida uma prática educativa que orienta para o intercâmbio fecundo, a gratuidade que acolhe, a valorização do conteúdo com sabor local, a abertura ao horizonte universal, a superação do narcisismo bairrista, a inclusão dos mais frágeis e dos pobres. São espaços para o diálogo social, não para a troca de opiniões exaltadas e os monólogos agressivos que avançam em paralelo. São possibilidade para o encontro e a amizade social, sustentados pela disposição de abertura à verdade, trabalho pela paz, perdão que supera o ímpeto de vingança, memória que mantém a lembrança dos erros e vigilância para não repetir novas atrocidades na história.

69. Eis, aqui, um belo itinerário para os nossos projetos educativos e um conteúdo programático para todos os que

educam. E, para isso, a instituição escolar tem um papel insubstituível. Ela não substitui o contexto educativo da família, nem é o único espaço social onde se faz educação. Mas é um lugar onde, de modo sistêmico, articulado e especializado, se faz a educação formal e se capacita para a cidadania, o trabalho e as complexas relações sociais. Nesse contexto, não há dúvidas de que o professor é o profissional por excelência da educação e a escola um indispensável ambiente de aprendizado. Por fim, tanto a educação formal e informal, presencial e virtual, devem promover a liberdade da pessoa humana. Educar é humanizar. A educação é um ato de amor e esperança no ser humano.

2.8. A Educação formal no Brasil: um projeto inconcluso

70. A educação formal no Brasil possui avanços significativos nas últimas décadas, mas ainda enfrenta desafios estruturais. Organizar um sistema educacional considerando a extensão geográfica e a diversidade regional do nosso país é um dos grandes desafios. Considerando os estudantes, professores e técnicos administrativos envolvidos na Educação Básica e superior, percebe-se que aproximadamente 1/3 da

população brasileira está envolvida formalmente na educação. Isso significa que, se as pessoas envolvidas diretamente na educação formal do Brasil formassem um país específico, *o país da educação do Brasil*, seria um dos 25 países mais populosos do mundo, entre os 193 países reconhecidos pela ONU. O nosso tamanho, nossa capilaridade e diversidade constituem um desafio estrutural que deve ser considerado, em especial, quando se pensam as políticas públicas de educação.

71. Outro desafio é a superação da dívida histórica de escolarização da população, em especial, dos setores mais populares da sociedade. Esse é um *dever de casa* que a educação brasileira ainda não conseguiu concluir. Somente a partir do século XX o país avançou na ampliação da oferta da escolarização. A escolarização da nossa população adulta é um indicador que revela um aspecto dessa dívida histórica. Segundo o levantamento do IBGE publicado em 2020, 51,2% das pessoas com 25 anos ou mais não tinha concluído a Educação Básica no Brasil.²⁶ É importante destacar que, apesar dos avanços na ampliação do acesso nas últimas décadas, os efeitos da pandemia da Covid-19, recoloca o

tema do acesso e da permanência como um ponto de atenção.

72. Para além do desafio do acesso, outro aspecto que marca o nosso projeto inconcluso de escolarização e a dívida histórica do país é a qualidade da educação ofertada. A desigualdade na qualidade da oferta e seus poucos resultados na aprendizagem dos estudantes, além de não superar o fosso da desigualdade social, alimentam justificativas que naturalizam essa mesma desigualdade apontando que o problema do acesso teria sido enfrentado. É importante destacar que acesso sem qualidade é um simulacro de acesso. Os avanços vividos nas últimas décadas na educação brasileira são visíveis, porém insuficientes e vagarosos, em especial, para os segmentos da população que esperam da educação de seus filhos uma oportunidade singular de melhoria de vida e justiça social.

2.9. A Educação Básica

73. A Educação Básica no Brasil, segundo os dados do Censo de 2020, possuía 47.874.246 estudantes matriculados e 2.212.018 docentes atuando em 180.610 escolas. O segmento com a maior cobertura de matrículas era das crianças

de 6 a 14 anos, com 99,7% nesta faixa etária matriculadas, seguido das crianças de 4 e 5 anos com 93,8% matriculadas. O segmento com a menor quantidade de matrículas era o dos jovens e adolescentes, de 15 a 17 anos.

74. Quase a metade dos alunos matriculados na Educação Básica são atendidos pelos municípios brasileiros (48,4%). Em 2020, a rede privada teve uma participação de 18,6%. A rede estadual é responsável por 32,1% das matrículas, e a federal, tem uma participação inferior a 1% do total de matrículas.²⁷ É fundamental destacar que a educação pública no Brasil é responsável pela maioria das matrículas na Educação Básica, o que torna mais premente os avanços de acesso, permanência e qualidade. Uma educação pública inclusiva e de qualidade é condição da justiça social que ainda carecemos no Brasil. Quando não priorizamos a educação pública no Brasil, construímos uma dupla defasagem: não enfrentamos uma dívida social histórica e prolongamos essa situação de injustiça para as próximas gerações.

75. Ainda pautando-se nas informações do Censo, o número de matrículas da Educação Especial chegou a 1,3 milhão em 2020, um aumento de 34,7% em relação a 2016. Nesse caso, o levantamento se refere aos alunos com defici-

ência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação em classes comuns ou em classes especiais exclusivas. O percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos da Educação Especial incluídos em classe comum também aumentou gradativamente, passando de 89,5%, em 2016, para 93,3%, em 2020.

76. Quanto aos docentes que atuam na Educação Básica, segundo o Censo de 2020, 41,3% deles possuíam alguma pós-graduação. O segmento que mais concentra docentes é o Ensino Fundamental com 62,6%. Dos 2.212.018 docentes, 1.761.999 são mulheres, resultando em 80% do grupo de docentes que atuam na Educação Básica. A faixa etária com o maior número de docentes é de 30 a 49 anos, contendo 66% do grupo de professores e professoras.

77. Nesse cenário percebemos o tamanho dos desafios e, também, das possibilidades da Educação Básica brasileira. Esse desafio foi intensificado nos últimos dois anos com a pandemia da Covid-19. Em março de 2020, as aulas presenciais foram suspensas em todo território nacional gerando respostas distintas e desiguais no enfrentamento da crise, no que diz respeito ao âmbito educativo.

78. A Educação Infantil, como primeira etapa da Educa-

ção Básica, ocupa grande relevância no processo de desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. A educação na primeira infância é de suma importância, pois, possibilita que a criança socialize e interaja desenvolvendo suas habilidades. Segundo dados do Censo Escolar 2019, são quase 9 milhões de crianças na Educação Infantil com 71,4% das matrículas na rede municipal e 27,9% na rede privada, muitas destas comunitárias e confessionais conveniadas com o poder público.²⁸

79. A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) fez uma pesquisa no final de 2020 com a sua rede de escolas municipais. Os municípios são responsáveis por mais de 23 milhões de estudantes e no levantamento feito foi constatado que 92% dos municípios respondentes concluíram o ano letivo de 2020 somente com atividades não presenciais. Os recursos mais utilizados foram: material impresso (95,3% dos respondentes), orientações por *WhatsApp* (92,9%), videoaulas gravadas (61,3%) e orientações *on-line* por aplicativo (54%).

80. O procedimento de transformar 2020 e 2021 em um “currículo contínuo” foi assumido por 91,3% dos municípi-

os. Esse foi um ajuste muito comum em todos os segmentos educacionais. Essa *adaptação* curricular foi objeto das formações de professores em 67% dos casos durante o ano de 2020. Além desse tema, foram oferecidas formações com outros conteúdos, entre eles sobre os protocolos de segurança (77,9%), tecnologias de ensino remoto (74,1%) e acolhimento e competência socioemocional (72,1%).

81. O levantamento das principais iniciativas das redes municipais de escolas são exemplos do que possivelmente aconteceu na rede estadual, federal e privada. Infelizmente, a desigualdade de condições e de construção das respostas também ficaram evidentes, ampliando as desigualdades já vividas anteriormente no sistema educacional e na sociedade brasileira como um todo. Os efeitos adversos da pandemia na educação, como dificuldades de aprendizagem, evasão, exposição das crianças em situação de vulnerabilidade, ainda serão mais bem compreendidos no futuro próximo. O fundamental é que as respostas que serão construídas não reproduzam as desigualdades já existentes.

82. Outro aspecto que merece destaque é o processo de implementação de reformas educacionais importantes no Brasil, como a implementação da Base Nacional Comum

Curricular (BNCC) e a reforma do Ensino Médio. Elas estavam sendo discutidas e implementadas em um contexto de polarização política e instabilidade institucional nos últimos anos e foram afetadas, também, pela pandemia da Covid-19. A situação política e a pandemia não diminuem a necessidade das mudanças educacionais, pelo contrário, a forma que reagimos na educação diante das crises é um sinal de necessidade das mudanças. Essas mudanças na educação são necessárias e urgentes e por isso precisam ser feitas com zelo e não somente para o atendimento legal ou de disputas do calendário eleitoral. Porque são urgentes precisam ser bem-feitas, caso contrário viveremos em uma sucessão de reformas sem resultados efetivos.

83. Há mais de 50 anos, a Igreja no Brasil se esforça para favorecer e criar meios de superação do analfabetismo. Belo exemplo foram as escolas radiofônicas, o nascimento do Movimento de Educação de Base (MEB), que unia instrumento de comunicação, prática regional e valorização da pessoa como protagonista no processo de aprendizagem. Esta e tantas outras iniciativas demonstram o empenho da Igreja e seu compromisso com a educação.

84. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, havia 11,3 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade. Se todos residissem na mesma cidade, este lugar só seria menos populoso que São Paulo.²⁹ Não obstante os esforços da Igreja, da sociedade civil e de iniciativas do Estado Brasileiro, o analfabetismo ainda é um desafio. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), os territórios das regiões Norte e Nordeste concentram a maior taxa de analfabetos, 7,6% e 13,9% respectivamente. Para mudar este cenário é necessário priorizar caminhos que promovam uma educação pública de qualidade.

85. A situação das pessoas em condição de analfabetismo ainda se apresenta como um dos grandes desafios da Educação Básica no Brasil. A alfabetização é um direito humano que deve “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas”.³⁰ Capacita indivíduos, famílias e comunidades e melhora a sua qualidade de vida. Em 2019, a taxa de brasileiros com 15 anos ou mais que não sabia ler ou escrever um bilhete simples ficou em 6,6%, segundo dados da PNAD.

86. Segundo a PNAD, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, dos 50 milhões de brasileiros entre 14 e 29 anos de idade, 20%, ou seja, 10,1 milhões, não completaram alguma das etapas do Ensino Fundamental ou Médio. Esta realidade está mais presente no **Nordeste** do país, onde 13,9% da população é analfabeta. Em seguida, aparece a região Norte com 7,6%, Centro-Oeste com 4,9% e os menores índices estão no Sul e Sudeste com 3,3%. A preocupação é com o futuro dessas pessoas como cidadãos, pois a cidadania vem da capacidade de interagir com as leis, direitos, deveres e a dificuldade de comunicação incapacita a vida em sociedade.

87. A condição de analfabetismo é causa de pobreza e de extrema vulnerabilidade social. Uma pessoa não é plenamente cidadã se não consegue fazer leitura crítica, argumentação e interação em uma sociedade letrada. Em 1978, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) qualificou a alfabetização de funcional quando for suficiente para que os indivíduos possam inserir-se adequadamente em seu meio, sendo capazes de desempenhar tarefas em que a leitura, a escrita e o cálculo

são demandados para seu próprio desenvolvimento e para o desenvolvimento de sua comunidade.³¹

88. Infelizmente, o problema do analfabetismo ainda perdurará por muito tempo. O MEB, organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e outros movimentos de educação popular trabalham ainda hoje pela erradicação do analfabetismo no Brasil. O MEB sempre considerou a condição de pessoas ou grupos que não apenas aprendem a ler e escrever, mas que também utilizam a leitura e a escrita, incorporam-na em seu viver, transformando por isso sua condição e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade. As ações deste organismo baseiam-se no voluntariado e no espírito evangélico que move as comunidades de fé com abertura e compromisso ecumênico, pois considera a educação um dom da fraternidade cristã.

89. A promoção integral, humana e cristã de adolescentes, jovens e adultos, mediante o desenvolvimento de programas e projetos educacionais e culturais, tendo como foco principal a educação popular, espera por uma renovação do compromisso das comunidades cristãs com um novo pacto

pela educação a começar das comunidades urbanas e rurais mais vulneráveis e menos favorecidas pelo serviço público.

2.10. As Escolas Católicas de Educação Básica

90. As Escolas Católicas inserem-se na missão salvífica da Igreja e especialmente na exigência da educação na fé. Tendo presente que a consciência moral e a consciência psicológica são chamadas por Cristo a uma plenitude simultânea, como uma das condições para recebermos os dons divinos da verdade e da graça, a Igreja sente-se obrigada a promover nos seus filhos a consciência plena da sua regeneração para uma vida nova. O projeto educativo das Escolas Católicas, que deve ter em conta os atuais condicionamentos culturais, define-se precisamente pela referência explícita ao Evangelho de Jesus Cristo, que deve radicar-se na vida e na consciência dos fiéis.³²

91. A Educação Católica no Brasil, tem contribuído de forma significativa para a consolidação de uma prática educativa que ajude a sociedade a entender e mitigar questões que marcam o contexto do mundo em que vivemos, tratando da complexidade e do inter-relacionamento de fenô-

menos tais como pobreza, consumo predatório, degradação ambiental, deterioração urbana, saúde, conflitos e violação dos direitos humanos, que ameaçam a ecologia integral.

92. As Escolas Católicas, enquanto comunidade educativa, são lugares de encontro, da educação integral da pessoa humana por meio do projeto pedagógico que tem o seu fundamento em Cristo, orientado para realizar uma síntese entre fé, cultura e vida.³³ Neste sentido, destaca-se a contribuição da Educação Católica, por meio da excelência acadêmica, a partir das práticas pedagógico-pastorais, à luz de uma ecoteologia, no processo de construção de uma sociedade sustentável e respeitosa dos direitos humanos conduzindo a uma transição em direção a sistemas verdadeiramente inclusivos que protejam a **nossa casa comum**.

93. As redes de ensino católicas têm contribuído com a formação contínua dos educadores apoiando-os no seu desenvolvimento pessoal, cognitivo, emocional e profissional, que são alguns dos objetivos de uma educação cristã, integral, integradora e transformadora. Educadores estes que levam os conhecimentos adquiridos tanto para o campo

de suas ações pessoais bem como para sua prática docente, seja nas instituições públicas ou privadas.

94. A Associação Nacional de Educação Católica (ANEC) é uma rede de articulação de todas as Escolas Católicas do Brasil, relacionada à CNBB e à Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB). Presente em todos os Estados da Federação com 89 Instituições do Ensino Superior e mais de 1.050 Escolas, 365 mantenedoras, 110.000 educadores, possui aproximadamente 1,5 milhões de estudantes em suas Instituições.

95. “A Escola Católica, que está particularmente atenta aos problemas educativos, é de grande importância para a sociedade e para a Igreja. Sua proposta é o humanismo integral. Os programas estatais preveem muitas vezes cursos de pedagogia, psicologia, didática, em forma histórica e sistemática. Recentemente as ciências da educação subdividiram-se em um grande número de especializações e correntes. Além disso foram invadidas por ideologias filosóficas e políticas. Os alunos experimentam às vezes a impressão de uma fragmentação confusa. Os professores das ciências pedagógicas devem ajudar os estudantes a superar a dispersão e guiá-los na formação de uma síntese crítica. A

elaboração desta síntese parte da premissa de que todas as correntes pedagógicas contêm coisas verdadeiras e úteis. É necessário, portanto, conhecer, julgar, escolher”.³⁴

2.11. A Educação Superior

96. A Educação Superior é decisiva para a formação de pessoas para o mercado de trabalho e para o desenvolvimento das sociedades. É uma grande conquista das civilizações e um dos lugares mais importantes para o desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico. Por isso, com muita razão, os pais sonham que os seus filhos possam concluir um curso superior e as crianças, desde cedo, quando dizem o que sonham fazer na vida, já sinalizam que precisarão se capacitar em uma instituição universitária.³⁵

97. De fato, a Educação Superior é um dos principais caminhos para que as pessoas se capacitem à liderança social. Inclusive em nossas comunidades, paróquias e dioceses, os próprios diáconos, padres e bispos, para exercerem esses ministérios na Igreja, primeiro estudaram durante muitos anos em cursos de graduação e alguns deles também em cursos de mestrado e doutorado.

98. Dados do Censo de Educação Superior (divulgados em outubro de 2020) indicam que no ano de 2019 havia 8.604.526 estudantes matriculados em cursos de graduação, no Brasil. Parece bastante, mas isso significa que apenas 21,4% dos jovens, com a idade de 18 a 24 anos, estão matriculados em um curso superior.³⁶

99. Relação com o mercado de trabalho. Uma questão importante que se encontra presente no cotidiano do Ensino Superior diz respeito às relações entre as Instituições de Ensino Superior e o mercado de trabalho. Diversas são as relações entre os ambientes universitário e empresarial. Por vezes, as relações são colaborativas, possibilitando crescimento e novas perspectivas para ambos os ambientes e, por vezes, as relações são exploratórias, com o mercado tentando estabelecer agendas na universidade a partir de paradigmas que instrumentalizam o saber e a cultura em nome de supostas oportunidades mercadológicas para os acadêmicos. De qualquer forma, as relações entre universidade e mundo do trabalho são inevitáveis e precisam ser mediadas de forma a sempre favorecer a formação integral da pessoa e a articular possibilidades para uma sociedade mais justa, inclusiva e fraterna.

100. Extensão comunitária. A curricularização da Extensão Universitária,³⁷ regulamentada pela Resolução 007/2018,³⁸ exige que 10% da carga horária dos currículos de graduação seja oferecida como ação extensionista, provocando uma inserção do acadêmico no território da comunidade. A Instituição de Ensino Superior estabelece, assim, um espaço de aprendizagem que ocorre na ação concreta junto à realidade e ao mesmo tempo presta serviços reais e concretos à comunidade local, onde se encontra estabelecida. Essa dinâmica vai ao encontro da ideia de *Service Learning*,³⁹ princípio metodológico que norteia o Pacto Educativo Global.

101. Licenciaturas. Desde a promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (n. 9394/96), todo o magistério a ser desempenhado na Educação Básica precisa se dar em uma licenciatura, oferecida por Instituição de Ensino Superior devidamente regulamentada e reconhecida. As licenciaturas tiveram uma verdadeira ampliação no território nacional com a implementação da universalização da Educação Básica. Historicamente, porém, verifica-se que as Instituições de Ensino Superior não acompanharam esta multiplicação com a devida qualidade.

102. Educação a Distância (EaD). O mais recente Censo da Educação Superior realizado no Brasil mostrou que mais da metade dos alunos de licenciaturas do país estão realizando seus cursos à distância e que este número cresceu bastante de 2013 até o presente.⁴⁰ A emergência da pandemia levou as Instituições de Ensino Superior a buscarem rápidas adaptações para dar continuidade a seus cursos. Em diversas instituições foram implementadas ferramentas de trabalho remoto através das quais professores e alunos puderam se encontrar e dar continuidade ao processo formativo. Existem, porém, diversos problemas neste processo. O primeiro deles é a situação que muitos alunos e alunas de cursos superiores acabaram enfrentando em relação às suas fontes de renda com a vinda da pandemia. Com isso, diversos alunos abandonaram seus cursos, não tendo mais possibilidade de sustentar as mensalidades.

103. Outro problema se refere ao acesso remoto. Necessitando de um sinal estável de internet para se conectar aos ambientes virtuais e principalmente às aulas síncronas, diversos estudantes encontraram grandes problemas de acesso e acompanhamento das aulas. Diversas instituições, buscando garantir o direito de seus estudantes ao Ensino

Superior, articularam ações de acompanhamento e manutenção destes alunos em seus cursos. Isso vem acontecendo por meio da ampliação de descontos e bolsas institucionais, diálogos pessoais com estudantes em processo de desistência e até mesmo de campanhas para arrecadar equipamentos eletrônicos que facilitem o acesso às aulas.

104. A Lei n. 12.881, de 2013, estabelece que as Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) são organizações da sociedade civil brasileira constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público, são entidades sem fins lucrativos, assim entendidas as que observam, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; b) aplicam integralmente no país os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; c) mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. As ICES também devem ter transparência administrativa e a destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congênera.

105. As instituições comunitárias distinguem-se pela forte vocação social, desempenhando um papel proativo na realidade social, política, econômica, cultural e histórica nas regiões onde atuam, gerando transformações que contribuem para o desenvolvimento de suas regiões com maior equidade e justiça social.

106. No decorrer da sua longa existência, as ICES trabalham incansavelmente para proporcionar uma educação de qualidade, contribuem para a formação acadêmica da população, a promoção de atividades artísticas e culturais, a formação de professores, bem como o desenvolvimento de ações de inovação e empreendedorismo, por meio de pesquisa e desenvolvimento de base científico-tecnológica.

2.12. As Instituições Católicas de Educação Superior

107. Há décadas, as Instituições Católicas de Educação Superior no Brasil, as Pontifícias Universidades Católicas (PUCs), Universidades Católicas, Centros Universitários Católicos e Faculdades Católicas, em sua missão, visão e princípios, trabalham a formação integral educando milhares de jovens e adultos. Sua proposta educativa busca *ser*

Igreja em educação, na vivência dos valores do Evangelho. Seu compromisso com a responsabilidade social, pessoal e comunitária, com a concepção de economia do Papa Francisco, com o Pacto Educativo Global leva a trabalhar os projetos de vida de seus integrantes – professores, estudantes, colaboradores e dirigentes – para a solidariedade e o compromisso social.

108. Assim, as políticas públicas educacionais brasileiras ganham maior legitimidade com a participação das Instituições Católicas de Educação Superior e sua respectiva excelência em todas as áreas do conhecimento e na formação de lideranças comprometidas com o bem comum, com a justiça social e na luta por uma educação de qualidade para todos. Elas formam para a vida, para o trabalho, para a inovação e para o empreendedorismo social responsável. Têm por base os princípios do Evangelho e da Tradição da Igreja, a orientação do Magistério eclesial (com particular ênfase às Encíclicas *Laudato Si'* e *Ex corde ecclesiae*), o compromisso com o Pacto Educativo Global. Enfim, assumem os grandes temas que promovem a nova humanidade mais fraterna e solidária.

109. As Instituições Católicas de Educação Superior exercem um papel de grande relevo no cenário nacional. Promovem a qualidade social e educam o ser humano em sua integralidade. Possibilitam o acesso à Educação Superior, sobretudo com bolsas sociais que vão muito além das exigências legais da filantropia. Por meio do tripé indissociável – ensino, pesquisa e extensão – a missão destas instituições se concretiza junto às suas comunidades regionais. Sua atividade acadêmica suscita o pensamento crítico e criativo, aperfeiçoa a prática didático-pedagógica e gera desenvolvimento socioeconômico por atividades inovadoras. A pesquisa que desenvolvem contribui para o fortalecimento da atuação de docentes e discentes. Promovem e garantem o comprometimento institucional com a ética, o desenvolvimento sustentável, a inovação e a justiça social.

110. No âmbito do Ensino das Instituições Católicas de Educação Superior, destacam-se os currículos e planos de ensino que são estruturados para além dos conteúdos programáticos e Diretrizes Curriculares Nacionais. O objetivo é formar bons e honestos cidadãos para exercerem a sua profissão com ética e que prezem sempre pela dignidade da pessoa humana, bem como, possam atuar iluminados pelos

valores cristãos. As Instituições Católicas de Educação Superior devem levar esperança, conforme exorta o Papa Francisco: “É tempo de olhar em frente com coragem e esperança. Que, para isso, nos sustente a convicção de que habita na educação a semente da esperança: uma esperança de paz e justiça; uma esperança de beleza, de bondade; uma esperança de harmonia social!”⁴¹

2.13. Professores e gestores em sua missão de educadores

111. Em todos os tempos, os educadores tiveram desafios inerentes ao contexto social, político e econômico, dentre outros. Na atual realidade, não é diferente. Nesta era da complexidade, levantam-se demandas nos variados âmbitos que abrangem tanto a organização educativa em suas opções pedagógicas quanto a pessoa e a profissão do professor.

112. Aos gestores, além das questões administrativas, financeiras e de toda ordem, importa ter claro um modelo de educação que priorize o encorajamento ao aprendizado e a construção de conhecimentos significativos, que permitam a todos os atores do processo educativo abrirem-se à

aprendizagem como tarefa que nos acompanha pela vida afora.⁴²

113. Pensar em uma formação humana que transcenda a lógica do mercado e dos exames regulamentares tais como Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e vestibulares constitui-se na pauta do dia para todas as instituições, especialmente as confessionais. É importante superar a lógica da exclusão. Seja aquela que passa pela ilusão de que apenas o acesso ao Ensino Superior é a garantia de melhores condições de vida, bem como do discurso que se alicerça no entendimento de que uma grande maioria de pessoas estão tendo acesso ao Ensino Superior. Na verdade, se não houver conhecimento necessário para o exercício de uma profissão, acabam por ampliar ainda mais o muro de separação entre pobres e ricos, reforçando assim uma democratização segregativa.

114. É preciso uma séria reflexão sobre as questões relativas à educação de qualidade social, a fim de ampliar a concepção focada apenas na escalada social individual e descomprometida com as questões humanitárias e com o

futuro da sociedade onde vivem as pessoas. Urge aos responsáveis pelos programas educativos pensar: que metodologias, práticas avaliativas e opções pedagógicas e de constituição curricular permitiriam processos mais equânimes e inclusivos em todos os âmbitos da educação formal? A precariedade a que estão sujeitas algumas instituições públicas de ensino, com o enfrentamento de dificuldades que perpassam o uso inadequado de investimentos em pesquisas, extensão, até a falta de recursos para o ensino, não pode ser ignorada.

115. Os responsáveis pela Pastoral da Educação nas Dioceses, nas paróquias, os próprios párocos, religiosos, leigos e leigos comprometidos com a educação são chamados a voltar o seu olhar para a educação pública. Atenção, sensibilidade e apoio serão fundamentais, se quisermos ser presença apostólica neste vasto campo, de mais de 42 milhões de estudantes em escolas de Educação Básica e nas universidades. É necessário apoiar e promover a Pastoral da Educação.

116. Aos professores, especialmente, protagonistas por excelência do ato educativo, e a quem estão diretamente relacionadas as questões da metodologia do ensino, da aprendizagem dos estudantes, de sua avaliação, impõe-se

repensar o ato educativo para além da já tradicional lógica das perguntas e respostas pré-elaboradas e, muitas vezes, distantes da realidade. Criar formas de interação e aprendizagem, a fim de que o processo de ensino-aprendizagem não seja apenas eficiente, mas sobretudo eficaz, auxiliando para que o aprendiz possa apropriar-se dos conhecimentos, em um espiral que contempla teoria e prática.

117. A pandemia da Covid-19 trouxe consigo a possibilidade de priorizar os conteúdos mais relevantes, sem os quais uma boa formação será deficitária. É importante destacar que o acesso às ferramentas digitais não aconteceu de maneira ampla. Muitas soluções digitais foram construídas para os momentos de isolamento social, porém é necessário avançar, em especial no acesso e na qualidade do acesso a essas mesmas soluções. Uma ação de inclusão digital, quando não acontece de forma equitativa, possui em seu bojo uma nova qualidade de exclusão social.

118. O tema da atualização e do uso de tecnologias educacionais é uma constante na educação. A escola é chamada a rever constantemente os meios que utiliza para facilitar os processos de aprendizagem. Nos últimos anos, as tecnologias digitais ganharam grande relevância, que foi intensifi-

cada durante a pandemia da Covid-19. É importante considerar que o uso de tecnologias digitais possui um grande potencial. As tecnologias podem muito, mas não podem tudo. É preciso evitar a ilusão de uma solução mágica para todos os desafios da educação. É fundamental também perceber outros dois aspectos: as tecnologias digitais quando ofertadas de maneira desigual reforçam e qualificam a exclusão que se espera superar. O segundo aspecto é que elas não devem ser percebidas como artifício para diminuição do *custo professor* no processo educacional. A educação pode ser facilitada por programas e plataformas, mas a sua autoria deve ser centrada na ação humana.

119. Uma educação pensada a partir da complexidade em que está mergulhada a sociedade é chamada a estabelecer diálogo permanente com diferentes atores sociais, com a comunidade local e com profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Além disso, as práticas interdisciplinares e de colaboração entre as disciplinas da mesma e de outras áreas do conhecimento concorrem para a partilha dos saberes e promovem uma visão mais ampla sobre as diferentes questões que envolvem a vida, a pessoa, a sociedade e o planeta. A aproximação entre os próprios professores pode consti-

tuir um caminho para a formação de uma ordem profissional, o que permitiria melhor organização com fins de valorização dos trabalhadores da educação e, também, da efetivação dos processos democráticos, tão necessários à consolidação das instituições e da própria educação como um patrimônio intangível da humanidade.

120. A polarização social, que se acirrou nos últimos anos, trouxe às Instituições Educativas os conflitos a que estão expostos todos os cidadãos em decorrência de suas opções políticas e ideológicas. De Norte a Sul do país, verificam-se casos de agressões a professores, chegando muitas vezes a situações de abuso e violência dentro e fora da escola.

121. A proposta do Papa Francisco de um Pacto Educativo Global implica também, em nível diminuto, que cada Instituição Educativa empreenda processos de diálogo e aproximação com as famílias, propondo uma aliança em torno de uma educação para a verdade, a solidariedade, o respeito às diferenças e a paz.

122. Pensar a educação do século XXI é empenhar-se para transformar as Instituições Educativas em comunidades aprendentes. Somente o compartilhamento de saberes

vai nos permitir alcançar tal meta. Trabalhar por uma educação que promova a vida acima de qualquer outro valor, ajudando a resgatar a dignidade de cada pessoa humana, em um exercício permanente de fraternidade e solidariedade contribuirá para o surgimento e desenvolvimento de uma nova humanidade.

2.14. Ensino Religioso

123. O Ensino Religioso é contemplado no art. 210 da Constituição Federal e é compreendido como uma área do conhecimento e como um componente curricular da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Ensino Fundamental. A BNCC, como documento normativo que regula os sistemas de ensino e determina os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, dos adolescentes e dos jovens, é concebida a partir da perspectiva de uma educação de qualidade social e define um conjunto de habilidades e de competências para nortear os currículos da federação. Esse documento atribui a importância do Ensino Religioso na formação básica dos estudantes conforme previsto no art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): “O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui

disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”.

124. Ressalta-se que, os sistemas de ensino podem definir sua proposta para o Ensino Religioso nos modelos confessional e não confessional. O modelo não confessional foi homologado na BNCC que estruturou o estudo do conhecimento religioso de forma a proporcionar a construção de saberes que permitam a plena convivência pacífica, harmoniosa e fraterna entre as diversidades, não somente no contexto escolar, mas no âmbito dos diversos grupos sociais.

125. O Acordo Brasil-Santa Sé (Decreto n. 7.107, art. 11, § 1º) assegura o Ensino Religioso Católico e de outras confissões religiosas, portanto, podendo haver um modelo não confessional e outro confessional, este segundo os referenciais teológicos da sua tradição religiosa, assegurando a liberdade religiosa.

126. O Ensino Religioso é essencial no componente curricular, como educação para a construção da paz social, do diálogo respeitoso com a diversidade cultural e também

para valores humanos e espirituais, na percepção da busca humana à transcendência.

127. O ensino religioso ainda possibilita que cada pessoa compreenda e descubra que o ser humano possui direitos fundamentais: a vida, a religião, o saber, a apreciação estética, o trabalho, a amizade, a propriedade privada, entre outros. Há uma responsabilidade de serviço ao próximo e senso de comunidade que são fundamentais para a concretização da paz social, no diálogo respeitoso com a diversidade cultural e para valores humanos e espirituais na percepção da busca à transcendência. Como resume Santa Catarina de Sena: “se fores aquilo que Deus quer, colocareis fogo no mundo”.

2.15. Outros contextos educativos

128. A Constituição Federal, em seu artigo 205, ressalta que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ela é um direito subjetivo, inalienável e que deve ser garantido a todos os indivíduos. Entretanto, a educação

existe mesmo onde não há escolas, extrapolando os muros das instituições de ensino. A educação popular, social e comunitária muito tem contribuído, em consonância com as instituições de ensino, ao longo da história, para a potencialização das pessoas e comunidades, como sujeitos de direitos e de deveres. Ela se dá em uma sociedade democrática, que diariamente luta por políticas públicas estruturais e de Nação que acabam, pela sua inexistência ou ineficácia, em várias situações, ampliando a desigualdade e a violência contra as infâncias, adolescências e juventudes.

129. O contexto político-econômico-social que vivemos afetou a sociedade brasileira, em seus diversos campos, ampliando assim, as lacunas referentes aos direitos de momentos de aprendizagem dos estudantes na Educação Básica. No caso das instituições de ensino formal houve o aumento da evasão e do abandono escolar, perdas significativas de aprendizagem. Ocorreu também a ampliação da desigualdade de acesso e permanência às oportunidades educacionais dos estudantes, o aumento do número de reprovações, além do adoecimento emocional dos profissionais da educação e dos estudantes. Quem mais tem sido impactado nos territórios da educação, em escolas e nos

espaços educacionais não formais, foram e são os mais vulneráveis.

130. Nesse contexto não dúvidas sobre a necessidade de que oportunidades educativas sejam construídas nos diversos territórios curriculares e multiculturais, a partir dos pilares da ecologia humana e integral. É preciso, pois, garantir a perspectiva de que tudo está interligado e que somos chamados – Igreja, governo e sociedade – a unirmos ideias, agendas e ações propositivas em prol de uma visão que tem como foco uma educação para a formação humana integral, fraterna, empática e solidária, que impacte positivamente as políticas públicas da Educação Básica brasileira. As práticas pedagógicas precisam ser reconhecidas por acolherem as necessidades de todas as crianças, jovens e adultos e serem pautadas em ações que vão ao encontro do desejo por uma *aldeia* que educa e coloca a pessoa no centro das relações, a serviço do bem comum como ato de amor e de transformação por oportunidades educativas para todas as pessoas, equitativamente, promovendo acesso à educação e aos direitos sociais.

131. Os desafios para a efetivação de uma educação de qualidade são grandes. É preciso um olhar atento e empático

para a educação quilombola, popular, indígena, com os surdos e deficientes visuais que sofrem com diversos desafios dentre os quais a formação de professores, a falta de uma política pública reparadora e afirmativa que atinja todos os territórios de aprendizagem, o abismo educacional, a falta de acesso e condições de permanência, tanto na Educação Básica como no Ensino Superior, a desconexão do currículo da escola formal para com as especificidades dessas comunidades e pessoas.

132. É preciso fortalecer as redes de apoio aos territórios de vulnerabilidade⁴³ para que essas populações tenham as condições necessárias para sobreviver com dignidade e garantir seus direitos sociais, principalmente nas favelas, periferias, quilombos e nas comunidades indígenas, tendo respeitada sua identidade.

133. Uma observação se faz necessária: comunitária é termo utilizado na legislação para se referir às redes privadas, mas não lucrativas, cujos resultados econômicos são integralmente reinvestidos na própria educação, na própria rede de escolas, ou seja, são as escolas filantrópicas, de altíssima potência e qualidade educativa. É nesse grupo que se encontram as milhares de escolas confessionais. As chama-

das privadas são as lucrativas, financeiras, de presença na bolsa de valores, que fazem da educação uma mercadoria, cujo fim último é o resultado econômico.

134. Outra realidade são as Escolas Comunitárias, um modelo que está previsto no art. 213 da Constituição. São confessionais e filantrópicas e têm como público-alvo comunidades e famílias de baixa renda. Uma experiência que precisa ser ainda mais conhecida.

135. É preciso construir caminhos educacionais em uma perspectiva de ecologia humana, que tenham como ponto de partida a diversidade, e de uma “*fala-ação*” que constrói sistemas capazes de promover o bem viver em uma perspectiva do humanismo solidário. Não se pode precarizar o trabalho e a vida em nome da economia. De forma permanente, tem-se o desafio do diálogo como possibilidade de transformação do mundo, por ser um caminho democrático. Para isso, é preciso estarmos dispostos a ouvir e interpretar as classes populares, e mostrar a potência do diálogo no questionamento do mundo como algo dado e na construção de outras formas de sociabilidade que passam por relações de solidariedade e empatia. É um caminho educativo que promove a cultura do bem viver. A educação

popular em saúde, por exemplo, pode ter muito a colaborar nesse sentido.

136. É necessária uma abertura e sensibilidade no que se refere à realidade das pessoas que se encontram em uma situação de exclusão e tratamento discriminatório. Seja na educação formal, como também na não formal, a educação precisa ter marcas de testemunho profético, sendo ousada e aberta à utopia. Dessa forma, afeta, potencializa e transforma os indivíduos como atores-sujeitos sociais; uma educação que relaciona unidade e pluralidade. Atenta e disponível aos mais frágeis, que transmita conteúdos, hábitos, valores e virtudes, a partir da relação na proposição do encontro. Portanto, uma educação para o cuidado com a casa comum, que valoriza a dimensão lúdica, o diálogo e o respeito, que acompanha e ensina o verdadeiro, o belo e o bom,⁴⁴ em todos os contextos sociais.

137. É importante ir além dos muros das instituições de ensino e experimentar as diversas oportunidades presentes no desenho dos territórios educativos em um contexto de crescente singularidade de grupos populacionais em convivência, acelerado pelos processos de globalização, das mobilidades e geridos pelo diálogo multicultural.⁴⁵ Fortale-

cer o prisma da multiculturalidade e interculturalidade, nos sistemas educacionais, demanda uma nova práxis dos educadores e de perspectivas da educação, que precisa ser dialógica e que rompe com a imposição de silêncios.

138. Para uma prática dialógica educativa, é necessário ainda promover uma vivência participativa e cristã, de abertura ao mundo e aos outros, pois, “o sujeito que se abre ao mundo e aos diferentes saberes inaugura, com seu gesto, a relação dialógica que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história”.⁴⁶

3. DISCERNIR

139. O exercício da escuta conduz à necessária tomada de posição da parte de quem escutou. Entre a escuta e a ação, urge a prática do discernimento, qual iluminação à luz dos critérios da Fé e da Tradição Cristãs. E o discernimento se pratica com outra escuta, dessa vez, da Palavra de Deus, como passo fundamental para julgar evangelicamente os desafios do tempo presente e apontar as proposições para o novo. Assim, a referência primeira é Jesus. Ao escutar as acusações contra a mulher pecadora (Jo 8,1-11), o Mestre toma a palavra e faz valer a misericórdia e o perdão como caminho novo para aquela mulher continuar a viver resgatada na força do amor, da compreensão e da Boa-Nova do Reino. Este caminho novo da misericórdia não exclui, porém, a correção: “vai e não peques mais”.

140. Todos os dias as pessoas são chamadas a tomar pequenas decisões. Essas são geralmente adotadas à luz de valores assimilados desde a educação familiar e aperfeiçoados na vida adulta. Mas é, sobretudo nas decisões que mais empenham o sentido da vida e da dignidade humana, naquelas que comprometem o futuro de si mesmo e dos

outros, nas que envolvem a justiça e a liberdade, que a pessoa necessita exercitar atentamente o discernimento. Para o cristão, essas decisões requerem a luz da fé. “É verdade que o discernimento espiritual não exclui as contribuições de sabedorias humanas, existenciais, psicológicas, sociológicas ou morais, mas transcende-as. (...) Não está em jogo apenas um bem-estar temporal, nem a satisfação de realizar algo de útil, nem mesmo o desejo de ter a consciência tranquila. Está em jogo o sentido da minha vida diante do Pai que me conhece e ama, aquele sentido verdadeiro para o qual posso orientar a minha existência e que ninguém conhece melhor do que Ele”⁴⁷.

141. *Escutar, discernir e agir.* Eis o caminho que a Campanha da Fraternidade nos apresenta este ano: é preciso discernir os desafios da realidade educativa no seu conjunto para alcançar propostas plausíveis de superação de lacunas e dificuldades que comprometem a qualidade da educação em todos os âmbitos. A escuta faz parte do ver. Há coisas que só escutamos, vendo. Na educação, o discernimento é um passo importante para maturar a vida como futuro ao mesmo tempo em que estimula o nosso agir que se resume

em uma só verdade: o cristianismo é um modo de viver, *é viver em Cristo*, é ação, compromisso e transformação.

142. Após apresentar uma visão panorâmica da realidade educativa em nosso país, com seus desafios potencializados pela pandemia e seus impactos nas políticas públicas para a educação, é hora de discernir as principais referências da educação na perspectiva cristã, ou seja, uma educação para o humanismo solidário. À luz da Palavra de Deus, da Tradição e do Magistério da Igreja e da experiência eclesial bimilenar, muito mais do que julgar os diferentes modelos educativos, urge recuperar os princípios e as características da educação na perspectiva da fé cristã.

3.1. Jesus Cristo: Mestre e Educador

143. As Sagradas Escrituras apresentam a imagem de um Deus que se revela às criaturas dentro de contextos históricos e culturais. Contemplando os mistérios da vida de Cristo não é de se surpreender que o Filho de Deus viveu, falou, foi educado e adorou o Pai como um judeu de seu tempo. Suas palavras e ações, seu método de ensinar estavam em sintonia com os costumes e as práticas da cultura semita na qual Ele se encarnou.

144. O Evangelho revela como Jesus atraía pessoas, grupos e a multidão sobretudo pelo seu modo de ensinar. As atividades realizadas por Ele podem ser basicamente resumidas em três atitudes: anunciar, ensinar e curar. No entanto, parece que os atos de ensinar e instruir sobressaem aos outros. Ele inicia seu ministério público dando testemunho de vida, fazendo e ensinando (Mt 4,25; 5,2; cf. At 1,1).

145. Com relação à educação formal que Jesus recebeu, há poucas informações, mas o evangelista Lucas, depois de relatar o encontro de Jesus no Templo com os doutores da Lei, afirma que Ele voltou para a Galileia com seus pais e era-lhes submisso (Lc 2,52). Os verbos submeter e crescer denotam um desenvolvimento na educação de Jesus. O evangelista faz notar que sua educação se deu em Nazaré da Galileia (Lc 2,39). Ainda faz menção que Ele costumava frequentar a sinagoga, onde provavelmente aprendeu a ler e escrever (Lc 4,16).

146. No Evangelho há evidências de que os discípulos de Jesus se dirigem a Ele como Mestre, como alguém que fala com sabedoria e ensina com amor tanto a seus discípulos como também à multidão (Jo 1,37-38; 4,31; 9,2; 11,8; Mc 9,5; 11,21; 14,45). Aqui a atividade do Mestre Jesus tem

uma forte relação com os discípulos que o reconhecem como Mestre. Os doutores da Lei (Mt 22,35-36), os Fariseus (Lc 19,39), os Saduceus (Lc 20,27-28) também o reconheceram como Rabi.

147. Em seus ensinamentos Jesus demonstra que conhece as Escrituras na sua forma literária, mas também na oralidade, pois é capaz de dialogar com as pessoas fazendo citações e alusões da Lei e dos Profetas com muita frequência. Ele tinha uma pedagogia singular (Lc 4,16). Jesus ensina como deve ser a relação filial entre aquele que reza e o Pai que está nos céus (Lc 11,1-13).

148. Nas parábolas que narrava, Jesus apresentava metáforas, comparações, provérbios, contrastes, enigmas, paradoxos, similitudes, todas com o objetivo mudar as concepções, provocar uma autorreflexão sem desafiar as pessoas diretamente. Caminho que promove a conversão de vida. Às vezes, utilizava o questionamento: “E vós, quem dizeis que eu sou?” (Mt 16,15). Buscava, assim, criar condições para despertar nos corações das pessoas o desejo de apreender, sobretudo as verdades mais importantes para a vida eterna.

149. Os Evangelistas também mencionam que Jesus ensinava com autoridade (Mt 7,28-29; Mc 1,21-28); sua pedagogia se difere do modo dos escribas e fariseus, porque Ele conhece as Escrituras em profundidade e as atualiza na sua pessoa, no seu modo de agir. Sua autoridade vem do profundo conhecimento daquilo que diz e de sua prática de vida. Ressalte-se aqui o valor do testemunho de vida pessoal e a coerência de quem ensina.

150. Segundo o costume no tempo de Jesus, o lugar de ensinar era a sinagoga e o Templo, normalmente sentado em um lugar mais elevado. Jesus também ensina na montanha (Mt 5,1-2); na beira do lago (Mt 13,1-3). Em casa (Mc 3,20-35), à beira do poço (Jo 4), no caminho (Lc 24). Ele não ensina apenas com palavras. Seu ensinamento também é relacional, se dá pela proximidade e desperta o discernimento em seus interlocutores. Não perde oportunidade de ensinar. Em diálogo com a samaritana, percebe-se que sua pedagogia leva as pessoas a mudarem seu modo de pensar e agir. Sua pedagogia consiste em ensinar levando em consideração toda a realidade que cerca as pessoas com as quais se encontra. Ele respeita o tempo, a experiência, a mentalidade, as concepções que as pessoas tinham. Ele é paciente

no ato de ensinar, demonstra interesse por aquilo que o outro traz para o diálogo, sabe escutar e apontar caminhos (Jo 4,7-26).

151. O modo de ensinar de Jesus transformou e ainda hoje pode modificar a vida de muitas pessoas. Ele ensina a misericórdia, o acolhimento que conduz Zaqueu a conversão (Lc 19,1-10), a cura do cego Bartimeu que insiste em encontrar-se com Jesus (Mc 10,46-52), Maria Madalena que ao ser liberta do espírito mal, coloca-se no caminho do seguimento (Lc 7,36-50). Dentre todas as transformações que os ensinamentos de Jesus suscitaram, talvez as mais extraordinárias tenham ocorrido com seus apóstolos. Pedro, por exemplo, deixou de ser impetuoso. Na paixão medroso, mas cheio de coragem em Pentecostes. Mateus aceita deixar a vida de cobrador de impostos para se tornar discípulo.

152. A pedagogia de Jesus liberta as diversas categorias de cativos: os pecadores (Lc 15,7-10), cobradores de impostos (Lc 15,1-2; 19,7), os que são economicamente oprimidos (Lc 16,19-31), os possuídos pelos demônios (Lc 11,14), os doentes (Lc 13,10-17), os samaritanos (Lc 17,11-19) e os gentios (Lc 13,28-30). Os protagonistas caracterizados pelos relatos dos Evangelhos se envolvem no processo

de libertação tomando parte nas ações de Jesus, que devolve a dignidade e o senso de pertença à nova comunidade de discípulos.

153. Nas parábolas Jesus coloca figuras anônimas (Lc 10,25-37) seja como protagonistas que agem a partir da solidariedade e da misericórdia, ou sofredores sem voz e dignidade deixados à margem do caminho, mas que se tornam sujeitos da compaixão divina e recobram a vida e a dignidade. Como na parábola do grão de mostarda, quase invisível lançado na terra, e o fermento escondido na massa permeiam e penetram em realidades que surpreendem (Lc 13,18-21), assim a ação dos discípulos anônimos, desconsiderados pelo sistema do Templo e do Império Romano, é decisiva para o anúncio do Evangelho. A comunidade dos discípulos gera novas relações humanas que convidam a todos para aderirem ao Reino de Deus.

154. Seguir Jesus pelo caminho do discipulado consiste em aprender dele como se deve construir novas relações fraternas fundamentadas em atitudes de amor ao próximo e de perdão que Ele mesmo teve ao percorrer o caminho de seu ministério. O desejo de restaurar as relações rompidas deve nascer do coração humilde e sincero do discípulo que se dis-

põe continuamente a aprender com Ele como agir e como orar verdadeiramente.

3.2. Discípulos missionários educadores

155. A comunidade dos discípulos assumiu com coragem o mandado missionário conferido pelo Senhor Ressuscitado. O “ide e ensinai” (Mt 28,19-20) impulsionou a vida dos discípulos, que assumiram a tarefa de anunciar e iluminar o mundo com a audaz proposta do Evangelho. Os discípulos e discipulas, marcados pelas lições aprendidas com o Mestre, testemunhavam em sua ação missionária a pedagogia do amor, do diálogo, da compaixão e do cuidado com a vida. Os textos do Novo Testamento relatam o caráter formativo assumido pela Igreja nascente na pregação dos apóstolos, no testemunho pedagógico da fraternidade comunitária, na partilha dos bens, nas correções e no encorajamento das cartas paulinas.

156. A Igreja percebeu a educação como um elemento essencial da sua missão e, desde a antiguidade até os nossos dias, é enriquecida por exemplos admiráveis de pessoas que deram um fervoroso testemunho de fé através do empenho educativo. Muitos cristãos, por meio da educação, realiza-

ram a perfeição da caridade e colaboraram para a edificação de uma sociedade mais fraterna e justa.

157. Nos primeiros séculos do cristianismo, os Padres Apostólicos elaboraram a literatura mais antiga produzida pela comunidade cristã, em uma perspectiva de continuidade e, em alguns casos, simultaneidade em relação aos textos do Novo Testamento. Conjuntamente com a atividade missionária, a tarefa educativa se fez presente naqueles primeiros lugares onde o Evangelho tinha sido pregado.

158. A *Didaqué*, como primeiro catecismo cristão, conhece o fenômeno da educação assumida pela família, na qual, desde cedo, os filhos deviam ser educados no temor do Senhor.⁴⁸ Clemente de Roma afirma que a humildade, a castidade e o amor pela beleza resultam da educação que os pais oferecem para os filhos à luz dos ensinamentos de Cristo.⁴⁹ O aparecimento das escolas cristãs, como locais onde os mestres podiam reunir os seus discípulos para transmitir ensinamentos da doutrina cristã, acontece no contexto da *domus ecclesiae* (Igreja nas casas), no tempo das grandes perseguições e do martírio. Nesse contexto, a educação da fé e a formação humana das crianças estão interligadas. Comuni-

dade e famílias assumem a comum responsabilidade educativa.

159. Do período patrístico, pode-se destacar três importantes exemplos de centros de formação cristã lideradas por: São Justino Mártir, em Roma, Clemente de Alexandria e Orígenes, na antiga capital do Egito e por Cirilo de Jerusalém, na Palestina. São Justino cria uma biblioteca pública aberta à população, na qual os livros serviam como instrumento para as instruções e para os ensinamentos cotidianos.

160. São Clemente de Alexandria inova ao inserir os processos de crescimento cognitivo em uma dinâmica cristã sem lapsos entre a herança cultural do homem e a conquista do saber. Descreve-se com isso a sublime iniciativa do educador que, antes de tudo, deve se colocar na condição de quem admite que os conceitos culturais dos alunos são importantes, apesar de insuficientes para sua própria evolução. São Cirilo de Jerusalém prepara os catecúmenos e reconhece a tarefa educativa das catequeses mistagógicas, cujo objetivo era explicar o sentido místico da celebração, fazendo com que os neófitos não apenas compreendessem o sentido do credo e da oração cristã, mas também trouxes-

sem para os gestos pessoais os elementos adquiridos nos sacramentos.

161. Pela sua importância e relevância, o conjunto de instruções oferecido pelos Padres da Igreja sobreviveu pelos séculos até chegar a nós. Eles procuraram em um contexto multicultural dialogar com a sociedade da época apresentando a fé cristã como importante elemento para iluminar a vida pública. A Escola Catequética ou Teológica de Alexandria (*Didascalium*) foi fundada no ano 190 por São Panteno e levada avante por São Clemente de Alexandria. Tinha como objetivo apresentar o cristianismo à cultura helênica.⁵⁰

162. São Justino, que não era ministro ordenado nem líder da sua comunidade, ocupa a função de mestre. Como educador leigo, São Justino apresenta a importância de se promover com liberdade os ministérios dos leigos, sobretudo quando estes se dedicam à educação.

163. Ao longo dos séculos, a Igreja proporcionou vários ambientes e experiências formativas conectadas aos conventos e igrejas com o intuito de formar os jovens capazes de promover o diálogo entre fé e razão. Na Idade Média, as bibliotecas e escolas mantidas junto aos mosteiros conserva-

ram e mantiveram viva a cultura literária e, neste ambiente, se desenvolveu um sistema educativo de grandes valores culturais e religiosos, além do estabelecimento do método científico que colocou as bases da ciência moderna. Santo Anselmo de Cantuária, São Bernardo de Claraval, São Tomás de Aquino, entre outros pensadores, constituíram naquele momento histórico um importante avanço educativo por meio das investigações filosóficas que procuravam responder às inquietações humanas na sua busca pela verdade.

164. O movimento humanista, com o renascimento, delineou uma compreensão educativa centrada no ser humano em busca da beleza e da liberdade e assim estabeleceu uma forma nova de enxergar o mundo. O ideal educativo neste período é o do homem culto e, por isso, introduz os estudantes às grandes obras literárias e artísticas clássicas. Uma nova compreensão acerca do ser humano e a inspiração das artes como componente educativo são heranças deste período na formação das novas gerações. Para Santo Tomás de Aquino “o homem tem de bondade tanto quanto tem de Ser, e faltando-lhe plenitude de seu Ser, falta-lhe bondade, o que é chamado de mal”.

165. Em meio às desigualdades de acesso à educação, a caridade cristã suscitou em muitos religiosos e religiosas a sensibilidade em relação à maioria das crianças, geralmente pobres e sem acesso à educação formal. A caridade educativa está na origem de inúmeros Institutos de Vida Consagrada e congregações religiosas que surgiram com a missão específica de educar crianças pobres. O encontro fecundo das pessoas consagradas com o mundo da educação produziu uma tradição pedagógica sábia e eficaz que, à luz do Evangelho, promove a pessoa humana por meio da escolarização. A sabedoria educativa de Dom Bosco com o método preventivo, a atração pelos pobres de José de Calasanz, a obra educativa de João Batista de La Salle e São Marcelino Champagnat. A preocupação de Domingas Mazzarello e Lúcia Filippini pela educação das meninas e das jovens, o amor de Madre Clélia Merloni, o zelo de Carmén Sallés, Madre Cabrini, Santa Virgínia Bracelli entre muitos nomes, evocam o quanto o Espírito Santo age na vida da Igreja despertando audaciosos corações para educar as crianças e os jovens. Não há como nesse espaço nomear todos eles, mas podemos lembrar outros, inclusive em nossas comunidades. Os resultados de suas obras são edificantes ainda para o tempo presente.

166. Em sua caminhada peregrina no mundo, a Igreja tem sido agraciada por pessoas consagradas capazes de desenvolver uma ação educativa particularmente eficaz, oferecendo uma contribuição específica para as iniciativas de formação.⁵¹ Religiosos e religiosas compreenderam o âmbito educativo como caminho para o crescimento cultural e de fé, e elaboraram pedagogias ao longo de sua história com abordagens inovadoras que influenciaram positivamente as práticas educativas. Esse patrimônio cultural da humanidade oferecido pelas instituições religiosas, em sua maioria filantrópicas, aponta um importante componente de discernimento que é assumir a tarefa educativa como vocação e como parte da obra missionária da Igreja.

167. A educação, precisamente porque tem por objetivo tornar a pessoa mais humana, só pode realizar-se autenticamente em um contexto relacional e comunitário. Nessa comunidade de discípulos missionários educadores estão inseridos vários atores e, em especial, os leigos e leigas, chamados a assumir sua missão na Igreja vivendo na fé a sua vocação secular na comunidade escolar. Os professores, na história das instituições educativas, assumem a tarefa de colaborar diretamente na formação integral da pessoa, na

formação do seu sentido ético e social, em sua abertura ao transcendente e em sua educação religiosa.⁵²

168. A Igreja, progressivamente, utilizou das fontes e dos instrumentos da cultura para aprofundar a Revelação e promover um diálogo construtivo com o mundo. Os discípulos missionários educadores, no decorrer dos séculos, encarnaram a Boa-Nova do Reino na aspiração de educar e formar as novas gerações para verdadeiramente assumirem seu protagonismo no mundo. À luz da fé em Jesus, mestre e educador, a missão educativa dos discípulos missionários tem sido promover a fraternidade a partir da força transformadora do Evangelho. Esse jeito de ensinar reconhece a todos como filhos de Deus e leva ao amor e ao serviço a todos, especialmente os mais pobres.

3.3. Horizontes próprios da educação cristã

169. Toda proposta educativa tem subjacente uma concepção do ser humano, da cultura, da sociedade e da história. Pode-se dizer que a cada pedagogia corresponde uma antropologia. A educação que parte de uma antropologia cristã também considera o fim último da pessoa: conhecer e

amar a Deus no tempo e na eternidade, e os irmãos e irmãs por meio da fraternidade. A educação não é só integral no sentido temporal, mas eterno. Ela deve conduzir a pessoa a desenvolver suas capacidades em vista do amor a Deus e ao próximo (Mt 22,37-39), sem descuidar da promoção da vida e da dignidade humana, no horizonte da salvação.

170. Ao considerar a educação cristã, parte-se de uma antropologia cristã. Por isso, a educação cristã parte da visão positiva e integral do ser humano como ser responsável por si mesmo e pelo mundo, como ser livre, aberto à transcendência e culturalmente situado, marcado pela contradição do pecado, mas orientado a vencê-lo e, eticamente conduzido para a justiça e a fraternidade.

171. O olhar de Jesus para a mulher pecadora que está para ser condenada porque pega em flagrante adultério (Jo 8,1-11) é iluminado pelo amor de Deus que vê a pessoa integralmente e a convida a uma nova vida que nasce de um coração que se converte. Cremos que Deus não julga segundo as aparências: “Assim, eu vos digo, haverá alegria entre os anjos de Deus por um só pecador que se arrepende” (Lc 15,10).

172. Ao agir assim, Jesus convida a aprofundar pelo dis-

cernimento quais são os valores que devem presidir a educação em uma perspectiva cristã. Partindo da visão integral do ser humano, é útil destacar a missão educadora das famílias, a importância do Estado em garantir o direito à educação para todos, a missão dos professores nas instituições de ensino e a comunidade eclesial que educa na fé. Entre outros aspectos a ressaltar, dá-se ênfase à educação para o diálogo e a educação para o belo, o bom e o verdadeiro.

3.3.1. Educação integral

173. A educação cristã se orienta pelo objetivo de formar a pessoa humana em todas as suas dimensões. Diante da pergunta do salmista “Quem é o ser humano, para dele te lembrares?” (Sl 8,5) a busca de respostas produziu muitas reflexões. A Igreja, atenta à Palavra de Deus e à Tradição, ensina que o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1,27), com a capacidade de conhecer e amar o seu Criador. Deus não criou o homem solitário, mas “homem e mulher os criou” (Gn 1,27). São queridos por Deus, “por um lado, em uma perfeita igualdade enquanto pessoas humanas e, por outro, em seu respectivo ser de homem e de mulher”.⁵³ A natureza humana é, assim, eminentemente,

social e as relações interpessoais são necessárias para o desenvolvimento de seu potencial.

174. A pessoa humana é um ser corporal e espiritual. “O corpo do homem participa da dignidade da ‘imagem de Deus’: ele é corpo humano precisamente porque é animado pela alma espiritual. É a pessoa humana inteira que está destinada a tornar-se, no Corpo de Cristo, o Templo do Espírito”.⁵⁴ Por essas dimensões, a pessoa está ligada a este mundo por sua corporeidade e, ao mesmo tempo, aberta à transcendência, porque é amada pelo Deus criador. Cada pessoa é única e irrepetível. Essa singularidade aponta para a riqueza da subjetividade de cada pessoa e se opõe a qualquer tentativa de reduzi-la a modelos ou tipos ideológicos. A pessoa humana não pode ser instrumentalizada por nenhum motivo. Ferida pelo pecado, a natureza humana sofre por não fazer o bem que deseja e por fazer o mal que não deseja (Rm 7,19). Libertada em Cristo, crê na superabundância da graça (Rm 5,20).

175. Decorrência da dignidade, da unidade e da igualdade de todas as pessoas é o ordenamento das ações humanas em vista do bem comum, princípio para a vivência da fraternidade e condição para a vida em sociedade. É verda-

de, também iluminada pela fé, que há uma dimensão política da existência humana “que implica uma atenção constante ao bem comum e a preocupação pelo desenvolvimento humano integral”.⁵⁵ E, mais recentemente, insiste-se na dimensão ecológica da vida humana, pois “viver a vocação de guardiões da obra de Deus não é algo opcional nem um aspecto secundário da experiência cristã, mas parte essencial de uma existência virtuosa”.⁵⁶

176. Quando se trata de educar uma pessoa é de fundamental importância ter presente essas dimensões. O conjunto das características da pessoa humana à luz da fé cristã é o que se chama de visão integral do ser humano. Compreende-se, assim, porque a Igreja insiste no compromisso de “educar ao humanismo solidário”, colocando a pessoa humana no centro de um processo que pode ser reconhecido como “humanizar a educação”.⁵⁷ Ao mesmo tempo preocupa-se em formar cidadãos capazes de exercitar o diálogo em ambientes cada vez mais multiculturais.⁵⁸ Em um mundo globalizado, um dos apontamentos da educação para o humanismo solidário é a globalização da esperança ancorada na compreensão de que “a caridade cristã propõe gramáticas sociais universalizantes e inclusivas. Tal caridade

informa as ciências que, preenchidas por ela, acompanharão o homem em busca do sentido e da verdade na criação”.⁵⁹

177. Educar para o humanismo solidário implica, também, trabalhar por uma verdadeira inclusão,⁶⁰ considerando o que é próprio de cada cultura e de cada contexto, sempre com o olhar cuidadoso para as gerações futuras. É, ainda, trabalhar em redes de cooperação,⁶¹ atentos às armadilhas dos processos de massificação cultural. Enfim, é grande o risco de improvisar no campo da educação. Melhor é buscar as referências seguras de uma saudável antropologia cristã que, então, oferece luzes e segurança para passos novos e ousados.

3.3.2. A vida em família como processo educativo

178. O processo educativo faz parte integrante das relações familiares. Na família aprendemos a viver e conviver. Em cada etapa da vida Deus nos dá a oportunidade de aprender e amadurecer como o próprio Cristo assim quis experimentar na vida de família, em Nazaré: “E Jesus *ia crescendo* em sabedoria, idade e graça *diante de Deus e dos homens*” (Lc 2,52). Assim, uma inspiração para os pais, são aqueles que acompanharam a educação de Jesus: a Virgem

Maria e São José. Uma mãe dócil, educadora, fiel à Palavra de Deus. Um pai adotivo que guardou a Sagrada Família em honra e dignidade.

179. A família é, portanto, o lugar privilegiado para crescer em sabedoria, idade e graça. Por isso, se diz que a família é escola de virtudes.⁶² Na virtude da sabedoria entra toda a perspectiva do processo educativo no convívio das gerações, em que pais, filhos, avós e outros familiares vinculados se tornam referências de valores e os novos aprendem com os mais experientes e vice-versa.

180. Na perspectiva da idade, entra a virtude do valor à vida e compreende o processo educativo dentro de cada etapa da vida desde a concepção até o fim natural. Em cada uma dessas etapas é possível fortalecer os vínculos de amor do seio familiar que não podem ser substituídos por nenhuma outra estrutura. Cada etapa da vida com seus dons e conflitos torna-se processos educativos oportunos dentro da família, onde se aprende a superar o egoísmo e a lançar-se no amor que cuida e se responsabiliza pelo outro incondicionalmente.

181. Na perspectiva do crescimento na graça, entendemos a família como a referência mais importante da educa-

ção para a fé, com a iniciação à vida cristã, na Igreja doméstica (LG, n. 11) e na comunidade eclesial que é família de famílias. Assim, a convivência familiar se torna o lugar do maior aprendizado que toca o profundo do nosso ser: experimentamos a cruz de Cristo nas crises mais profundas em nossos lares, mas também a graça da sua redenção quando o amor de Cristo renova uma família através da reconciliação, do perdão e da vida eclesial.⁶³

182. Na vida em família, os pais têm o dever moral de educar e propiciar o desenvolvimento dos filhos. Essa responsabilidade precisa ser assumida e realizada “de modo consciente, entusiasta, razoável e apropriado”⁶⁴ formando para os valores éticos, a maturação afetiva, o consumo consciente, o enfrentamento das situações de risco, por exemplo, os abusos, as agressões e as drogas. “Os pais necessitam também da escola para assegurar uma instrução de base aos seus filhos, mas a formação moral deles nunca a podem delegar totalmente. O desenvolvimento afetivo e ético de uma pessoa requer uma experiência fundamental: crer que os próprios pais são dignos de confiança”⁶⁵.

183. Do dever nasce o direito. À família cabe o dever de educar, por essa razão, ela tem o direito de escolher a educa-

ção que dará a seus filhos e quais coadjuvantes associará neste processo, considerando os valores que são para ela importantes.

184. A Igreja considera “a missão educativa da família cristã como um verdadeiro ministério, através do qual é transmitido e irradiado o Evangelho, ao ponto de a mesma vida da família se tornar itinerário de fé e, em certo modo, iniciação cristã e escola para seguir a Cristo. Na família consciente de tal dom, como escreveu Paulo VI, ‘todos os membros evangelizam e são evangelizados’”.⁶⁶

185. Mas também não se pode esquecer do papel da família no processo educativo para a construção de uma sociedade melhor. É na família que se projeta a virtude de perseverar nos bons propósitos em vista do cuidado das futuras gerações: “A promoção de uma autêntica e madura comunhão de pessoas na família torna-se a primeira e insubstituível escola de sociabilidade, exemplo e estímulo para as mais amplas relações comunitárias na mira do respeito, da justiça, do diálogo, do amor”.⁶⁷

186. Constata-se, com alegria, nas últimas décadas, a participação mais direta do pai na vida doméstica e na educa-

ção dos filhos. Aos poucos, parece ir acontecendo a superação daquele tempo em que a civilização havia desembarcado em uma estação sem pai, marcada por diversas ausências: física, afetiva, cognitiva e espiritual, que “priva os filhos de um modelo adequado de comportamento paterno”,⁶⁸ mas ainda há muito o que avançar. A emergência de um novo modo de assumir responsabilmente a paternidade parece ser, dentre outros fatores, devido à reorganização do mundo do trabalho, ao reposicionamento social das mulheres, à revisão das estruturas e atribuições familiares e ao aprofundamento das relações humanas. Mas, ainda há muito por crescer no senso da paternidade. “Não se nasce pai, torna-se pai... E não se torna pai apenas porque colocou um filho no mundo, mas porque cuida responsabilmente dele. Sempre que alguém assume a responsabilidade pela vida de outra pessoa, em certo sentido exercita a paternidade a seu respeito. Na sociedade atual, muitas vezes os filhos parecem ser órfãos de pai. A própria Igreja precisa de pais. (...) Ser pai significa introduzir o filho na experiência da vida, na realidade”.⁶⁹

3.3.3. Educação para todos

187. Sendo a educação o meio que propicia o amadurecimento integral da pessoa, a humanização, a Igreja compreende que se trata de um direito universal, seja na infância e juventude, seja na formação continuada do adulto, para que cada pessoa possa desenvolver as suas próprias capacidades e colaborar com a sociedade.⁷⁰ “Ao direito inalienável a uma educação digna, corresponde, da parte da sociedade, uma obrigação, também fundamental, de propiciar os meios necessários para que tal direito democrático seja concretizado para todos”, e nesse sentido, “o Estado, administrador dos recursos que recebe da sociedade, deve providenciar, de modo equitativo, a distribuição dos meios que possam garantir o maior rendimento para a efetivação do direito de todos ao acesso à educação”.⁷¹

188. Como direito universal, é importante que haja diversidade de ofertas, entre as quais a educação cristã, de forma que, servindo-se de seus direitos, as famílias cristãs possam escolher instituições e processos educativos que estejam de acordo com seus princípios e crenças.⁷² Assim, é necessária a garantia da coexistência de diferentes propostas educativas, entre as quais a cristã, de forma a garantir o direito das famílias de optarem por uma educação em conti-

nuidade com seus valores,⁷³ pois os filhos não podem ser obrigados a frequentarem aulas que estejam em desacordo com a fé.⁷⁴

189. Uma vez que contribui para o progresso da sociedade, a responsabilidade pela educação é compartilhada por diversas instâncias como os “meios de comunicação social, as múltiplas organizações de atividades culturais e esportivas, os agrupamentos juvenis, sobretudo, as escolas”,⁷⁵ em uma relação de subsidiariedade⁷⁶ em que a família aparece como a primeira responsável,⁷⁷ mas não a única. Ao poder público cabe garantir o acesso universal respeitando as opções das famílias quanto ao projeto educativo.

190. Uma educação para todos requer que todos – família, escola, sociedade – estejam pactuados para oferecer os melhores esforços para formar pessoas maduras e com responsabilidade na construção do bem comum. Essa é a proposta do Papa Francisco com o Pacto Educativo Global, cujos compromissos atualizam os critérios para uma educação autenticamente cristã. É preciso ter sempre presente esses compromissos e mobilizar todos os atores sociais para:⁷⁸

- 1º) colocar no centro de cada processo educativo – formal e informal – a pessoa, o seu valor, a sua dignidade para fazer emergir a sua especificidade, a sua beleza, a sua singularidade e, ao mesmo tempo, a sua capacidade de estar em relação com os outros e com a realidade que a rodeia, rejeitando os estilos de vida que favorecem a difusão da cultura do descarte;
- 2º) ouvir a voz das crianças, dos adolescentes e dos jovens a quem transmitimos valores e conhecimentos, para construir juntos um futuro de justiça e paz, uma vida digna para toda a pessoa;
- 3º) favorecer a plena participação das meninas e dos jovens na instrução;
- 4º) ver na família o primeiro e indispensável sujeito educador;
- 5º) educar e educarmo-nos para o acolhimento, abrindo-nos aos mais vulneráveis e marginalizados;
- 6º) empenhar-nos no estudo para encontrar outras formas de compreender a economia, a política, o crescimento e o progresso, para que estejam verdadeiramente a serviço do homem e da família humana inteira na perspectiva de uma ecologia integral;

- 7º) guardar e cultivar a nossa casa comum, protegendo-a da exploração dos seus recursos, adotando estilos de vida mais sóbrios e apostando na utilização exclusiva de energias renováveis e respeitadoras do ambiente humano e natural, segundo os princípios de subsidiariedade e solidariedade e da economia circulante.

191. Esses compromissos são passos necessários para a efetivação do Pacto Educativo Global. Ao mesmo tempo, servem como critérios para uma aprofundada revisão da identidade cristã da educação nas famílias e nas instituições de ensino, nomeadamente as católicas.

3.4. Educar na fé

192. O mandato de Jesus: “Ide, pois, e fazei discípulos todos os povos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-os a observar tudo o que vos mandei. Eis que estou convosco todos os dias, até o fim dos tempos” (Mt 28,19-20) foi entendido por seus primeiros discípulos não como simplesmente falar dele, mas fazer da boa-nova do Reino uma realidade no mundo. Hoje, mais do que nunca, educar na fé significa “fazer que alguém se ponha, não apenas em contato, mas em comunhão, em inti-

midade com Jesus Cristo”, como afirmou São Joao Paulo II e como insiste o recente *Diretório para a Catequese* (n. 75).

193. No início do cristianismo, a experiência da fé foi transmitida oralmente, de pai para filho, entre todos os que se convertiam e aceitavam Jesus Cristo. Posteriormente, pouco a pouco, foi colocada por escrito. O evangelista Lucas, já no início de seu Evangelho, afirma que: “Muitos já tentaram compor um relato coordenado dos fatos ocorridos entre nós, como nos transmitiram os que foram testemunhas oculares desde o princípio e se tornaram ministros da palavra. Assim decidi também eu, caríssimo Teófilo, depois de ter cuidadosamente investigado tudo desde o começo, pô-lo por escrito para ti, em boa ordem, para que conheças a solidez dos ensinamentos que recebeste” (Lc 1,1-4). Percebe-se a importância de ter alguém para transmitir seja oralmente seja por escrito a boa-nova. Pessoas que, acreditando em tudo o que tinham visto e ouvido, anunciam e testemunham a outros com alegria e entusiasmo. Paulo também afirmou: “De fato, eu recebi [aprendi] do Senhor o que também vos transmiti” (1Cor 11,23).

194. Hoje, falar da fé e do seu processo de transmissão é, na verdade, um desafio complexo e uma missão árdua para

todos os campos da ação evangelizadora da Igreja. Deparamos sempre com questionamentos: O que fazer para transmitir a mensagem evangélica às novas gerações? Como tornar a mensagem de Jesus atraente para o homem e a mulher de hoje? E, ainda, há a objeção, segundo alguns, de que não se pode falar em transmissão da fé, pois se é escolha pessoal e livre de adesão ao Senhor, ninguém poderia transmitir suas escolhas para outros. Porém, é graças ao anúncio querigmático, à transmissão de conhecimentos e ensinamentos que o ser humano vai aprimorando sua capacidade de escolher e isso se dá, também, no que diz respeito à sua relação com Deus.

195. A Igreja, que está no mundo para evangelizar e evangeliza pelo que é, diz e faz, sempre procurou meios que permitissem o cumprimento de sua missão. Atenta ao Espírito que a conduz, para fazer dos desafios da atual mudança de época oportunidade de lançar as redes em águas mais profundas, ela entende que é urgente rever o seu processo de transmissão da fé.⁷⁹ “Evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo”.⁸⁰ Para isso, retoma um paradigma que marcou a vida da Igreja em seus primórdios e propõe a cate-

quese de inspiração catecumenal, a serviço da Iniciação à Vida Cristã.

196. A Iniciação à Vida Cristã é aquele processo pelo qual uma pessoa é introduzida no mistério de Jesus Cristo e na vivência eclesial por meio de mediações sacramentais e não sacramentais, que vão acompanhando as mudanças de suas atitudes fundamentais, de seu ser e existir com os demais e com o mundo, de sua nova identidade como pessoa cristã que testemunha o Evangelho de Jesus Cristo.

197. A Igreja, com a iniciação à vida cristã, gera novos filhos e ao mesmo tempo vai se renovando internamente com o surgimento de outros membros. Desde o início, as comunidades cristãs, pelo anúncio entusiasmado e fervoroso da Palavra de Deus, foram contagiando novos membros e ganhando de Deus a confirmação na missão: “Louvavam a Deus e eram estimados por todo o povo. E, a cada dia, o Senhor acrescentava a seu número mais pessoas que eram salvas” (At 2,47). A comunidade eclesial missionária, à luz do mandato missionário de Jesus Cristo, procura estar sempre aberta à acolhida de novos membros e confia aos catequistas, educadores da fé, a missão de introduzi-los no mistério da vida cristã.

198. É fundamental que cada pessoa faça a experiência do encontro com Jesus Cristo, morto e ressuscitado para a nossa salvação. Aqueles que serão seus discípulos já o buscam (Jo 1,38), mas é o Senhor quem os chama: “Segue-me” (Mc 1,14; Mt 9,9). É necessário descobrir o sentido mais profundo da busca, assim como é necessário propiciar o encontro com Cristo que dá origem à iniciação cristã. Esse encontro deve renovar-se constantemente pelo testemunho pessoal, pelo anúncio do *querigma* e pela ação missionária da comunidade. O *querigma* é entendido não somente como uma etapa, mas como o fio condutor de um processo que culmina com a maturidade do discípulo de Jesus Cristo. Faz-se necessário crescer na dimensão do discipulado, do seguimento, do aprendizado constante com o Mestre. Deseja-se realizar uma educação da fé que ajude as pessoas a anunciarem com a vida e comunicarem com eficácia a boa notícia do Evangelho, favorecendo a formação de uma nova mentalidade. A partir daí, tornarem-se discípulas missionárias. A fé recebida necessita ser transmitida com o testemunho de vida que ratifica o anúncio que fazemos.

199. Neste novo paradigma, será importante dedicar mais tempo às famílias. O novo *Diretório para a Catequese*

aponta vários âmbitos de catequese familiar: catequese na família, com a família e da família, pois considera que: “o futuro das pessoas, da comunidade humana e da comunidade eclesial depende em grande parte da família, da célula fundamental da sociedade”.⁸¹

200. A catequese é chamada a oferecer encontros para ajudar a família a cumprir sua missão como primeira educadora da fé, crescer nas relações de amizade e de solidariedade. Evidentemente, não se trata de receitas prontas, mas de ouvir as dúvidas das pessoas, partindo sempre da realidade dos nossos interlocutores. Isso exige catequistas competentes para exercer este ministério. Para que a família seja escola de fé e possa ajudar os pais a serem os primeiros catequistas de seus filhos, é interessante que a catequese e a Pastoral Familiar andem de “mãos dadas” e ofereçam espaços de formação, materiais catequéticos, momentos celebrativos, para que as famílias cumpram sua missão educativa, também, no âmbito da fé.

201. Cabe à família a importante missão de introduzir os filhos no caminho da iniciação à vida cristã. Assim afirmam as *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*: “As famílias constituem-se como sujeito fundamental

da ação missionária da Igreja, lugar da iniciação à vida cristã”.⁸²

202. São tantos os desafios, porém a Igreja acredita na família como ambiente propício para o desenvolvimento da fé cristã. Na família, o processo de crescimento da fé brota da convivência, do clima familiar e do testemunho dos pais. É uma catequese mais vivencial que sistemática. Valorizar esta forma de catequese, olhando os pais como mestres e educadores da fé, leva a comunidade eclesial missionária e os catequistas a ajudá-los a fim de cultivarem a própria fé, crescerem na compreensão e na capacidade da transmissão de valores cristãos.

203. Atenção especial merecem os “novos contextos familiares”. “Com cuidado, respeito e solicitude pastoral, a Igreja quer acompanhar os filhos marcados pelo amor ferido, que se encontram em uma condição mais frágil, devolvendo-lhes sua confiança e esperança”.⁸³

3.5. Educar para o diálogo

204. Jesus também educa pelo diálogo. Sua capacidade de iniciar uma conversa com os seus interlocutores demonstra seu apreço ao uso da palavra como meio de envolver a

pessoa em sua inteligência, memória e afetos. A disposição de Jesus em ouvir os pedidos, os relatos de dor e sofrimento, as perguntas, é sinal de uma pedagogia em que o ensino está associado interativamente ao reconhecimento do outro como pessoa capaz de compreender e de agir iluminado por uma nova luz. Subjaz uma compreensão do ser humano como ser de razão e da palavra.

205. Essa pedagogia do diálogo, presente em outras tradições culturais e filosóficas, foi assumida na comunidade eclesial a partir da exemplaridade de Jesus, desde a forma literária de uma das mais antigas obras da patrística, como *Diálogo com Trifão* de Justino de Roma, até as mais recentes metodologias sinodais. No âmago da evangelização, e da educação na perspectiva cristã, aposta-se no diálogo como atitude fundamental para relações saudavelmente humanizadas. Ensina o Vaticano II a importante relação entre fraternidade e diálogo: “Para cultivar boas relações humanas, convém promover os verdadeiros valores humanos, e de maneira especial a arte de conviver fraternalmente, de cooperar, bem como a arte de dialogar”.⁸⁴

206. Os textos do Concílio Vaticano II e de todo o magistério subsequente estão repletos de ensinamentos

sobre a importância do diálogo, enfatizando-o como o caminho adequado para a construção da civilização do amor. É fato que o Concílio Vaticano II foi ele mesmo um evento marcado pela perspectiva dialogal, o que permitiu troca de aprendizados e avanços inigualáveis na relação com cristãos não católicos, com crentes não cristãos e com homens e mulheres não crentes. Essa marca dialogal do Concílio imprimiu uma dinâmica pastoral que alcança toda a vida da Igreja, de tal forma que “a evangelização implica também um caminho de diálogo”.⁸⁵

207. O Papa Francisco ao tratar na Constituição Apostólica *Veritatis Gaudium* dos critérios para a renovação e relançamento da contribuição dos estudos eclesiológicos para uma Igreja em saída missionária, aponta “o diálogo sem reservas: não como mera atitude tática, mas como a exigência intrínseca para fazer experiência comunitária da alegria da Verdade e aprofundar o seu significado e implicações práticas”.⁸⁶

208. Nenhuma pedagogia que se diga cristã poderá abster-se de operar o diálogo em todos os níveis e com todos os sujeitos. Desde a educação no âmbito familiar, nas instituições formais de ensino, nas organizações civis e do Estado, os cristãos hão de primar pelo testemunho do diálogo.

Deverão ser reconhecidos como homens e mulheres que falam com sabedoria e ensinam com amor (Pr 31,26).

209. Diálogo não significa concordar com tudo. Ele se estabelece com quem está aberto a essa experiência enquanto compromisso de amor. Isso implica não negociar o que é inegociável nas convicções de cada um e de cada grupo. Uma educação que provoca a cultura do diálogo é capaz de identificar e nomear lugares, situações e ambientes onde a intolerância, a violência e o ódio são disseminados e, assim, refletir suas causas e buscar soluções para sua superação. “Em uma sociedade pluralista, o diálogo é o caminho mais adequado para reconhecer o que sempre deve ser afirmado e respeitado”.⁸⁷ A escola e a universidade, por suas características plurais, são um campo fértil para verdadeiras experiências do encontro, do diálogo, da reflexão e do olhar atento sobre a realidade.

3.6. Educar para o belo, o bom e o verdadeiro

210. Diante da beleza, o ser humano se sente encantado. Tudo o que é belo tem a força de atrair e suscitar estupor e maravilhamento. Por essa sua força, a beleza é capaz de tocar

profundamente e mover o coração das pessoas, envolvendo-as no seu brilho. Quem não se sente tocado por uma bela música ou um belo poema? Uma bela escultura ou uma bela pintura não é capaz de encher os olhos de fascínio? Mas a beleza não se restringe ao estético ou ao que se pode sentir (ver ou ouvir). Há também belas ações e belos comportamentos, reconhecidos pela inteligência e pelo coração, capazes de contagiar e empolgar as pessoas. Pode-se também dizer que há belas pessoas, que se distinguem por terem adquirido uma afinidade estável ou uma certa identificação com as belas ações e os belos comportamentos, de tal maneira que essas pessoas podem ser ditas belas e fonte de beleza. Ninguém negaria que uma bela pessoa assim entendida seja capaz de atrair, encantar e motivar pessoas e comunidades a querer também alcançar a afinidade com o belo. Pode-se, ainda, reconhecer que o simples existir é belo, já que o existir é uma espécie de milagre que supera o nada, uma luz que vence as trevas do vazio. “Ora, toda obra da natureza, seja ela a última, a ínfima, é digna de elogio em comparação ao nada”, dizia Santo Agostinho.⁸⁸

211. A beleza, ao atrair para o seu brilho, abre-nos uma porta, a porta da atenção. Estar atraído e envolvido pelo

esplendor das belas coisas e ações, dos belos comportamentos e das belas pessoas e pelo esplendor da própria gratuidade da existência significa possuir a capacidade de ver a verdade e a bondade que sustentam tudo o que é belo. A beleza é um certo esplendor da verdade e do bem. O que é belo é em sua base verdadeiro e bom. É verdadeiro porque é real, coerente, adequado, razoável e justo, é bom porque é desejável. A atenção nos faz reconhecer isso.

212. Em uma sociedade profundamente marcada pelas relações de utilidade e pelo poder da técnica, como é a nossa, o ser humano é visto sobretudo como aquele que faz ou aquele que sabe fazer as coisas para alcançar objetivos. É preciso saber manusear os diversos aparelhos que as novas tecnologias colocam em nossas mãos se queremos estar atualizados, mas não só isso. É preciso fazer ou saber fazer para alcançar alguns objetivos na vida: um emprego, uma função, uma casa, um carro... É preciso, de modo especial, fazer com que a vida na sociedade como um todo vá avante; os seus diversos organismos e mecanismos sociais precisam funcionar. O risco que se corre é que o ser humano seja reduzido à sua dimensão técnica, ou seja, ao fazer e ao saber fazer. Mas o ser humano não é só isso; ele está aberto a dimensões que

ultrapassam suas capacidades técnicas. Ser humano é, entre outras coisas, poder experimentar a beleza de existir, a beleza de crescer como pessoa e como membro de uma comunidade; a beleza de dar e receber; é também poder experimentar a beleza de ser alguém insubstituível aos olhos de um outro ser humano ou aos olhos de Deus ou a beleza do olhar amoroso e misericordioso para o outro. Nesse contexto, faz-se mister uma educação que leve em conta o ser humano na integralidade de suas dimensões e capacidades.

213. A educação, tarefa da família, das instituições educativas e de toda a sociedade, poderá enriquecer-se de maneira notável se se abrir ao sentido do belo, do verdadeiro e do bom. Superará uma visão reducionista do ser humano e estará, assim, percorrendo os caminhos de uma formação integral da pessoa e de todas as pessoas. “A missão da escola é desenvolver o sentido do verdadeiro, o sentido do bem e o sentido do belo”, diz o Papa Francisco.⁸⁹ A razão disso é que esses três elementos “fazem crescer e ajudam-nos a amar a vida, até quando estamos mal, até no meio de problemas. A verdadeira educação faz-nos amar a vida, e abre-nos para a plenitude da vida!”⁹⁰

214. Não se nega que haja coisas feias, falsas e más no mundo da vida. Quantas formas de violência, de injustiça e de sofrimento! O ensinamento cristão reconhece a presença do mal e do pecado na vida do ser humano. Mas também proclama que a beleza da graça divina e da salvação oferecida em Jesus Cristo tem o poder de vencer todo tipo de mal, o pecado e a própria morte. Esse ensinamento cristão, que proclama vitória da beleza do bem sobre o mal, não está em contradição com o que o ser humano experimenta em si mesmo: ele sente-se impulsionado, desde o seu íntimo, a superar todas as formas que diminuem a vida; o ser humano se sente impulsionado à felicidade ou à autorrealização. Essa capacidade ativa presente no ser humano é fruto da atração que a beleza de Deus, fundamento do seu ser, exerce sobre ele. Educar para o belo, que sempre está unido ao verdadeiro e ao bom, é educar para a capacidade que o ser humano tem de superar as estreitezas que sufocam a existência e de abrir-se para a plenitude da vida.

215. No primeiro relato da criação (Gn 1-2,4), Deus é apresentado como aquele que, ao criar, vê a bondade do criado. Conforme a linguagem bíblica, Deus criou o mundo em seis dias e descansou no sétimo. A expressão “Deus viu

que era bom” aparece várias vezes, nas diversas etapas da criação. Ao final, ao sexto dia, Deus vê que o conjunto da obra criada, tendo como coroamento o ser humano (homem e mulher), é muito bom. O advérbio muito ressalta a bondade especial do conjunto. É interessante notar que o adjetivo hebraico *tov*, que traduzimos por bom, foi traduzido pela Septuaginta por *kalon*, que em grego significa belo. O bom e o belo, assim como o verdadeiro, são inseparáveis entre si: “Se uma coisa é verdadeira, é boa e bela; se é bela, é boa e é verdadeira; e se é boa, é verdadeira e bela”.⁹¹ Educar é também ajudar as consciências a abrirem-se para a beleza do conjunto dos seres do universo, em sua multifacetada variedade e contínua interrelação. O ser humano não é uma ilha, mas encontra a sua verdade, bondade e beleza na justa relação com a natureza, com os outros seres humanos e com a Fonte criadora de todas as coisas.

216. Bela é a obra do universo criado. Mais belo ainda deve ser seu Autor. É o que sugere o texto bíblico: “(...) se, encantados por sua beleza [dos seres criados] [os homens] tomaram essas criaturas por deuses, reconheçam quanto o seu dominador é maior do que elas, pois foi o princípio e autor da beleza quem as criou. (...) De fato, partindo da

grandeza e beleza das criaturas, pode-se chegar a ver, por analogia, o seu Criador” (Sb 13,3ss). Nesse sentido, uma educação que queira ser integral não exclui a sabedoria religiosa, que afirma a profunda ligação do ser humano com Deus, Beleza incriada. Os grandes místicos sempre apontam para a experiência de êxtase de que o ser humano é capaz ao transcender o temporal e alojar-se no Eterno. A autêntica religiosidade e a verdadeira experiência mística não constituem uma fuga do mundo (*fuga mundi*), mas dão ao ser humano a capacidade de encantar-se e entusiasmar-se pela contemplação da Beleza eterna; esse encantamento e entusiasmo impelem o ser humano a ser mais no mundo e a criar mais vida em si e ao redor de si.

4. AGIR

217. O exercício da escuta conduz à necessária tomada de posição da parte de quem escutou. Entre a escuta e a ação, urge a prática do discernimento, qual iluminação à luz de critérios da fé e da tradição. E o discernimento se pratica com outra escuta, dessa vez, da Palavra de Deus, como passo fundamental para julgar evangelicamente os desafios do tempo presente e apontar propostas que inspiram o nosso agir.

218. “Vai, e de agora em diante, não peques mais” (Jo 8,11). Foram essas as palavras de Jesus dirigidas à mulher surpreendida em flagrante adultério. Ela não foi apedrejada, mesmo tendo pecado. O Divino Mestre educou a todos os que estavam envolvidos naquela cena e ainda hoje nos envia sua Palavra a fim de que, educados por ela, livres do pecado, sejamos capazes de falar com sabedoria e ensinar com amor. Porém, ressalte-se, assim como afirmou o Papa Francisco, não há misericórdia sem correção. De fato, Jesus disse à adúltera: “vá e não peques mais”. Aqui entra a questão da disciplina no processo educacional. Disciplina como abertura e colaboração pessoal no processo de aprendizado.

219. Os gestos e as palavras de Jesus, seu modo de educar, inspira e desperta o desejo de uma vida nova: não mais pecar, segui-lo, conhecer o caminho do Reino, amar e servir. A Igreja revela ao mundo a força desse amor quando anuncia a alegria do Evangelho e também quando nos propõe um modo de vivê-lo, desde a experiência das primeiras comunidades: “Eles eram perseverantes no ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, na fração do pão e nas orações. Apossava-se de todos o temor, e pelos apóstolos realizavam-se numerosos prodígios e sinais” (At 2,42.43). Um estilo de vida que atraía e despertava o desejo de conhecer Jesus.

220. Mas, qual seria o princípio de atuação que qualifica o anúncio do Evangelho realizado pelas primeiras comunidades? A conclusão da Boa-Nova segundo Mateus não deixa dúvidas: “Ide, pois, e fazei discípulos todos os povos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-os a observar tudo o que vos mandei. Eis que estou convosco todos os dias, até o fim dos tempos” (Mt 28,19-20).

221. O testemunho de uma Igreja missionária é o princípio que qualifica o anúncio do Evangelho e a torna capaz de propor aos homens e mulheres de boa vontade um *novo*

aprendizado: educar é um ato de esperança no ser humano. É contribuir para que cada pessoa, cada discípulo missionário de Jesus Cristo ofereça o melhor de si a Deus, ao próximo, à Igreja e à sociedade. Educar com sabedoria e amor é estimular o cuidado pela vida, desde a concepção, passando pelo fim natural, até a eternidade. Convictos do poder transformador da educação pedimos: Senhor, ajudai-nos a criar um mundo novo!

222. A educação também contribui para uma forma de vida ao sabor do Evangelho. Eis a proposta que o Papa Francisco nos indica tendo como inspiração São Francisco de Assis. Não basta tornar a Palavra de Deus acessível. É preciso torná-la conhecida. É preciso ler, conhecer e saber estes escritos para viver a Palavra de Deus.⁹² É pela força da Palavra de Deus que nasce um estilo de vida que favoreça o nascimento da cultura do encontro e da fraternidade como resposta de um processo educativo integral que forma para o serviço ao próximo.

223. “Somente evangelizadores apaixonados pelo Evangelho poderão transformar o ministério em missão, e se deixar iluminar, sustentar, queimar e mover pelo zelo missionário, sem medo diante das diversas situações em que

a missão acontece. Pede-se renovada criatividade, gerada por uma experiência viva e transformadora do encontro com o Ressuscitado. Métodos e instrumentos novos serão úteis na proporção do ardor e do amor gerados pela experiência íntima, de autêntica mística, que inflame o coração e encha de sabedoria os missionários do Evangelho. (...) Novas orientações, belos documentos, palavras renovadas de pouco servem se não for o Espírito do Senhor que escolhe e manda (Jr 1,4-8), que queima e purifica (Is 6,6-7), que chama, a deixar barco e trabalho (Mc 1,16-20 e par.), segurança e projetos pessoais”⁹³

224. Uma mudança de época requer um caminho educativo. Criatividade e responsabilidade, a pessoa no centro com o olhar voltado para o seu semelhante.. Uma educação que gere pessoas disponíveis para o serviço da comunidade. Assim, as credenciais para um *novo aprendizado* passam pelo testemunho de vida, pela alegria de ser missionários também a serviço de uma educação integral, promotores da fraternidade comprometidos com os mais pobres. Um *novo aprendizado* nada mais é do que promover uma educação humanizada.

225. Para humanizar a educação é preciso renovar o pacto educativo entre as gerações. “De modo constante, a Igreja afirma que a boa educação familiar é a coluna vertebral do humanismo, e dela se propagam os significados de uma educação a serviço de todo o corpo social, fundada na confiança mútua e na reciprocidade dos deveres. Por tais razões, as instituições escolares e acadêmicas que pretendam colocar a pessoa no centro da sua missão são chamadas a respeitar a família como a primeira sociedade natural, e a pôr-se ao seu lado, em uma reta concepção de subsidiariedade”⁹⁴

226. Uma educação humanizada não pode limitar-se a fornecer um serviço de formação, mas também cuidar dos seus resultados no horizonte das capacidades pessoais, morais e sociais dos participantes no processo educativo. Não pede simplesmente ao professor para ensinar e ao aluno para aprender, mas exorta cada um a viver, estudar e agir de acordo com as premissas do humanismo solidário. Não prevê espaços de divisão e contraposição, mas, pelo contrário, oferece lugares de encontro e debate para realizar projetos educativos válidos. Trata-se de uma educação, ao mesmo tempo sólida e aberta, que derruba os muros da exclusivida-

de, promovendo a riqueza e a diversidade dos talentos individuais e expandindo o perímetro da própria sala de aula a cada âmbito da experiência social em que a educação pode gerar solidariedade, partilha e comunhão.⁹⁵

4.1. Um projeto de vida como fonte para uma nova sociedade

227. Pensar, idealizar a própria vida é ter consciência da responsabilidade de cada um em seu contexto social e eclesial. É oportunidade de conhecer a si mesmo, servir os outros e o meio em que se vive. Nesse horizonte, o projeto de vida traz a possibilidade de arquitetar, conceber e gerar o que está por vir. O ser humano tanto pode idealizar uma bomba, quanto a cura para uma doença. As escolhas dos estudantes decorrem de influências intrínsecas e/ou extrínsecas e, no que tange ao apoio da escola, do compromisso de seus atores com a ética, a ciência tanto pode atender aos interesses mercadológicos, estando a serviço do consumo desenfreado, da competitividade e das guerras, quanto do coletivo, visando a paz, a lucidez e o bem comum.⁹⁶

228. Pensar um projeto de vida é ir além da projeção de uma carreira profissional. Um projeto de vida despertado

pelos valores da fé e pelo compromisso com o bem comum terá incidência concreta na transformação da sociedade. Projetos que iniciem processos bem fundamentados promovendo assim uma educação que contribua na construção de um projeto de vida que também exige a revisão de certas posturas e a coragem de rever nossas prioridades.

229. Um exemplo concreto nós encontramos naqueles pais que, ao pensar na educação de seus filhos, aqueles que têm condições, na maioria das vezes escolhem uma instituição de ensino com grande excelência em aprovação para o vestibular. Este não deve ser o único critério. Caso contrário, teremos de um lado excelentes técnicos, peritos em determinadas áreas do conhecimento e do outro, profissionais com inteligência emocional abalada, dificuldades de relacionamento e sem um horizonte maior para o sentido da vida. O viver inclui a realização profissional, mas não se restringe a ela. É preciso resgatar os projetos de vida que tenham incidência na sociedade e, ambos, inseridos no projeto de Deus, que não descuidem da solidariedade, da partilha, da comunhão e do bem comum.

230. A existência humana não é uma causalidade. A criação do ser humano tem um princípio bem determinado, um

projeto querido pelo Criador, que é a vida na sua realização e plenitude. Para que isso aconteça, Deus conta com a participação consciente e responsável do próprio indivíduo, com o desempenho de uma missão, fundamentada em uma vocação, que faz parte do seu existir.⁹⁷

231. A vida de cada pessoa precisa ter marcas históricas que a projetam para um caminho de realização pessoal. Deve ser uma construção ascendente e de encontro com o bem, e o maior bem é colocar em prática os ensinamentos de Jesus Cristo. Vemos isso na vida de muitos santos e santas da Igreja.

232. As motivações de ânimo são essenciais para cumprimento do projeto de Deus para cada pessoa. A cultura moderna apresenta sombras que obscurecem o sentido da vida. É o caso de a pessoa ficar sufocada e totalmente submissa em um individualismo de infecundidade que destrói a esperança. Com isso, a vida deixa de ter sentido, passa a ser ameaçada e acaba sendo destruída na sua totalidade.

233. Todo bom projeto de vida também deve focar na realização do bem, principalmente do bem comum, o bem social. Mas isso só é possível ao enfrentar e superar os desa-

fos projetados, contrariamente, pelo mal. Então é uma luta entre duas forças divergentes e antagônicas. O caminho a percorrer é de portas estreitas e muito exigentes dentro do mundo da secularidade, e exacerbadas pela midiática moderna.

234. Para o cristão, o projeto de uma vida autêntica depende do testemunho de fé e de experiência profunda com Deus. É processo de luz, de comunicação com o mundo e com as pessoas em uma dimensão de amor e fraternidade. Essa atitude, quando verdadeira, consegue transformar as relações de convivência. Com isso, a vida passa a ter nova dimensão, um novo sentido e ser muito mais saudável.

235. As palavras vocação, graça e missão,, dentro do projeto de vida, elevam a dignidade das pessoas e as fazem construtoras de novos projetos. O grande projeto é chegar à santidade, ao encontro pessoal com Deus em Jesus Cristo. Com isso, todo tipo de mal deve ser rechaçado, porque ele impede a pessoa de construir o bem e de atingir os objetivos que possibilitam uma vida feliz.

4.2. Uma nova realidade para a educação? O Pacto Educativo Global

236. “A educação é obra necessariamente social e não singular”.⁹⁸ Será que é possível uma nova realidade, um novo horizonte para a educação? Não há dúvidas de que o atual cenário precisa mudar em diversos âmbitos e aspectos. A cada dia ficamos surpresos com os dados que traduzem parte dos impactos da pandemia na educação. Um modo de iniciar um novo tempo na educação é assumirmos as propostas do Papa Francisco que nos convoca a unir forças em vista de um Pacto Educativo Global.

237. No atual contexto profundamente marcado por contrastes sociais e sem uma visão comum, é urgente uma mudança de rumo que só será possível através de uma educação integral e inclusiva, capaz de uma escuta paciente e de um diálogo construtivo no qual a unidade supere o conflito. “A educação será ineficaz e os seus esforços estéreis – se não se preocupar também por difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza”.⁹⁹

238. Se para educar uma criança é preciso uma aldeia inteira, nesta mesma aldeia existem atores fundamentais neste processo: a família, a Igreja, a escola, e a sociedade. É preciso que cada um destes atores atuem com coragem ao colocar a pessoa no centro do processo educativo. Todos precisam cooperar envolvendo-se diretamente tanto nos debates como também em iniciativas criativas que ajudem os governantes a priorizar a educação integral em nosso país. Tal empreendimento exige repensar a ação educativa formal e informal, e quais escolhas estão sendo feitas, qual modelo de sociedade e de pessoa humana estamos formando, pois, educar é servir e o verdadeiro serviço da educação é a educação a serviço.¹⁰⁰

239. Uma “educação frutífera não depende primariamente da preparação do professor nem das habilidades dos alunos, mas da qualidade do relacionamento que é estabelecido entre eles. Muitos estudiosos da educação enfatizaram que não é o professor a educar o aluno numa transmissão unidirecional, nem é o aluno a construir o seu próprio conhecimento, mas é o relacionamento deles que os educa mutuamente num intercâmbio dialógico que os pressupõe

e, ao mesmo tempo, os supera. Esse é, propriamente, o sentido de colocar no centro a *pessoa que é relação*”.¹⁰¹

4.3. Educar para um novo humanismo

240. Para educar para o Humanismo Solidário e construir a Civilização do Amor é necessário: promover a cultura do diálogo, globalizar a esperança, buscar uma verdadeira inclusão, criar redes de cooperação.

241. Tecer redes de cooperação, do ponto de vista educativo, escolar e acadêmico, significa ativar dinâmicas inclusivas, em uma busca constante de novas possibilidades de incluir, no próprio circuito de ensino e aprendizagem, indivíduos diferentes, principalmente aqueles que têm dificuldades de usufruir de um plano formativo adequado às próprias necessidades.

242. Nesse horizonte, os cursos universitários e a formação docente devem desenvolver temas em torno da sustentabilidade segundo as necessidades das gerações futuras. As universidades devem encontrar caminhos de promoção de oficinas de formação para a cooperação na pesquisa científica, optando pela organização de pesquisas coletivas, em

todas as áreas do conhecimento a partir da experiência de solidariedade vivida pelos pesquisadores.

243. Um bom caminho é favorecer a formação de grupos de pesquisa integrados entre o corpo docente, jovens pesquisadores e estudantes, solicitando a colaboração entre as instituições acadêmicas situadas em um contexto internacional. As redes de cooperação deverão ser instituídas entre sujeitos educativos e sujeitos de outro âmbito, por exemplo do mundo das profissões, das artes, do comércio, das empresas e de todos os corpos intermediários da sociedade nos quais o humanismo solidário precisa propagar-se.

244. Criar uma rede de serviços nos quais prevaleçam a ajuda recíproca e a partilha das novas descobertas, “permutando temporariamente os professores e promovendo tudo quanto favoreça uma maior ajuda mútua”.¹⁰²

4.4. Educar é iniciar processos

245. O que podemos aprender com a pandemia para iniciar novos processos que contribuam para o nascimento de uma nova realidade educacional? A descoberta de nossa vulnerabilidade pode ser a ocasião para nascer uma nova força de cooperação. Tudo está interligado. Não existe solução

fácil para problemas difíceis. Priorizar a educação supõe empenho concreto que vai desde a família até a elaboração de políticas públicas. Iniciar processos a partir de pequenas práticas e perseverança nos propósitos estabelecidos.

246. A pandemia nos possibilitou a redescoberta da compaixão e da misericórdia de Deus expressa, tanto na oração pelos enfermos, pelas vítimas, como na prática da solidariedade com os pobres, sobretudo aqueles em situação de fome, vulnerabilidade social e insegurança alimentar. A Ação Solidária Emergencial da Igreja no Brasil, “É tempo de cuidar”, testemunha essa realidade.

247. O horizonte quaresmal nos ajuda a pensar em boas práticas de misericórdia no cenário educacional. Aqui também é preciso instruir, aconselhar, consolar, confortar, perdoar, suportar com paciência e rogar pelos vivos e pelos mortos. Dar de comer a quem tem fome, de beber a quem tem sede, vestir os nus, dar abrigo aos peregrinos, assistir aos enfermos, visitar os presos, sepultar os mortos.

248. A humanização de uma sociedade passa também pelo modo de lidar com a fragilidade, a morte e o luto. A pandemia nos recordou que não podemos perder de vista

essa realidade. Olhar a educação à luz da fragilidade e da morte tão próxima significa perguntar o que é que estamos fazendo com a vida, a morte e o luto. Somos uma sociedade que educa considerando a realidade da morte? É preciso viver como quem sabe que um dia também passará pela experiência da morte. Educar para lidar com a morte implica o modo de perceber a vida e como temos vivido.

249. Viu, sentiu compaixão e cuidou dele. A Campanha da Fraternidade de 2020, “Fraternidade e vida: dom e compromisso”, nos trouxe este belíssimo lema. Na aurora dessa Campanha a pandemia chegou até nós. No entanto, esse aprendizado ainda precisa ser assumido por todos, agora, mais do que nunca. Educar é também cuidar, ajudar a ver e, por meio da compaixão, interromper nossa rotina para nos colocarmos a serviço do próximo. Como estamos apoiando as famílias enlutadas? Que lições temos efetivamente aprendido durante a pandemia? Será que, ao final, retornaremos a um mundo que descuida e não cuida da pessoa e da casa comum? O que pode ser feito para não cairmos na ilusão de um consumismo febril e em novas formas de autoproteção egoísta?¹⁰³

250. A pandemia também nos colocou de volta ao ambiente familiar de forma inesperada. Um reencontro como Igreja doméstica. Nunca estivemos tanto tempo em casa. Esse ambiente possibilita a redescoberta da disciplina, da ajuda mútua, da corresponsabilidade, dos limites e dos hábitos, da convivência e da capacidade de cultivar um olhar atento para situações em que o ato de educar precisa acontecer de imediato. A convivência comunitária e familiar é um valor na missão de educar que não podemos perder.

251. Em muitos casos, as redes sociais tornaram-se como que uma caixa amplificadora que reverbera muitos tipos de violência, causando grande mal à educação e à vida. Ficar atento ao bom uso das redes sociais e sua utilização para favorecer a partilha do conhecimento ficou ainda mais evidenciado com a pandemia. É preciso cuidar, acompanhar e utilizar de forma adequada esta bela oportunidade de proximidade virtual que jamais supera ou exclui o presencial.

252. A descoberta de um novo modo de evangelizar:¹⁰⁴ a pandemia nos obrigou a repensar nossa ação evangelizadora. Fomos obrigados a nos repensar para alcançar o povo, para continuar próximos às pessoas. A renovação de nossa ação pastoral, adotando as celebrações litúrgicas por via

digital, não basta. A tecnologia moderna nos desafia a buscar novas formas de vivermos a fé e a caridade em nossas comunidades eclesiais missionárias.

253. É preciso ousadia e criatividade em nossa capacidade de cuidar uns dos outros em tempos pandêmicos. É preciso acreditar que esta crise vai passar e que devemos nos preparar e vislumbrar uma nova geração pós-pandêmica. O que vem depois desta pandemia? O Papa Francisco, em uma carta dirigida aos Movimentos e Organizações Populares, nos ofereceu algumas dicas muito ricas: “Também gostaria de convidá-los a pensar no ‘depois’, porque esta tempestade vai acabar e suas sérias consequências já estão sendo sentidas. (...) Quero que pensemos no projeto de desenvolvimento humano integral que ansiamos, focado no protagonismo dos povos em toda a sua diversidade e no acesso universal aos três T’s que vocês defendem: terra e comida, teto e trabalho”.¹⁰⁵

254. Dom Bosco propõe formar “bons cristãos e honestos cidadãos”, sem dicotomias, pois, educar é evangelizar e evangelizar é educar. A missão da Igreja é contribuir para a construção de uma nova sociedade, formando agentes com uma educação integral em todas as áreas: escola, universida-

des, economia, política, ciência, arte, esporte etc. Tal postura unitária se faz presente em todo magistério do Papa Francisco.

255. Iniciar bons processos supõe um novo olhar dirigido àqueles atores sem os quais não avançamos em direção a uma educação de qualidade. Algumas inspirações:

256. Formação dos professores:

- a. Formar parcerias com as Instituições de Ensino Superior que possuem cursos de licenciatura e formação de professores para a inclusão de projetos de extensão acerca do Humanismo Solidário e a ecologia integral;
- b. Apoiar a formação continuada dos educadores a partir das propostas do Pacto Educativo Global do Papa Francisco envolvendo as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, redes de educação confessional e movimentos de educação comunitária;
- c. Conciliar educação e instrução técnica, valorizar as ciências, redescobrir a importância das ciências humanas;
- d. Promover a participação efetiva e ativa dos professores nos debates educacionais nacionais;
- e. Defender a importância irrenunciável do espaço escolar como um dos ambientes para a educação formal;

- f. Favorecer o diálogo com várias instâncias educacionais (públicas, privadas, confessionais) e com pesquisadores do fenômeno da educação;
- g. Denunciar o processo de economicização, precarização e uberização do trabalho docente, defendendo a necessidade de planos de carreira consistente a professores e os mecanismos de formação especializada;
- h. Promover grupos de estudo e debate do Pacto Educativo Global nas paróquias, nas escolas e nas universidades.

257. Política:

- a. Apoiar a participação efetiva de representantes das Comunidades Eclesiais Missionárias nos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação e em outras instâncias de acompanhamento das políticas públicas educacionais;
- b. Motivar as IES católicas para que fortaleçam programas de pesquisa voltados para a elaboração e o acompanhamento de políticas públicas para educação;
- c. Promover, em parceria com organizações da sociedade civil, espaços de debate e reflexão sobre a educação escolar;

d. Propor debates e acompanhamento das reformas curriculares à luz do modelo educativo humanizador apontado pelo Pacto Educativo Global.

258. Ensino religioso:

- a. Promover espaços formativos para que a educação seja aberta ao diálogo e promova a cultura do encontro, por meio dos processos educacionais e por meio da inculturação, da interculturalidade e do diálogo inter-religioso e plural;
- b. Organizar cursos de Ensino Religioso para a formação de professores, em nível diocesano, pelo Setor Ensino Religioso, em parceria com as coordenações de educação pública;
- c. Criar grupos de professores, em nível diocesano, que reflitam sobre o Ensino Religioso e que proponham ações;
- d. Criar Conselhos de Ensino Religioso que congreguem denominações religiosas interessadas, com o objetivo de constituir entidade civil para os fins propostos no art. 33 da Lei n. 9.394 de 20/12/1996, sendo sua nova redação a Lei n. 9.475 de 22/7/1997;

- e. A partir do Plano Individual de Atendimento (PIA), favorecer a reflexão dos adolescentes em Unidades de Medidas Socioeducativas, sobre a contribuição do processo educacional para o protagonismo juvenil e para o fortalecimento dos vínculos familiares, em conformidade com a Lei n. 12.459 que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE);
- f. Promover ambientes de escuta, diálogo e formação com os(as) professores(as) de Ensino Religioso e demais profissionais afins, de escolas públicas e privadas, a partir de questionários, fóruns permanentes e outras iniciativas realizadas à luz da sinodalidade e da metodologia compartilhada.

259. Cultura e Bens culturais:

- a. Promover a educação para a cultura e os bens culturais fortalecendo a identidade cultural local, conhecendo as expressões artísticas e culturais e o patrimônio cultural material e imaterial, a fim de preservá-los;
- b. Por meio de subsídios e encontros, educar para a Pastoral da Cultura formando núcleos de pesquisa, estudo e ações a partir dessa temática. Por meio de grupos e

- núcleos da Pastoral da Cultura, identificar as expressões culturais formando Mapas de Referências Culturais;
- c. A partir da identificação das expressões culturais e dos bens culturais, promover a produção de diagnóstico e material instrucional de educação patrimonial para conservação de tais bens;
 - d. Realizar iniciativas de educação para promoção da cultura e dos bens culturais com instrumentos de transmissão da fé e dos valores cristãos.

260. Universidades:

- a. Pensar em modelos de acolhida e integração dos alunos do Ensino Superior diante da realidade da mobilidade urbana e rural;
- b. Contribuir com o caminho de acolhida integral e diálogo cultural com os estudantes intercambistas, refugiados, indígenas, quilombolas e dos povos da floresta nas universidades;
- c. Acompanhar as políticas públicas de acesso e permanência na Educação Superior, visando a reparação da pobreza e desigualdades sociais, historicamente determinadas;
- d. Colaborar com a inclusão efetiva das pessoas com deficiências no sistema educacional superior, de modo a ajudá-

- las a concretizarem a suas potencialidades nas variadas dimensões;
- e. Favorecer a escuta e o acompanhamento dos membros da comunidade acadêmica que se encontram em situação de sofrimento psíquico e com problemas ligados à saúde mental;
- f. Refletir as potencialidades e os desafios surgidos a partir da integração das novas tecnologias às práticas pedagógicas, acelerados a partir da pandemia, acompanhando a dinâmica dos novos ensinamentos (híbrido, remoto e EaD) e cultivando os vínculos de pertencimento entre professores, universitários e colaboradores.

261. Ação pastoral no interior das comunidades eclesiais missionárias:

- a. Promover ações da educação na fé nas atividades de iniciação cristã e formação continuada, revendo metodologias a partir das propostas de formação integral;
- b. Enfatizar a responsabilidade educativa da família nas experiências pastorais de preparação dos noivos para o Matrimônio;
- c. Promover espaços de partilha, estudo e aprofundamentos sobre a missão educativa da família envolvendo as

- comunidades, os movimentos eclesiais e as pastorais;
- d. Estabelecer e intensificar a ação da Pastoral da Educação e da Pastoral Universitária como serviço evangelizador da Igreja junto aos educadores e às comunidades escolares;
 - e. Promover estudo com educadores e agentes de pastoral a partir dos Estudos 110 e 112 da CNBB;
 - f. Promover momentos de partilha e formação para os educadores católicos a partir da pedagogia de Jesus e dos ensinamentos do magistério da Igreja;
 - g. Oferecer um itinerário formativo que reúna os elementos constitutivos na formação do educador católico, como instrumento de uma formação sólida dos agentes de pastoral no âmbito educativo;
 - h. Promover espaços de escuta, partilha e orientação para educadores e famílias sobre os impactos da pandemia;
 - i. Buscar articulação com Pastorais especialmente ligadas à educação, tais como Pastoral Juvenil, da Família, da Criança, do Menor, Escolar, da Comunicação, Universitária, do Ensino Religioso etc.;
 - j. Incentivar as comunidades e os grupos de jovens para que se tornem espaços de convivência e reflexão capazes de orientar e apoiar seus participantes a caminharem na vida cristã.

262. Serviços Pastorais em favor da educação:

- a. Dada a complexidade da educação e sua importância fundamental para a formação da pessoa e da sociedade, deve haver na organização pastoral da Igreja (paróquias, dioceses, regionais) um setor que cuide, de maneira articulada e organizada do serviço à educação. É urgente que esse seja apoiado e dinamizado e, quando não existir, seja organizado;
- b. A Pastoral da Educação e a Pastoral Universitária, por exemplo, devem ser um setor dinâmico da pastoral, articulado em trabalho conjunto com movimentos de educadores católicos e organismos de educação ligados à Igreja, tais como a Associação Nacional de Educação Católica (ANEC), Movimento de Educação de Base (MEB), Equipes Docentes Sociedade Brasileira dos Cientistas Católicos (SBCC), Ministério Universidades Renovadas (MUR) e outros;¹⁰⁶
- c. A Pastoral da Educação deve preocupar-se com o crescimento do educador cristão, promovendo a formação de grupos de educadores que, em comunidade, partilhem a reflexão sobre a vida pessoal e profissional à

- luz da Palavra de Deus, a revisão de vida e a troca de experiências sobre o testemunho cristão;
- d. Discutir as tendências da ação educativa da família, da escola, da universidade, dos Meios de Comunicação Social etc. E outras questões referentes ao “mundo da educação”;
 - e. Incentivar, articular e promover ações pastorais onde pessoas com deficiências sejam integradas de forma concreta na ação evangelizadora, tais como: a pastoral dos surdos, pastoral dos cegos, PAsPED (Pastoral da pessoa com deficiência), entre outros.
 - f. Promover eventos como atividades extensionistas, seminários, congressos, encontros, envolvendo o maior número possível de educadores, pais, comunicadores, professores, agentes de pastoral, em parceria com instituições e entidades educacionais;
 - g. Alimentar uma rede na internet sobre a educação cristã fornecendo artigos, criando banco de dados, salas de bate-papo, *links* e outros meios de comunicação.

263. Ação na escola:

- a. Promover iniciativas educativas e pastorais na área da Ecologia Integral e do cuidado com a casa comum como:

Semana da Amazônia, Dia do Meio Ambiente, Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação, Dia dos Avós e dos Idosos, etc;

- b. Apoiar iniciativas e programas educativos que fomentam uma economia sustentável e solidária;
- c. Assumir a escola e a universidade como territórios de missão intensificando a presença e apoio às iniciativas das escolas, centros comunitários e centros universitários presentes nos territórios das paróquias e dioceses;
- d. Apoiar iniciativas que promovam a escola como lugar do diálogo e da construção do respeito mútuo e da paz;
- e. Propor ações junto aos educadores do Ensino Médio ressaltando a importância dos projetos de vida como caminho de discernimento vocacional;
- f. Propor ações solidárias em parceria com outras pastorais e organismos em apoio aos estudantes em situação vulnerável.

264. Educação Católica:

- a. Promover maior integração entre as escolas confessionais católicas com as demais instituições de educação pública e outras expressões no âmbito privado;

- b. Fortalecer a iniciativa Redes em Redes de apoio às Escolas Católicas que passam por dificuldades administrativas;
- c. Incentivar a ANEC em sua missão de apoiar as Instituições de Educação Católica no país.

265. Educar para uma nova economia:

- a. Propor projetos educativos que fomentem uma economia que não esteja baseada no mercado feroz e nas instituições financeiras. Economias são vias de promoção da cultura do encontro em que a vida esteja no centro e não as relações monetárias;
- b. Promover uma contínua análise de conjuntura, pois a situação sócio-econômico-política tem muito a ver com o processo educativo de cada cidadão e cidadã;
- c. Criar grupos de estudo e reflexão a partir do projeto “Economia de Francisco e Clara”.

266. Tarefas educativas urgentes da Igreja e da sociedade:

- a. Proporcionar formação de educadores populares nas comunidades eclesiais em todos os termos: campo, mundo urbano, dioceses, paróquias, comunidades,

grupos, movimentos comprometidos com a educação integral para a fraternidade, a justiça, a conservação da natureza;

- b. Incentivar projetos efetivos para a superação do analfabetismo nas áreas rurais e urbanas, particularmente as periféricas, onde numerosas pessoas em condição de analfabetismo vivem dispersas, não somente para permitir a elas o acesso ao mundo das letras, mas com a finalidade superior de envolver essas pessoas, que hoje são as mais pobres entre as pobres, em processos conscientes de superação deste cenário e de desenvolvimento humano integral que lhes permita participar de atividades sociais, econômicas, políticas e culturais;
- c. Apoiar iniciativas de alfabetização digital aos segmentos da população em situação de pobreza, especialmente jovens;
- d. Promover espaços educativos populares para educar e reeducar no cuidado para com o meio ambiente, superando o analfabetismo ecológico;
- e. Acompanhar, sensibilizar e promover a educação daqueles que estão encarcerados, a fim de que possam se reintegrar no convívio social por meio da educação;

- f. Tornar conhecida e promover a melhoria das condições de ensino em comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, valorizando a riqueza cultural que possuem;
- g. Promover Escolas de Fé e Cidadania que, à luz da Doutrina Social da Igreja, capacitem para a participação nos conselhos paritários de direito, bem como na elaboração de políticas públicas em favor de uma educação integral de qualidade;
- h. Desenvolver o chamado da 6ª Semana Social Brasileira da CNBB nas comunidades educativas é missão fundamental. Convocada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e promovida conjuntamente com as Pastorais Sociais e Movimentos Populares, a Semana Social Brasileira (SSB) é realizada em mutirão, na pluralidade cultural e étnica do Brasil, assim como no ecumenismo e diálogo inter-religioso.

267. Ações para a família:

- a. Incentivar as famílias a assumirem o compromisso educativo de seus filhos, assim como sua participação ativa nas atividades realizadas pelas instituições de ensino;

- b. Participar de forma respeitosa e construtiva no dia a dia das escolas que atendem às comunidades;
- c. Dedicar-se ao estudo e à reflexão sobre a mensagem cristã para a família no mundo atual, particularmente com base na Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*, do Papa Francisco, e na *Familiaris Consortio*, de São João Paulo II;
- d. Aprofundar a formação afetivo-sexual, ética, social e política no âmbito eclesial, buscando formadores capacitados e capazes de dialogar com a cultura atual, para que os jovens saibam discernir o que é verdadeiro e dar as razões de sua esperança e também de suas opções éticas;
- e. Promover a iniciação à vida cristã como educação e transmissão da fé. Uma educação que desperte a beleza de uma vida santa, tal como nos ensina a Exortação Apostólica *Gaudete et Exultate*, do Papa Francisco, alicerçada nos valores morais, na educação para as virtudes, para o belo, o bom e verdadeiro;
- f. Fortalecer as comunidades e os grupos de casais para que possam ser um lugar de apoio e partilha dos problemas do cotidiano.

4.5. Avaliar o compromisso com a educação

268. Não há dúvidas de que a qualidade da educação depende da participação de todos os atores envolvidos em um clima de apoio e solidariedade. Avaliar o esforço e o compromisso com a educação no lugar onde moramos é um passo importante para construir caminhos novos que conduzam a uma educação de qualidade.

269. Será que compreendemos de fato o modelo de educação que está sendo vivenciado hoje? Como traduzir e transmitir a fé no âmbito da educação? Como está o acesso à educação em nossa comunidade? Os pobres têm as mesmas oportunidades, o mesmo acesso e as mesmas condições? Como está a participação da família na educação?

270. Os Planos de Educação desde o âmbito federal, estadual e municipal, estão sendo preparados, discutidos e são seguidos? Como a população participa desse processo? Qual o envolvimento dos pastores (padres, diáconos, bispos, vida religiosa) nesse processo? Nós mesmos conhecemos esses planos e como estão sendo implementados?

271. Existe uma integração entre os governos federal, estadual e municipal, de modo que cada um cumpra com sua responsabilidade na educação? Como as organizações sociais, instituições envolvidas no trabalho educacional são apoiadas, acompanhadas e fiscalizadas? As políticas educacionais estão tendo a devida continuidade ao longo dos governos? Os problemas estão sendo adequadamente detectados e estão sendo feitas propostas para superá-los?

272. Quais são os pontos fortes e as carências de nossas escolas? Como integrar família e escola em um processo educacional que exige várias frentes de atuação? As escolas estão sendo apoiadas e recebendo recursos para superar suas limitações? Se não estão recebendo, o que está sendo concretamente feito para superarmos essa situação?

273. Existe verdadeira participação da comunidade e das famílias na gestão das escolas? Os professores recebem o apoio e a consideração necessária para desenvolver o seu trabalho? Quando existem problemas e conflitos, as famílias podem dialogar com a escola e com os professores em busca das melhores soluções? Qual a ideia que temos de educação quando confiamos nossos filhos às instituições de ensino? O

foco está somente no aspecto intelectual, técnico, científico ou existe um real interesse pela educação integral?

274. As comunidades e as escolas localizadas em áreas de maior vulnerabilidade social estão recebendo a atenção necessária para poderem oferecer uma educação de qualidade e verdadeiramente inclusiva à comunidade? Como educar, a fim de que a formação assimilada seja também um serviço ao próximo e para a construção de uma nova sociedade?

275. Como Igreja Católica, somos chamados a nos comprometer com a superação dessa emergência educativa e colaborar na construção de uma educação realmente inclusiva e de qualidade no Brasil. O Documento da CNBB 47, *Educação, Igreja e sociedade*, de 1992, que aborda a relação entre educação, Igreja e sociedade é ainda hoje um importante material de estudo que pode inspirar novas práticas especialmente para os profissionais e agentes de pastoral ligados à educação.

5. FALA COM SABEDORIA, ENSINA COM AMOR

276. “O lar é chamado a viver e a cultivar o amor recíproco e a verdade, o respeito e a justiça, a lealdade e a colaboração, o serviço e a disponibilidade para com o próximo, especialmente com os mais frágeis. O lar cristão, que deve manifestar a todos a presença viva do Salvador no mundo e a natureza autêntica da Igreja deve estar impregnado da presença de Deus, colocando nas suas mãos as vicissitudes cotidianas e pedindo a sua ajuda para cumprir de maneira adequada a sua missão imprescindível”.¹⁰⁷

277. Na celebração do Dia de São José durante o segundo ano do seu Pontificado, o Papa Francisco, em sua catequese, nos presenteou com uma bela reflexão em que enfatiza o aspecto educador de São José. Jesus, que é educado no seio da Sagrada Família e por isso cresce em sabedoria e graça, nos convida a apreciar a convivência no ambiente familiar, ouvir e dar atenção aos idosos, escutar as crianças, acompanhar e apoiar os jovens. Em cada etapa da vida habita uma sabedoria.

278. Nesse sentido, na conclusão deste Texto-Base, recordamos algumas belas exortações do Papa Francisco nesta catequese: “E Jesus ia crescendo em sabedoria, idade e graça diante de Deus e dos homens” (Lc 2,52).

279. Começamos pela idade, que constitui a dimensão mais natural, o crescimento físico e psicológico. Juntamente com Maria, José cuidava de Jesus, antes de tudo, a partir deste ponto de vista, ou seja, criou-o, preocupando-se, a fim de que não lhe faltasse o necessário para um desenvolvimento sadio. Não esqueçamos que a tutela cheia de esmero da vida do Menino comportou também a fuga para o Egito, a dura experiência de viver como refugiados – José foi um refugiado, juntamente com Maria e Jesus – para fugir da ameaça de Herodes. Depois, quando voltaram para a pátria, estabelecendo-se em Nazaré, há outro período da vida escondida de Jesus na sua família, no seio da Sagrada Família. Naqueles anos, José ensinou a Jesus também o seu trabalho, e Jesus aprendeu a profissão de carpinteiro, juntamente com o seu pai José. Foi assim que José educou Jesus, a tal ponto que, quando era adulto, lhe chamavam o filho do carpinteiro (Mt 13,55).

280. Passemos à segunda dimensão da educação de Jesus, a da sabedoria. Diz a Escritura que o princípio da sabedoria é o temor do Senhor (Pr 1,7; Eclo 1,14). Temor não tanto no sentido de medo, mas de respeito sagrado, de adoração e de obediência à sua vontade, que procura sempre o nosso bem. José foi para Jesus exemplo e mestre desta sabedoria, que se alimenta da Palavra de Deus. Podemos pensar no modo como José educou o pequeno Jesus a ouvir as Sagradas Escrituras, principalmente acompanhando-o aos sábados à sinagoga de Nazaré. E José acompanhava-o para que Jesus ouvisse a Palavra de Deus na sinagoga. E a prova da escuta profunda de Jesus em relação a Deus, José e Maria tiveram-na – de uma maneira que os surpreendeu – quando ele, com 12 anos, permaneceu no templo de Jerusalém sem que eles o soubessem; e encontraram-no depois de três dias, enquanto dialogava com os doutores da lei, os quais ficaram admirados com a sua sabedoria. Eis: Jesus está repleto de sabedoria, porque é o Filho de Deus, mas o Pai celeste valeu-se da colaboração de São José, a fim de que o seu Filho pudesse crescer cheio de sabedoria (Lc 2,40).

281. E por fim, a dimensão da graça. Diz ainda São Lucas, referindo-se a Jesus: a graça de Deus estava sobre Ele

(2,40). Aqui, certamente a parte reservada a São José é mais limitada do que aos âmbitos da idade e da sabedoria. Todavia, seria um erro grave pensar que um pai e uma mãe nada podem fazer para educar os filhos a crescer na graça de Deus. Crescer em idade, crescer em sabedoria, crescer em graça: este é o trabalho que José levou a cabo em relação a Jesus: fazê-lo crescer nestas três dimensões, ajudá-lo a crescer. José o fez de um modo verdadeiramente único, insuperável. Com efeito, ele tinha desposado a mulher cheia de graça (Lc 1,28), e sabia bem que Jesus tinha sido concebido por obra do Espírito Santo. Portanto, neste campo da graça, a sua obra educativa consistia em secundar a obra do Espírito no coração e na vida de Jesus, em sintonia com Nossa Senhora. Esse âmbito educativo é o mais específico da fé, da oração, da adoração e da aceitação da vontade de Deus e do seu desígnio. Também, e sobretudo nesta dimensão da graça, José educou Jesus primariamente com o exemplo: o exemplo de um homem justo (Mt 1,19), que se deixa sempre guiar pela fé, e sabe que a salvação não deriva da observância da lei, mas da graça de Deus, do seu amor e da sua fidelidade.

Oração à Nossa Senhora Educadora

Virgem Maria, Mãe Educadora, sinal de vida e sabedoria,
pelo amor do teu filho Jesus,
intercede por nós a fim de que façamos o discernimento
necessário
na busca do conhecimento.

Faz-nos compreender que somos transformados naquele
que amamos,
aumentando assim as dimensões do nosso coração.

Dá-nos a ousadia de educar, de falar com sabedoria e ensinar com amor,
sobretudo com o testemunho de nossas vidas,
deixando a tua marca de esperança na vida de quem encontramos ao longo da vida.

Maria, tu que tão bem educaste Jesus,
auxilia-nos nesta longa caminhada,
revestindo-nos da coragem de experimentar, dia a dia,

a verdadeira felicidade, a verdadeira sabedoria.

Amém.

6. FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE

1. A Coleta da Solidariedade: um dos gestos concretos da Campanha da Fraternidade

O grande gesto concreto da Campanha da Fraternidade é a conversão do coração, verdadeira mudança de vida que se dá a partir do encontro pessoal com Jesus Cristo. Desde encontro brota naturalmente o compromisso com a fraternidade, com uma vida de santidade e serviço ao próximo.

Outra importante expressão da Campanha da Fraternidade é a **Coleta Nacional da Solidariedade**, que em 2022 acontecerá no dia 10 de abril, Domingo de Ramos. Este é um gesto concreto, realizado em comunhão, que tem contribuído para a promoção da dignidade humana, o compromisso com os pobres e a vida plena.

A Coleta da Solidariedade é realizada em âmbito nacional, em todas as comunidades cristãs, paróquias e dioceses. Ela é parte integrante da Campanha de Fraternidade.

DIA NACIONAL DA COLETA DA SOLIDARIEDADE

Domingos de Ramos, 10 de abril de 2022

Bispo, padres, religiosos(as), lideranças leigas, agentes de pastoral, colégios católicos e movimentos eclesiais são os principais motivadores e animadores da Campanha da Fraternidade. A Igreja espera que com essa motivação todos participem, oferecendo sua solidariedade em favor das pessoas, dos grupos e das comunidades, pois: “Ao longo de uma história de solidariedade e compromisso com as incontáveis vítimas das inúmeras formas de destruição da vida, a Igreja se reconhece servidora do Deus da Vida”.¹⁰⁸ O gesto fraterno da oferta tem um caráter de conversão quaresmal, condição para que advenha um novo tempo marcado pelo amor e pelo cuidado que valoriza a vida.

2. O Fundo de Solidariedade

O resultado integral das coletas realizadas nas celebrações do Domingo de Ramos, Coleta da Solidariedade, com ou sem envelope, deve ser encaminhado à respectiva Diocese.

Do total arrecadado pela Coleta da Solidariedade, a Diocese envia 40% ao Fundo Nacional de Solidariedade (FNS),

gerido pela CNBB. Os 60% restantes permanecem em cada Diocese para atender aos projetos locais, por meio dos respectivos Fundos Diocesanos de Solidariedade (FDS).

Doações

Doações para o Fundo Nacional de Solidariedade da CNBB, para aplicação em projetos sociais, podem ser efetuadas na conta indicada abaixo, ao longo de todo o ano.

Para depósito dos 40% da Coleta da Solidariedade

(Fundo Nacional de Solidariedade – FNS)

Banco Bradesco, Agência: 0484-7 – Conta Corrente: 4188-2 – CNBB O comprovante do depósito precisa ser enviado para o e-mail: financeiro@cnbb.org.br

OU

Correspondência – Endereço SE/Sul Quadra 801, Conjunto B, CEP: 70.200-014 – Brasília-DF

Contato pelo telefone: (61) 2103-8311

(falar com o departamento Financeiro)

3. A destinação dos Recursos

Os recursos arrecadados serão destinados preferencialmente a projetos que atendam aos Objetivos Gerais e Específicos propostos pela CF 2022.

3.1. O trâmite dos projetos

A recepção, análise da viabilidade e acompanhamento do desenvolvimento dos projetos enviados ao Fundo Nacional de Solidariedade (FNS), são trabalhos executados pela CNBB por meio do Departamento Social.

A Supervisão do Fundo Nacional, a destinação dos recursos e a aprovação dos projetos está a cargo do Conselho Gestor do FNS, assim composto: Secretário-Geral da CNBB (Presidente do Conselho), Bispo Presidente da Comissão Episcopal Pastoral da Caridade, Justiça e Paz; Ecônomo da CNBB; um representante das Pastorais Sociais; o Secretário Executivo da Campanha da Fraternidade; um representante dos Secretários Executivos Regionais da CNBB; o Coordenador de projetos do FNS; e a Assistente Social da CNBB.

As organizações que desejarem obter apoio do FNS, de acordo com os critérios de destinação previstos no Edital para a CF 2022, deverão fazer o cadastro da entidade e do

projeto no *site* www.fns.cnbb.org.br, depois encaminhá-lo, junto à documentação que é exigida para a pré-análise, para o seguinte endereço:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB

Departamento Social/Fundo Nacional de Solidariedade –
FNS SE/SUL Quadra 801, Conjunto – B,

CEP: 70.200-014 – Brasília – DF

Contato: (61) 2103-8300. E-mail: fns@cnbb.org.br

Os projetos, após a pré-análise, serão submetidos ao Conselho Gestor do FNS.

O Fundo Diocesano de Solidariedade (FDS), composto por 60% da coleta do Domingo de Ramos, é administrado pelo Conselho Gestor Diocesano, que pode ser constituído com a participação de uma pessoa da Cáritas Diocesana (onde ela exista), de um representante das Pastorais Sociais, da Coordenação de Pastoral Diocesana, da Equipe de Animação das Campanhas, do responsável pela administração da Diocese e de uma pessoa ligada ao tema da

CF. O Bispo Diocesano constitui este Conselho Gestor e o preside.

MEMBROS DO CONSELHO GESTOR – FNS

Dom Joel Portella Amado – Secretário-Geral da CNBB

Dom José Valdecir Santos Mendes – Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora

Monsenhor Nereudo Freire Henrique – Ecônomo da
CNBB

Pe. Patriky Samuel Batista – Secretário Executivo de Campanhas da CNBB

Frei Olávio Dotto – Assessor da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora

Pe. Agenor Guedes Filho – Representante dos Secretários Executivos dos Regionais da CNBB Franklin Ribeiro Queiroz – Coordenador de projetos – FNS/CNBB

Antônia Mendes Ribeiro – Assistente Social – CNBB

Acesse o portal de transparência do FNS no site **www.fns.cnbb.org.br**. Ajude a construir a Campanha da Fraternidade! Para informações, sugestões, avaliação, escla-

recimentos e orientações sobre a organização e realização da Campanha da Fraternidade, contatar o Secretário Executivo da CF pelo e-mail: **campanhas@cnbb.org.br** ou pelo telefone (61) 2103-8300.

-
- 1 FRANCISCO. Carta Encíclica *Fratelli Tutti* sobre a fraternidade e a amizade social. (Documentos Pontifícios, 44). Brasília: Edições CNBB, 2020, n. 103.
 - 2 DoCat, n. 26.
 - 3 FRANCISCO. Carta Encíclica *Laudato Si'* sobre o cuidado da Casa Comum. (Documentos Pontifícios, 22). Brasília: Edições CNBB, 2016, n. 215.
 - 4 BENTO XVI. Mensagem aos participantes do seminário internacional organizado pelo Pontifício Conselho Justiça e Paz. 10/4/2008.
 - 5 MESSIAS, Elvis Rezende. Notas histórico-filosóficas sobre educação e imagens-ideais de ser humano na antiguidade. *Multicultura*, v. 5, p. 9-34, jan./jun. 2019, p. 19.
 - 6 VIOLLET, Jean. *Pequeno Tratado da pedagogia*. 2ª Edição. Paulinas.
 - 7 BERGOGLIO. Jorge Mário. *Queridos catequistas*. Cartas, homilias y discursos. Madrid: p. 49.
 - 8 FT, n. 49.
 - 9 PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 26 de maio de 2006, n. 1.
 - 10 Ibidem, n. 528.
 - 11 MESSIAS, Elvis Rezende. CRUZ, Dom Pedro Cunha. *O Evangelho Social: manual básico de Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulus, 2020, p. 27-28.
 - 12 SÃO JOÃO XXIII. Carta Encíclica *Mater et Magistra* sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã, 15 de maio de 1961, n. 232.
 - 13 FT, n. 33.
 - 14 SÃO PAULO VI. Carta Encíclica *Populorum Progressio* sobre o desenvolvimento dos povos, 26 de março de 1967, n. 14; cf. FT, n. 33; 204.
 - 15 FT, n. 34.
 - 16 Ibidem, n. 16-17.
 - 17 Ibidem, n. 105.
 - 18 CDSI, n. 414-415.
 - 19 FRANCISCO. Meditações matutinas na Capela Santa Marta. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/cotidie/2016/documents/papa-francesco-cotidie_20160913_cultura-do-encontro.html. Acesso em: 24/6/2021.
 - 20 CDSI, n. 240.

- 21 Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/globalcoalition>. Acesso em: 24/6/2021.
- 22 MARQUES, Emanuele Souza et alii. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela Covid-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 4, Epub: Rio de Janeiro, abr./2020. Disponível em: (<https://doi.org/10.1590/0102-311x00074420>).
- 23 Pesquisa recente da Kantar Ibope Media revela que 99% da população brasileira tem preferência pelo conteúdo em vídeo, nos formatos de TV aberta, TV pela internet, Pay TV, sites, aplicativos, vídeos *on demand* e vídeos gratuitos na internet. Fonte: (<https://www.kantaribope.com/tempo-medio-consumido-com-tv-aumenta-entre-os-brasileiros/>). Acesso em: 11/3/2020.
- 24 A partir de 1995, o Ministério de Comunicações e o Ministério de Ciência e Tecnologia iniciaram a implantação, no Brasil, de uma rede internet global e integrada, abrangendo todo o tipo de uso, com cobertura nacional, vasta gama de aplicações e baixo custo para o usuário final. Fonte: <https://homepages.dcc.ufmg.br> – História da internet no Brasil.
- 25 Essa nova realidade levou a Igreja a divulgar, dentre outros, dois importantes documentos intitulados *Ética na internet e Igreja e internet*. Sobre esse recorte temático, ver: LEMOS, Carolina Teles; AMADO, Wolmir Therezio. Concepções e uso da mídia e da internet na Igreja Católica. *Pesquisas em Teologia*, v. 3, n. 5, p. 154-174, julho de 2020. Disponível em: <https://periodicos.puc-rio.br>.
- 26 IBGE – PNAD Contínua educação – 2019. Publicado em 15/7/2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/89ec0c1b18b88b2e1b5ad7123becb548.pdf. Acesso em: 30/6/2021.
- 27 Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/01/educacao-basica-teve-47-3-milhoes-de-matriculas-em-2020#:~:text=No%20ano%20passado%2C%20existiam%20no,579%20mil%20matr%C3%ADculas%20a%20menos>. Acesso em: 19/5/2021.
- 28 Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/matriculas-na-educacao-infantil-crescem-12-6-nos-ultimos-cinco-anos/21206. Acesso em: 2/7/2021.
- 29 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-09/analfabetismo-resiste-no-brasil-e-no-mundo-do-seculo-21>. Acesso em:

24/6/2021.

- 30 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, n. 4. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.
- 31 Revista Ciência da Educação: Educação e Sociedade. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/5pH848XC5hFCqph7dGWXrCz/?lang=pt>. Acesso em: 14/7/2021.
- 32 A Escola Católica. Nº 9. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19770319_catholic-school_po.html.
- 33 Documento para os Seminários e as Instituições de Estudo: Educar juntos na Escola Católica missão partilhada de pessoas consagradas e fiéis leigos – Educar juntos na Escola Católica. Disponível em: (vatican.va). Acesso em: 10/6/2021.
- 34 CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. *Dimensão Religiosa da Educação na Escola Católica* – Orientações para a reflexão e a revisão. 7 de abril de 1988, n. 62.
- 35 “Em todos os países, as Universidades constituem a sede primeira da investigação científica para o avanço dos conhecimentos e da sociedade, desempenhando um papel determinante no desenvolvimento econômico, social e cultural, sobretudo em um tempo, como o nosso, marcado por rápidas, constantes e visíveis mudanças no campo das ciências e das tecnologias. E, nos acordos internacionais, também é destacada a responsabilidade central das Universidades nas políticas da investigação e a necessidade de coordená-las criando redes de centros especializados para, além do mais, facilitar a mobilidade dos investigadores” (FRANCISCO. Constituição Apostólica *Veritatis Gaudium* sobre as Universidades e as Faculdades Eclesiásticas. (Documentos Pontifícios, 32). Brasília: Edições CNBB, 2018, Proêmio, n. 5).
- 36 No período de 2009 a 2019, houve um crescimento de 43,7 de matrículas, a uma taxa média de 3,7% de crescimento por ano. Entretanto, já em 2019, se verificou um aumento de apenas 1,8% e isso só foi possível devido à expansão da oferta dos cursos à distância. Em 2019, havia a oferta de 4.529 cursos à distância (INEP. *Censo da Educação Superior 2019*. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educa%C3%A7%C3%A3o_superior/Censo_superior/documentos/2020) e o número de matrículas na modalidade EaD é o que mais cresce atualmente. Desde 2015, houve uma queda gradual nos cursos presenciais, particularmente

devido à crise política e econômica do Brasil e à redução de financiamentos e bolsas de estudo aos estudantes de baixa renda. Com a pandemia, no ano de 2020, foi ainda mais acentuado esse problema de declínio no ingresso e de evasão de estudantes matriculados. A consequência é, então, o aumento de “jovens nem-nem”: nem estudam, nem trabalham. Assim, parados, permanecem com a insegurança no presente e a incerteza de futuro.

- 37 Estratégia 12.7 da meta 12 do PNE: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.
- 38 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 7/6/2021.
- 39 O *Service Learning* é uma **metodologia ativa de ensino e aprendizagem**, que promove o desenvolvimento dos alunos por meio da **aplicação prática** do conhecimento adquirido em sala de aula. Os estudantes devem **solucionar problemas reais de organizações parceiras** (públicas, privadas e sem fins lucrativos), estimulando suas competências sociais, comportamentais e técnicas e preparando-os para um mercado de trabalho em que o empreendedorismo, a inovação e a responsabilidade social são fundamentais. Disponível em: <https://www.pucrs.br/extensao/extensao-comunitaria/service-learning/>. Acesso em: 5/7/2021.
- 40 Mais da metade dos alunos de licenciaturas do país estão em cursos à distância. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/10/mais-da-metade-dos-alunos-de-licenciaturas-do-pais-estao-em-cursos-a-distancia.shtml>. Acesso em: 7/6/2021.
- 41 FRANCISCO. Mensagem em vídeo por ocasião do encontro promovido pela Congregação para a Educação Católica: “global compact in education. Together to look beyond”. Pontifícia Universidade Lateranense, 15/10/2020.
- 42 Conforme o Relatório Dellors, apresentado à UNESCO, a educação deste novo século exige tal abertura, incluindo ainda como Pilares da Educação o “aprender a fazer”, “aprender a conviver”, “aprender a aprender” e o “aprender a ser”.

- 43 Vulnerabilidade se constitui em situações ou ainda em identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos. Estas situações se originam no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais, nos processos discriminatórios, segregacionistas, engendrados nas construções sócio-históricas que privilegiam alguns pertencimentos em relação a outros (Orientações Básicas da Vigilância Socioassistencial, Brasília, Brasil, s.d.).
- 44 SAYAGO, Óscar Armando Pérez. (Org.). O Projeto Educativo de Francisco. Curitiba: PUCPRESS, 2019. 352 p.
- 45 O multiculturalismo aqui abordado é aquele que pressupõe a igual dignidade entre os seres humanos, em que nenhuma cultura se sobrepõe a outra, porém todas devem, harmoniosamente, conviver e manifestar-se nas suas diferenças, garantindo a identidade própria de cada cultura, sua diversidade cultural e o reconhecimento das minorias (LEGRAMANDI, Aline Belle; GOMES, Manuel Tavares. Insurgência e resistência no pensamento freiriano: propostas para uma pedagogia decolonial e uma educação emancipatória. *Revista @mbienteeducação*, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 24-32, jan. 2019. ISSN 1982-8632. Disponível em: <<http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/669/636>>. Acesso em: 14/4/2021).
- 46 Malgesini, G. & Giménez, C. (2000). Guia de conceptos sobre migraciones, racismo e interculturalidad. Madrid: Los libros de la Catarata.
- 47 FRANCISCO. Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate* sobre o chamado à santidade no mundo atual. (Documentos Pontifícios, 33). 3. ed. Brasília: Edições CNBB, 2019, n. 170.
- 48 *Didaqué* 4,9; 19,5.
- 49 1 Clemente 21,8.
- 50 São Clemente de Alexandria. In: *Stromata*, I, 5; São Jerônimo. In: *Viris Illustribus*.
- 51 SÃO JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica pós-Sinodal *Vita Consecrata*. In: CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA. *Textos fundamentais para a vida consagrada*. Brasília: Edições CNBB, 2015, p. 33-178, n. 96.
- 52 Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19821015_lay-catholics_po.html.
- 53 SANTA SÉ. *Catecismo da Igreja Católica*. Brasília: Edições CNBB, 2013, n. 369.
- 54 *Ibidem*, n. 364.
- 55 FT, n. 276.
- 56 LS, n. 217.
- 57 CONGREGAÇÃO PARA EDUCAÇÃO CATÓLICA. *Educar ao humanismo solidário*. Para construir uma “civilização do amor” 50 anos após a *Populorum Progressio*. Brasília: Edições CNBB, 2018, n. 7-10.
- 58 *Ibidem*, n. 11-15.
- 59 *Ibidem*, n. 17.
- 60 *Ibidem*, n. 20-23.
- 61 *Ibidem*, n. 24-27.
- 62 CONCÍLIO VATICANO II. Declaração *Gravissimum Educationis*. In: SANTA SÉ. *Concílio Ecumênico Vaticano II: Documentos*. Brasília: Edições CNBB, 2018, p. 639-658, n. 3; cf. SÃO JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* sobre a função da família cristã no mundo de hoje, 22 de novembro de 1981, n. 36.
- 63 FC, n. 39.
- 64 FRANCISCO. Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia* sobre o amor na família. (Documentos Pontifícios, 24). 3. ed. Brasília: Edições CNBB, 2018, n. 259.
- 65 *Ibidem*, n. 263.
- 66 FC, n. 39, citando: SÃO PAULO VI. Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* sobre a Evangelização no Mundo Contemporâneo, 8 de dezembro de 1975, n. 71.
- 67 FC, n. 43.
- 68 AL, n. 55.
- 69 FRANCISCO. Carta Apostólica *Patris Corde* por ocasião do 150º aniversário da declaração de São José como Padroeiro Universal da Igreja. (Documentos Pontifícios, 45). Brasília: Edições CNBB, 2020, n. 7.
- 70 GE, n. 3; cf. CONCÍLIO VATICANO II. Constituição *Gaudium et Spes*. In: SANTA SÉ. *Concílio Ecumênico Vaticano II: Documentos*. Brasília: Edições CNBB, 2018, p. 199-329, n. 60.
- 71 CNBB. *Educação, Igreja e sociedade*. (Documento da CNBB, 47), n. 76.
- 72 GE, n. 3.

- 73 Ibidem, n. 6; cf. CELAM. *Documento de Aparecida: Documento Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Brasília-São Paulo: Edições CNBB-Paulus-Paulinas, 2008, n. 339.
- 74 CONCÍLIO VATICANO II. Declaração *Dignitatis Humanae*: sobre a liberdade religiosa. In: SANTA SÉ. *Concílio Ecumênico Vaticano II: Documentos*. Brasília: Edições CNBB, 2018, p. 669-688, n. 5.
- 75 GE, n. 4.
- 76 Ibidem, n. 3.
- 77 Ibidem, n. 6.
- 78 FRANCISCO. Mensagem em Vídeo por ocasião do encontro promovido pela Congregação para a Educação Católica, quinta-feira, 15 de outubro de 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2020/documents/papa-francesco_20201015_videomessaggio-global-compact.html.
- 79 FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*: a Alegria do Evangelho sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. (Documentos Pontifícios, 17). Brasília: Edições CNBB, 2015, n. 1.
- 80 Ibidem, n. 176.
- 81 PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO. *Diretório da Catequese*. (Documentos da Igreja, 61). Brasília: Edições CNBB, 2020, n. 226.
- 82 CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2019-2023*. (Documentos da CNBB, 109). Brasília: Edições CNBB, 2019, n. 140.
- 83 PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO. *Diretório da Catequese*. (Documentos da Igreja, 61). Brasília: Edições CNBB, 2020, n. 234.
- 84 CONCÍLIO VATICANO II. Decreto *Apostolicam Actuositatem*. In: SANTA SÉ. *Concílio Ecumênico Vaticano II: Documentos*. Brasília: Edições CNBB, 2018, p. 481-528, n. 29.
- 85 EG, n. 238.
- 86 VG, Proêmio, n. 4, a, p. 20.
- 87 FT, n. 211.
- 88 SANTO AGOSTINHO. *De vera religione*, 78.
- 89 FRANCISCO. Discurso aos estudantes e professores das escolas italianas, 10 de maio de 2014.
- 90 Idem.
- 91 Idem.
- 92 CNBB. “E a Palavra habitou entre nós” (Jo 1,14). *Animação Bíblica da Pastoral a partir das comunidades eclesiais missionárias*. (Estudos da CNBB, 114). Brasília: Edições CNBB, 2021, n. 129.
- 93 Ibidem, n. 160.
- 94 EHS, Orientações, n. 9.
- 95 Ibidem, Orientações, n. 10.
- 96 Projeto de vida: ser ou existir? Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/200-projeto-de-vida-ser-ou-existir>.
- 97 Dom Paulo Mendes Peixoto. Projeto de vida. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/dom-paulo-mendes-projeto-de-vida/>. Acesso em: 5/6/2021. Os números seguintes deste item são parte deste artigo.
- 98 Pio XI. Carta Encíclica *Divini Illius Magistri* sobre a educação cristã da juventude, 31 de dezembro de 1929.
- 99 LS, n. 215.
- 100 *Instrumentum Laboris* – Pacto Educativo Global, p. 17.
- 101 Ibidem, p. 13.
- 102 EHS, Orientações, n. 27.
- 103 FT, n. 35.
- 104 Dom Vicente Costa. Algumas lições da pandemia do Coronavírus. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/algumas-licoas-da-pandemia-do-coronavirus/>. Acesso em: 5/6/2021.
- 105 FRANCISCO. Carta aos Movimentos Populares, 12 de abril de 2020, Domingo de Páscoa. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2020/documents/papa-francesco_20200412_lettera-movimentipolari.html.
- 106 CNBB. *Educação, Igreja e sociedade*. (Documento da CNBB, 47).
- 107 BENTO XVI. Mensagem aos participantes no VI Encontro Mundial das Famílias realizado na cidade do México, n. 2. Disponível em: [Página 189](https://www.vati-</p>
</div>
<div data-bbox=)